



Estanislau Alves da Silva
Gabriel Inticher Binkowski
Ivan Ramos Estevão
(Orgs)

PRINCÍPIOS **PSICANALÍTICOS**

De supervisões e controles

**PRINCÍPIOS PSICANALÍTICOS
DE SUPERVISÕES E CONTROLES**



CONSTELAÇÕES DE SABERES

DIRETOR DA SÉRIE:

Prof. Dr. Abah Andrade (UFPB)

CONSELHO EDITORIAL:

Prof. Dr. Abah Andrade (UFPB)

Profa. Dra. Ana Paula Buzetto Bonneau (UFRN)

Prof. Dr. Anderson D'Arc ferreira (UFPB)

Prof. Dr. Cristiano Bonneau (UFPB)

Prof. Dr. Edson Adriano Moreira (UFCEG)

Prof. Dr. Érico Andrade (UFPE)

Prof. Dr. Francisco Rômulo Diniz (UVA)

Prof. Dr. Gabriel Rezende (UFPB)

Prof. Dr. Hélder Machado Passos (UFMA)

Prof. Dr. Jaimir Conte (UFSC)

Prof. Dr. Jozivan Guedes (UFPI)

Prof. Dr. Marcelo Primo (UFS)

Prof. Dr. Marconi Pequeno (UFPB)

Prof. Dr. Marcos Fábio Alexandre Nicolau (UVA)

Profa. Dra. Mariana de Almeida Campos (UFBA)

Profa. Dra. Mariana Fisher (UFPE)

Prof. Dr. Miguel Ângelo Oliveira do Carmo (UFPB)

Profa. Dra. Olgária Chaim Feres Matos (UNIFESP)

Profa. Dra. Patrícia Nakayama (UNILA)

Profa. Dra. Priscilla Gontijo Leite (UFPB)

Prof. Dr. Rogério Campos (UNILA)

Prof. Dr. Saulo Henrique Souza Silva (UFS)

Prof. Dr. Sérgio Luís Persch (UFPB)

Prof. Dr. Sílvio Rosa Filho (UNIFESP)

Prof. Dr. Ubiratane de Moraes Rodrigues (UFMA)

Prof. Dr. Ulisses Vaccari (UFSC)

Prof. Dr. Vitor Sommavilla (UFPB)

PRINCÍPIOS PSICANALÍTICOS

DE SUPERVISÕES E CONTROLES

Organizadores

Estanislau Alves da Silva Filho

Gabriel Inticher Binkowski

Ivan Ramos Estevão



Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P957 Princípios psicanalíticos: de supervisões e controles [recurso eletrônico] / Estanislau Alves da Silva Filho, Gabriel Inticher Binkowski e Ivan Ramos Estevão (orgs.). – Cachoeirinha : Fi, 2025.

153p.

ISBN 978-65-5272-087-0

DOI 10.22350/9786552720870

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Psicanálise – Supervisão – Controles. I. Silva Filho, Estanislau Alves da. II. Binkowski, Gabriel Inticher. III. Estevão, Ivan Ramos.

CDU 159.964.2

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Supervisão em aberto	9
-----------------------------	----------

Estanislau

PROVISÃO – PREVISÃO – REVISÃO

1	21
----------	-----------

Supervisão: em busca da maleabilidade da escuta e das palavras	
---	--

Arielle Natalicio Garrido

2	31
----------	-----------

Primeiro supervisor ou: da transferência em supervisão	
---	--

Gabriele Carlomagno Vilanova

3	43
----------	-----------

Visão além do alcance ou barra no imaginário?	
--	--

Daniela Smid

4	53
----------	-----------

O psicanalista que virou suco	
--------------------------------------	--

Rodrigo Camargo

5	59
----------	-----------

Da supervisão em suas relações com a realidade	
---	--

Marina Rachel Graminha-Cury

DIVISÃO

6	69
----------	-----------

Psicanálise na praça Roosevelt: formação em espaços de intervenção coletiva	
--	--

Adriana Marino

7	83
----------	-----------

Pequena supervisão que pena em dossiê e odisseia	
---	--

Estanislau Alves da Silva Filho

8

95

Superfissão: para um radicalmente novo grão de fantasia

Fabiana Rodrigues Barbosa

VER – DESVER – TRANSVER

9

123

Kontrollanalyse, supervisão e análise de controle: política e po-ética

Emir Tomazelli

10

139

Sobre o morrer em supervisão: o estilo clínico enquanto ato analítico de vida para além da morte

Gabriel Inticher Binkowski

APRESENTAÇÃO

SUPERVISÃO EM ABERTO

Estanislau

Há céu aberto com mais uma coleção de texturas que descampam um termo, saindo da sinuca de bico e do beco sem saída da visão de cima. Visão de lado? Revisão? Desver o visto já não é mais provável, sonho neurótico de excelência, embora desmentir denegando soe mais cínico, isto é, cênico. Sabemos que não tem a tal Coisa, mas mesmo assim agiríamos como se houvesse. De que mesmo se está falando? De superação, superar falhos e pontos-egos, se apoiando em três patas, apesar de sermos bípedes da bipedia. Não, super humano além-homem seria mulher, nesse sem tido a quem interessar. Por tanto, plano de imanência sem trans? As certezas e os conhecimentos só podem ser para nócios de mentes insaciáveis. Daí que a loucura é, sim, generalizada, para tudo, ambos os lados. Então, quê fazer-dizer? Propor enganchamentos como exercícios de academia singulares? Vista sua roupa de ginástica, enganche repetidas vezes todos os dias e alcançará o corpo almejado no verão. Seu *personal* te ajudará como um controle remoto de si do dossel. Arvorecer sem perder a tortura. Como arvorar-se nessa floresta psicanalítica? A copa das árvores protege pequenos ramos dos raios que poderiam destruí-los antes que estivessem aptos à sobre vivência, embora só possam crescer quando a cobertura não mais impedir os mesmos raios que, num segundo momento, tornam-se vitais à expansão. Quando em colher é sempre outra questão. Questão de afinação.

Mas, consideremos a tarefa de fundo, de fundamentação clínica. Apenas a título de preâmbulo, já que haverá um contínuo todo a seguir

sobre o tema, ensaiando e ponderando as justas medidas. Façamos aqui um brevíssimo incêndio, e que se apaga sem demora. Pegar em reformular ou largar. Pegar e alargar! E deixar.

Vários teóricos, refletindo a respeito da questão da Formação, insistem, e eu concordo, que o verdadeiro processo de explicitação da sua própria análise estaria subsumido à supervisão¹. É a supervisão que eu gostaria de reformular por inteiro, na medida em que o modo como a vejo com frequência nas instituições e como comecei a vê-la quando, aqui, num tempo antigo, embarguei que continuasse acontecendo, não é uma supervisão, e sim uma cagação de regras na cabeça dos outros. Mas a supervisão, se concebida na sua especificidade, creio eu que é o lugar adequado onde um analista em prática, seja ele neo-praticante, AMC ou o que for, fala da *sua* análise. É na medida em que ele põe em prática sua escuta de outrem que ele exprime o que acontece ou aconteceu na sua análise. Se houvesse condição de saber quem é analisando e quem é analista, seria através daí que se veria que o sujeito “passou”. Se houvesse, porque não acredito em passe... (MAGNO, 1990, p. 148).

Um lugar ambiente para fala que reflete própria análise, da qual não se fala jamais senão a partir de um objeto outro. Pouco pode ser sobre um caso que só cai desde um analista que, se acerta uma interpretação num relato, é ele mesmo interpretado. Cagação de regra não é campo psicanalítico:

O problema todo está em que muito da psicologia, que tinha condição de ser uma faixa do discurso da ciência, honesta e centrada naquilo que estava fazendo, escorregou para uma região de falsificações, porque julgou que a psicanálise, só porque tem um prefixo "psi", pertence à psicologia. Estão aí os psicólogos dizendo que não são médicos, mas eles próprios, os donos da

¹ [em crítica ao passe] Valabrega “recusa, além disso, o princípio da extração por sorteio, que chama de “igualitarismo falacioso”, e depois contesta a ideia da passagem direta ao estatuto de AE, para sublinhar que a supervisão é a única maneira de se falar sobre a própria análise: “É impossível falar da própria análise com alguém que seja designado para essa função. Aliás, é esse o motivo por que as comissões de estudos sempre fracassaram fatalmente nessa tarefa, que se tornou pura ficção ou uma piada numa outra linguagem. A única maneira de falar sobre a própria análise é a propósito de um objeto terceiro. E a situação mais indicada para ouvir alguma coisa sobre isso existe: é a supervisão”. (ROUDINESCO, 1988, p. 483).

psicanálise, criam até pós-graduações em psicanálise dentro de departamentos de psicologia, como se a psicanálise fosse uma fração da psicologia. Na verdade, essa psicologia clínica que anda por aí é aborto da psicanálise. Faço, porém, uma ressalva para os behavioristas. Eles sabem o que estão fazendo: têm um compromisso com a ciência, com a metodologia e sabem até onde podem ir. É uma postura paranoica assumida, ou seja, é mesmo um modelo atolado, de saída. Mas os behavioristas não brincam com isso: se a questão é condicionar, condicionam. E sabem até onde podem ir. Essa é uma respostas honesta. Por isso respeito os behavioristas. Mas, além desses todos, existem ainda aqueles da psicanálise falsificada, que cultivam um lugar de ascendência entre os psicólogos, como se fossem mais do que eles, e os adestram para se manterem dependentes através de uma supervisão. E esses analisadores, não analistas, fazem a supervisão referida numa linguagem freudiana, a que chamam psicanálise - mas não é - sem permitirem que os psicólogos digam que o que fazem é a mesma coisa. Existe uma questão de *poder* metida aí no meio. Um psicólogo não é menor, só porque é psicólogo, mas por estes analisadores ficam colocados, os psicólogos, em um lugar que até a chamada identidade profissional lhes é vedada. *Psicanalista mesmo não faz isso, não quer nem saber dessa coisa de super-visão*² (MELLO, 1987, p. 146-147 – grifos nossos).

Haverá que reinventar a roda?

O que podemos chamar de controle? Pelo amor de Deus. Vamos evitar, embora eu tenha feito um esquema de audiovisual, a palavra “supervisão”, que é episcopal demais. O que se precisa para saber se um sujeito está, através do trabalho de sua análise, passando a analista, se transformando em analista? É preciso controle, que é o lugar privilegiado onde o sujeito fala da sua análise. Não é que ele vá procurar alguém para fazer controle, para

² “Não cabe aqui nos alongarmos sobre o status teórico de tal impossibilidade [...]. Não digo que as palavras nos faltem, o que quero dizer é que nenhuma língua aprendeu ainda a nomear cabalmente este afazer, sem tentar assimilá-lo a práticas conhecidas e de longa data aboletadas nos discursos do mestre e do universitário. A experiência em si comporta, portanto, um quê de indizível, já reconhecido por alguns, como Valabrega (1992), mas nunca tematizado como tal. Como indizível não quer dizer inefável, uma vez reconhecida esta limitação lexical nas nossas línguas, sempre será possível descrever tal tarefa mediante perifrases, circunlóquios ou por analogia, alegoria ou através de metáforas. O risco é que, por falta de perceber a impossibilidade que existe no seu cerne, acabemos curvando-nos à tirania imposta pelo lugar-comum e façamos da prática do terceiro pilar da formação psicanalítica ora o controle da análise de outra pessoa, ora a supervisão do trabalho do colega. Como não se trata nem de uma coisa nem da outra, mas não temos outro termo adequado para nomear aquilo de que se trata, doravante se verão proliferar as aspas de ironia sobre as palavras em questão” – foi o que disse Goldenberg (2005, p. 27) em trabalho intitulado ‘Sem supervisão nem controle’.

falar da sua análise, ou ser tomado pelo outro como analisando, caso este que é canalhice. *É o lugar onde ele, falando da sua escuta, está demonstrando a sua análise*: está demonstrando que houve análise para ele, no que ele fala da sua escuta do Outro. Portanto, quem faz o controle? O controlado! Vamos acabar com essa canalhice de que, se sou procurado para fazer controle, estou em posição de comando, de hegemonia. Isto é posição do analista. No controle, quem faz o controle é o controlado, e a posição de quem é procurado para testemunhar o controle não é, de modo algum, essa de analista. Vamos esclarecer isto para acabar com a bagunça. Se um sujeito me procura para controlar-se, está me procurando como analista e não como analisando. Se ele é uma merda de analista, não é problema meu. Ele vai provar isto no controle. Ele que se prove isto porque não posso aceitar analisando para fazer controle, para mim, não é analisando. Ainda que seja um analisando meu que venha fazer controle comigo, não o tratarei como analisando. Virou colega³ (MAGNO, 1990, p. 161-162).

Reforçando, então, uma dimensão do jogo:

Como, no caso da psicanálise, está em jogo aqui a especificidade do objeto de que se trata, e se digo que a supervisão também gira em torno do *petit a* é antes para chamar a atenção sobre a natureza do pedido de auxílio dirigido ao colega do que para fazer uma profissão de fé lacaniana; eu escuto tal pedido menos como um apelo a minha longa experiência clínica que como a necessidade de uma testemunha solidária. Solidária com o fato de meu

³ “Um analista que se analisa comigo e que no fluxo da associação livre me fala de um problema com um paciente dele não está fazendo uma supervisão. Sabe que darei ao que me conta o mesmo ouvido que daria se o tema fossem as reclamações da sua mulher. E como outras vezes ele tomou a liberdade de me pedir uma hora extra, para falar talvez sobre este mesmo paciente, está claro que não confunde os lugares e que espera de mim duas respostas diferentes. Cabe-me o cuidado de não tomar uma demanda pela outra, embora, de certo modo, a transferência seja uma só (Sempre teremos a solução fácil de mandá-lo supervisionar com um colega, mas se ele mesmo não pensou nisso, eu devo ter uma boa razão relacionada com a análise dele para recusar-lhe a atenção que me pede). [...] Já em posição de supervisor, quer se trate de paciente meu ou não, nunca esqueço que a análise em pauta não é a do meu interlocutor, mas a do paciente dele. A ideia de um único inconsciente numa análise, e não de dois entrelaçados, é uma noção clínica plena de possibilidades. Por isso, quando minha “supervisionada” me conta seu cochilo durante um atendimento, prefiro tratar o sono da analista como a mensagem invertida da analisanda, antes que me deter, o que poderia talvez ser o caso se ela estivesse numa sessão de análise comigo, no traço materno que ela pinçou naquela mulher para manifestar-lhe seu repúdio adormecendo: “Tô nem aí com as tuas lamúrias”. Tomar o acontecimento como uma emergência da análise da paciente antes que como um ato falho próprio da sua analista. Por outro lado, embora devamos ser cuidadosos com a transitividade neste campo libidinal (isso de que “os amigos dos meus amigos são amigos meus”), é necessário considerar que, em se tratando da supervisão de um analisando meu, pelo milagre da transferência, eu não deixo de estar presente na análise do paciente do meu paciente” (GOLDENBERG, 2005, p. 30-31).

colega suportar mal a solicitação pulsional de seu inconsciente feita por um determinado paciente. Quero dizer, um psicanalista que se descobre tomado na transferência por uma exigência pulsional vinda do seu analisante, angustiante para ele, se dirige a um colega que supostamente passou por uma aflição semelhante e pode ter ideia menos de como sair do sufoco que daquilo pelo que o outro está passando. E não recuará aqui por causa do cheiro de enxofre frente à palavra *Einfühlung*, traduzida em geral como empatia, mas que inclui dentro dela a idéia de saber ver com os olhos do outro. E quando menciono a solidariedade não estou sugerindo contribuir com o desconhecimento próprio do meu ego para o do meu alter-ego. Ao contrário, ao pensar nele como um par, tenho em mente antes nossa comunidade de experiência que o espírito de corpo da confraria. Esta vivência comum me torna apto para assisti-lo num conflito pelo qual eu mesmo passei inúmeras vezes, com maior ou menor sucesso, sem julgá-lo nem me propor como cúmplice. Ou seja, sem tratá-lo como um estranho (GOLDENBERG, 2005, p. 28).

Quer seja⁴:

Como relação de aprendizagem, a consulta de controle depende da experiência prévia do consultante com seu inconsciente. Pode-se, com efeito, aprender de si mesmo na supervisão, se já se aprendeu a reconhecer o próprio inconsciente vindo do interlocutor, no tempo em que se era analisante. Já o papel do consultor é mais ambíguo; não se pode fazer de morto, mas tampouco é o interpretante. E, como dizia acima, para se habilitar como testemunha, deve estar estabelecida uma relação de mútuo respeito, para não dizer reconhecimento, entre ambos participantes (GOLDENBERG, 2005, p. 30).

Colegas e testemunhos. E tempo de experiência com a escuta de seu próprio inconsciente voltando invertido desde qualquer outrem.

⁴ "Freud indicava o momento da resistência senão como o mais propício, como aquele em que a interpretação era inevitável. Em geral, associa-se o pedido de supervisão a um momento de resistência e de impasse. Eu diria, antes, que se procura assistência quando falha a direção, no momento em que a análise precisa dela por estar des governada. Que os problemas de direção acontecem quando o condutor se atrapalha com o trânsito da demanda inconsciente que o paciente lhe dirige é ponto pacífico. O que não é tão pacífico é como chegar a um acordo sobre o lugar e a função do instrutor nessa auto-escola. No fim das contas, não é seu inconsciente que está sendo solicitado mas o do consultante. A expressão popular consultar-se com alguém me parece apropriada para definir a supervisão e o objeto de que trata. Consultar a si próprio através do Outro para perceber de que objeto (a) se é o depositário" (GOLDENBERG, 2005, p. 29-30).

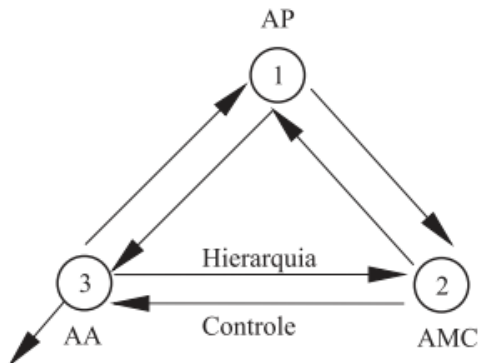
Eu não tenho o menor pejo de fazer controle com AP (Analista Praticante)⁵, muito pelo contrário... Não é dado, portanto, a esse analista que ocupa o lugar de referência, nenhum poder, nem nenhuma suposição de saber tipo a do analisando. É dada a suposição de saber inter pares. É a faculdade de reconhecimento: seu saber-ouvir serve de comparação para mim, eu comparo a escuta dele com a minha e, é claro, sempre levando em conta que lá também há resistência, como há aqui do meu lado (MAGNO, 1990, p. 163).

Eis aí outra joia. Pois que somente um analista pode provocar um analista enquanto analista, provocar aqui no sentido de inculcar, de fazer surgir e emergir. Caberia um analista supor um analista num outro, sendo isso, sim, Formação. Visto e ouvido como par, não se pode sair disso. Humildade que poderia dar a alguém que ainda não a tivesse alcançado, igualmente, pois seria este mesmo um último, de fato, passo. Passar-se a lixo, mosca do coco do cavalo do bandido, menos que nada. Tem nada, mas tem menos que isso até. Não por menos já se fez sugerido um instituído (que não nega a hierarquia numa instituição, mas se pensa como a subvertê-la, com Impasse, Passe e Alforria, ou Aceitação, Garantia e Autonomia):

Disse eu que, de começo, os AP fariam supervisão com os AMC que fariam supervisão comigo. Segundo golpe: os AP fariam supervisão com os AMC que fariam supervisão com os AA disponíveis. Terceiro golpe (que só viria mais tarde): *os AP fariam supervisão com os AMC que fariam supervisão com os AA que fariam supervisão com os AP*. Quando chamei os AP aqui, em reunião, para testar a possibilidade disso, quase levei tiro... A psicanálise tem vivido e se desenvolvido pouco pela sua subserviência ao modelo médico do sigilo. Modelo este que dá poder à classe médica há tantos séculos. A desculpa do sigilo analítico, dentro de uma instituição, é para esconder as mazelas do que acontece dentro dos consultórios, e que locupletam o rabo dos analistas (MAGNO, 1990, p. 154).

Analista Praticante (AP), Analista Membro de Colégio (AMC) e Analista Autônomo (AA):

⁵ Potencialmente iniciante.



É hierarquia mesmo: o AP é inferior ao AMC, que é inferior ao AA, que tem de se colocar, para poder criar, como inferior ao AP. Se fosse meramente burocrático, seria 1, 2, 3 em linha reta, e não: $1 \rightarrow 2 \rightarrow 3$. A hierarquia deixa de ser hierarquia quando para na linearidade e vira burocracia. Quem, então, manda no e vigia o rei? Quem vigia a polícia? No nível da hierarquia, é hierarquia mesmo. Não considero isso gradus. Há uma superioridade, pelo menos acreditada pela instituição, em três níveis. Só que, para o nível superior valer, tem, entre outras coisas, de demonstrar que é capaz de se colocar como assujeitado ao nível inferior. Quer me parecer que nunca existiu uma instituição psicanalítica, por causa disto. Até o fracasso da Escola de Lacan foi em função de um jogo muito bem bolado que ele fez, mas que não escandiu o processo de maneira a manter o sujeito, em qualquer lugar hierárquico que estivesse, tendo de prestar contas mediante esse assujeitamento em borromeaneidade. Recomendava-se, dizia-se, que ele devia prestar contas, mas não tinha que prestar porque o sistema não estava borromeano. Se o sistema assim funcionasse, o sujeito não teria nada a esconder. Um analista que se rebela porque a instituição lhe pediu para prestar contas até ao mais reles dos seus colegas, simplesmente está escondendo algum jogo. Através disso, ele tem todas as condições de não ter de dar satisfações a ninguém do que se passa no seu consultório, de ser um impostor de cara-de-pau. O modo de constituição de todas as instituições analíticas me parece ser no regime da impostura porque, através até de joguinhos puramente políticos, o sujeito chega na crista e, lá de cima, é o analista, não tendo de dar satisfações a ninguém de todas as cagadas que esteja fazendo – e sei que está, quando se trata de gente próxima de mim – dentro do seu consultório. Ele não vive em perene questionamento e, se vive, não diz a ninguém, pois não tem dentro da instituição, ou entre seus pares,

um lugar de dizer como zela por isso, de questionar isso (MAGNO, 1990, p. 166).

Fora um dispositivo pensado, uma mutação com vistas a analistas alforriados, com licenças para ficar livre não dá, mas para a Escola passada e a futura, já que neles a coisa se refunda e a instituição não pode cassar a autonomia. Um experimento que tinha a supervisão como linha de passagem e repassagem de bastão. Esforço de não repetição, de enfrentamento de ‘Institucionalização’. Funcionou? Funciona? Que a imaginação de cada qual se treine com isso (embora logo abaixo se saiba). Mas há a lógica. De um Analista Praticante, AP, pedir a uma Escola⁶ que o aceite, que aceite a sua autorização própria de si como analista – coisa que a Escola fará ou não. Já

Um analista autorizado por sua Escola, no primeiro sentido – aquele que se autoriza pela Escola –, é o que eu chamaria de um AMC [...] Ser autorizado por sua Escola é ser reconhecido no seio de sua Escola como alguém que sabe e pode fazer funcionar o paradigma de sua Escola. [...] Vejo, então, duas maneiras de dar autorização. Ou o sujeito está na dependência de uma Escola, por exemplo: estar na dependência da Escola de Freud, da Escola de Lacan, no sentido do dito a respeito do que seja psicanálise. Ou o sujeito re-fundar Escola – que, aliás, não é, de modo algum, fundar instituição. Isto qualquer bundão faz: é só ir lá e registrar, e ter mais meia dúzia de bundões para ficar em volta. É, sim, estar na dependência, se não mesmo na escravização, a determinado pensamento e poder, não superá-lo, pois se é uma Escola é insuperável, mas re-fundi-lo, re-dizê-lo. E quando um sujeito refunda uma Escola – caso, por exemplo, de Jacques Lacan, que, dentro da Escola supostamente freudiana, re-leu Freud e re-fundou Freud, portanto

⁶ “Uma Escola não é a instituição Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, ou a instituição Escola Freudiana de Paris, necessariamente. Uma Escola é esse dizer a respeito do que seja a psicanálise aqui e agora [...] a psicanálise é a pergunta ‘o que é a psicanálise?’, e se alguma resposta sobrevém, é esta resposta, aqui e agora, que autoriza o analista” (MAGNO, 1990, p. 146). É o nó proposto por Magno, um Escola é a resposta à pergunta ‘o que é uma psicanálise?’. “Estou querendo dizer com isto que não acredito em analista solto, livre. Nada mais preso do que um analista, porque sua liberdade é de caminhar livre e à vontade dentro da sua prisão – e o psicanalista só se autoriza por sua Escola. Ou seja, é autorizado por ela” (MAGNO, 1990, p. 146). Na medida em que tal analista responde ‘de acordo’ com o que pensam pares, dentro de uma instituição ou não, será assim e por isso reconhecido como psicanalista, escolado.

fez Escola –, então, ele se autoriza aí pela re-fundação e pode autorizar outros – não ele, a Escola que ele fundou, pode vir a autorizar outros nesse processo. [...] Um analista que está no terceiro sentido, fundador de Escola, é um verdadeiro AA, Analista Autônomo. (A Instituição ou a Escola pode situar algum AA no segundo sentido, ou seja: já deu conta e está em processo. Mas estas são questões institucionais, e há questões sérias aí, mas para tratarmos mais adiante.) Qualquer Escola no primeiro sentido serve para Formação de um Analista se, e somente se, há no seu horizonte a Escola no segundo sentido. Ou seja, a Escola sabe que pode até se dizer ser a psicanálise aqui e agora, mas não sempre. Assim, aquele tal AA, que ela produzirá, é aquele que sonha saber e poder defender a tese da sua Escola publicamente. Tese esta que deve ser aceitável por duas coisas: pela via teórica, como paradigma bem-sucedido; e pela via prática, como cura eficaz. Um Analista Autônomo é apostólico. Ele não pode não ser. Primeiro, ele faz o papel de enviado do seu Mestre-Escola. Depois, ele se torna, eventualmente, ele próprio, um Mestre-Escola. Está em jogo aí a transmissão e da teoria e da prática, sem a qual estaremos no regime da porralouquice. Tudo isso aí, quero referendar com apresentações e discussões teóricas. * * * Infelizmente, vou ter de contar para vocês o como e o porquê do meu propósito de institucionalização no processo da Formação do Analista – coisa que preferia não ter historicamente que fazer, que preferia que não acontecesse... Porém melou, é preciso contar... (MAGNO, 1990, p. 147).

Note-se que aí já se entra na seara da Instituição, e isso deixamos para outra ocasião, já que fugiria em boas medidas da nossa pontual convenção.

Enfim, mera costura e bordado de partes teciduais (tanto já fora dito que repercuti-lo e acompanhá-lo é já trabalho contumaz), sensibilizantes, se espera, para o congregado coagulado de mais a mais. Boa leitura do seguir!

Referências

GOLDENBERG, R. Sem supervisão nem controle. In: Onde Fala um Analista. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**. Nº29, Dezembro, 2005.

MAGNO, M. D. **De Mysterio Magno (seminário 88)**. Rio de Janeiro: aoutra, 1990.

MELLO, H. H. S. **O manuscrito perdido de Freud**. Campinas-SP: Escuta, 1987.

ROUDINESCO, E. **História da psicanálise na França - a batalha dos cem anos volume 2: 1925-1985**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

PROVISÃO – PREVISÃO – REVISÃO

1

SUPERVISÃO: EM BUSCA DA MALEABILIDADE DA ESCUTA E DAS PALAVRAS

Arielle Natalicio Garrido ¹

“Há quem receite a palavra ao ponto de osso, de oco
ao ponto de ninguém e de nuvem.
Sou mais a palavra com febre, decaída, fodida, na sarjeta.
Sou mais a palavra ao ponto de entulho...”

Manoel de Barros

Como se conduz uma análise? A pergunta que inquieta muitos jovens psicanalistas iniciantes na prática clínica foi o tema que mobilizou a escrita dessas tão breves linhas. Talvez a questão possa ser reformulada nos seguintes termos: o que um psicanalista tem a transmitir a outro, além de um posicionamento, a saber: o de que é necessário (re)inventar uma psicanálise para cada sujeito que nos interpela com sua demanda?

Conduzir uma análise exige muito além de um conhecimento teórico prévio. Tal condução exige uma posição ética de quem ousa se aventurar por esse caminho. É preciso, sobretudo, que o analista esteja implicado em relação ao seu próprio desejo. Trocando em miúdos, o que orienta um analista é o compromisso com sua trajetória em relação à diferença e à castração.

Ora, isso convoca que se coloque em questão a falta e o desamparo a favor da escuta de quem bate à porta de nossos consultórios. Assim, uma condição fundamental, a de ser desejante, pode ser considerada

¹ Psicóloga clínica graduada pela PUC/SP e psicanalista pelo Instituto Sedes Sapientiae. Atende adolescentes, adultos, casais e famílias desde 2006. Co-fundadora da Rede Gesto Psicanálise, onde oferece grupos de estudos e supervisão. Mestranda do Instituto de Psicologia da USP, atualmente pesquisando a interface Psicanálise e Alimentação junto à equipe do projeto Cozinha como Experiência, que utiliza a culinária como ferramenta terapêutica para trabalhar problemáticas alimentares.

motor tanto para conduzir uma análise, como para buscar um par na comunidade psicanalítica com quem se possa compartilhar tal condição e quiçá, apropriar-se de algo deste encontro.

Da mesma maneira, o lugar do supervisor também é oriundo de um processo de travessia de “autorização de si mesmo”, como nos aponta Lacan. Isso significa um empenho imprescindível com a base principal do tripé da formação analítica: a análise pessoal de quem escuta e o resultado dessa experiência de encontro com seu próprio inconsciente. Análise pessoal, formação teórica e supervisão compõem, portanto, esse complexo mosaico, e uma vez conjugadas, são conhecidos como os pilares que sustentam a escuta analítica a partir de uma posição ética.

O analista “se autoriza a partir de seu trabalho analítico, do deciframento de seu inconsciente, o que não é independente de seu trabalho de transferência – do que ele faz da relação transferencial estabelecida com seu analista.” (QUINET 2009, p. 114-115) E não menos importante lembrar: o analista no lugar de supervisor, de modo geral, não instrui, não ensina e não direciona o supervisionando, mas ajuda ele a se tornar analista para seu paciente. (DELOUYA 2020, p. 35, grifo do autor)

A formalização da supervisão como prática tem sua origem na criação do primeiro instituto de formação de analistas, fundado por Karl Abraham e Max Eitington em 1920, em Berlim. Visava tornar o tratamento analítico acessível a um grande número de pessoas, independentemente de sua condição sócio-financeira. (MENDES, 2012) Em 1919, Freud já havia mencionado a necessidade de uma *Kontrollanalyse*, que passou a ser prática obrigatória na IPA em 1925. Tal mobilização pode ser atribuída às dificuldades encontradas pelos analistas em lidar com sentimentos, reações e ações que poderiam ser suscitadas na relação com os pacientes.

Freud já apontava desde 1910, em carta a Binswanger, as dificuldades da chamada “contratransferência” como um dos entraves da técnica analítica, advertindo sobre os riscos de ofertar aos analisandos um material proveniente de seu próprio inconsciente. Ou seja, desde Freud temos a importância de se considerar que o encontro entre inconscientes do analisando e do analista, produz algo de enigmático e que exige uma espécie de “revisão”, pois há algo que faz furo na ideia de um saber absolutamente controlável ou controlado.

A contratransferência seria motivada por afetos inconscientes gerados no analista e levaria este a erros técnicos deslocando-o de seu lugar e fazendo-o perder o discernimento ético que sustenta uma análise. Freud se preocupava com um “mau uso” que poderia ser feito da contratransferência, ou seja, que o analista *agisse* tais sentimentos sem perceber que eles seriam um produto intrapsíquico de algo vivido intersubjetivamente. Freud identificou “duas formas típicas de contratransferência: o amor mal concedido e o saber excessivamente aplicado” (NASIO, 1999, p.110). Na visão de Freud, a contratransferência tinha algo de inapropriado, de indesejável e deveria ser reconhecida e superada pelo terapeuta. Do contrário, poderia se tornar um grande impedimento à continuidade do tratamento psicanalítico.

A esse respeito, Lacan traz avanços interessantes ao dizer que a contratransferência deveria ser levada em consideração pelo analista para seu próprio caminhar na formação e não usada como uma comunicação direta ao paciente. Lacan irá afirmar que a contratransferência diz bastante a respeito daquilo que faz obstáculo para que um analista ocupe sua posição de analista para o paciente. Isso implica a introdução da abstinência no exercício da prática clínica. A abstinência a qual nos referimos aqui não seria equivalente à neutralidade e sim, a evitar tomar o analisando e sua alteridade como

algo já sabido e conhecido por ele, impondo-se com suas próprias questões e assim, obliterando toda e qualquer capacidade de escuta.

A supervisão seria, portanto, uma resposta para contornar a contratransferência, constituindo-se como um espaço de acolhimento e elaboração de questões relativas à esta, tendo em vista que a investigação sobre o trânsito entre estados emocionais que um analista faz numa mesma sessão é uma pesquisa da qual ele não pode abrir mão. Sobre esse ponto, Sharpe in Sandler (1976) faz uma observação cirúrgica: “Dizer que um psicanalista que possui ainda limitações, obstáculos, complexos e pontos cegos é nada mais que dizer que ele continua um ser humano, e quando ele deixa de ser um ser humano comum, ele deixa de ser um bom analista”. (SANDLER 1976, p.60)

Muito embora tenha nascido como uma prática de aprendizagem da técnica e até mesmo de avaliação, vigilância e controle, seu intuito era possibilitar algum amparo aos psicanalistas iniciantes em sua prática clínica. Eis aqui um ponto bastante interessante: oferecer amparo seria a motivação fundadora da criação desse dispositivo. Ao olharmos retroativamente, veremos que nenhum analista, nem mesmo Freud, seguiu sua jornada clínica em isolamento, tendo em vista sua longa produção de correspondências trocadas com Fliess e outros expoentes da época.

Assim, podemos considerar que a existência da supervisão extrapola a noção de uma mera exigência institucional e se apresenta como central para o devir do psicanalista. Ela surge como uma resposta às iatrogenias e tropeços dos avanços históricos do movimento psicanalítico e aponta para horizontes profícuos, se considerarmos que não há analista que alcance qualquer tipo de “isenção” de seu inconsciente, seus efeitos e seus produtos no encontro com seus analisandos.

Acredito que assim, do desejo de dois analistas em encontrar amparo para a escuta na clínica, se iniciou uma bela amizade com Estanislau Alves Filho, de quem recebi o honroso convite para escrever esse texto. Um encontro que partiu de sua aproximação e interesse no trabalho de um grupo que coordeno em parceria com outros colegas, chamado Gesto Psicanálise.

Na ocasião, que conta aproximadamente de uma década, Estanislau vinha dando seus primeiros mergulhos no mundo psicanalítico e trazia na bagagem para o grupo de supervisão sob minha responsabilidade, além de um vasto conhecimento sobre a teoria psicanalítica, questionamentos e inquietações cuja riqueza me acompanham ao longo de todo meu percurso profissional. Éramos um grupo de jovens analistas, uns com mais experiência de atendimentos, outros com mais estudos teóricos sobre psicanálise, todos fortemente ancorados no desejo de compartilhar a clínica e aprimorar nossa escuta entre pares.

Uma super-visão seria ali melhor sustentada pela união de diferentes visões sobre um mesmo caso, formando o que eu chamaria de uma “visão ótima” da situação analítica apresentada pelo supervisionando, distanciando-se de uma relação assimétrica, para dar lugar a uma relação de horizontalidade e complementaridade de saberes. Nesse sentido, Estanislau contribuiu de maneira significativa. E desse encontro se faziam ambos caminhar na psicanálise, supervisora e supervisionando, confirmando as palavras do poeta Manoel de Barros, de que “para enxergar as coisas sem feitio é preciso não saber nada”.

Gesto Psicanálise

A Gesto Psicanálise nasceu do desejo de sete analistas jovens, recém-formados, que em 2006 decidiram se reunir para compartilhar o

desejo de formar uma rede de atendimentos que permitisse um mapeamento territorial geográfico de psicanalistas na cidade de São Paulo. Um dos intuitos era fomentar a existência de espaços de discussão e de reflexão sobre a psicanálise, em sua interface com a clínica e em sua interface com a cultura. Com isso, pretendia-se ampliar o alcance do atendimento psicanalítico, a partir da criação de um site que permitisse a qualquer pessoa interessada em fazer análise, o acesso aos consultórios de psicanalistas localizados em diversos bairros da cidade, incluindo bairros mais periféricos.

O grupo buscava encontrar uma maneira de ampliar o acesso ao atendimento psicanalítico a um público que originalmente não teria fácil acesso a ele. Usar a internet para fazer esse tipo de divulgação à época era atividade ainda pouco explorada e muitas resistências foram encontradas no caminho. Afinal, escolher um analista sempre foi algo ancorado pela transferência institucional, ou com aquele que faz a indicação. O que poderia significar buscar um analista “na internet” através de sua geolocalização? Isso rompia barreiras e heranças bastante ortodoxas e tornava marginal tal iniciativa. Ao mesmo tempo, um lugar às margens era justamente o que se buscava, considerando o elitismo que assolou as instituições psicanalíticas em nosso país e considerando as filas enfrentadas em clínicas-escola por pessoas que não tinham condições financeiras de frequentar os consultórios de analistas nas regiões centrais da cidade.

Reduzir distâncias geográficas entre essas pessoas que se beneficiariam de uma análise e analistas dispostos a analisar parecia ser uma proposta interessante, com vistas a democratizar o acesso à psicanálise. Produzir deslocamentos geográficos da psicanálise na cidade parecia ser uma forma de desencarcerar a escuta psicanalítica, tornando o lugar de transmissão, prática e estudos disponível para mais

peças. Viabilizar esse projeto numa era pré smartphones e mídias sociais foi a tarefa primordial desse grupo que se reunia todas as quintas-feiras à noite a fim de alavancar tal empreitada .

Tais ideias deram origem à Clínica da Gesto, que atualmente é composta por sete psicanalistas responsáveis pelas atividades clínicas de formação e supervisão e conta com trinta membros analistas associados que atendem em diversos bairros de São Paulo e Guarulhos. Além de cuidar da interação entre membros associados e pacientes via encaminhamentos que são feitos a partir da solicitação digital via site, a Gesto oferece desde 2007 seminários teórico-clínicos e grupos de supervisão para os analistas que se dispõem a realizar os atendimentos, como uma forma de amparo nessa jornada de formação.

As supervisões clínico-institucionais com equipes no Brasil tem forte ancoragem na escola de Budapeste, mais especificamente nos grupos Balint. Balint, representante do movimento húngaro de Psicanálise, dedicou-se à formação de grupos de supervisão de profissionais tais como assistentes sociais e médicos, tendo como objeto do trabalho grupal a análise da contratransferência de cada um dos participantes em relação aos seus pacientes.(BALINT, 1957-2005) A experiência com os Grupos Balint permitiu o reconhecimento do trabalho sobre a contratransferência, sendo fonte de inspiração para a prática de supervisão em grupo.

Nesses grupos, os aspectos contratransferenciais são validados e são considerados os aspectos mais arcaicos mobilizados pela situação grupal, favorecendo substancialmente uma redução da rigidez superegógica que uma supervisão pode assumir. Um desafio fundamental das supervisões nos estágios iniciais de formação seria permitir a progressiva introjeção de diferentes enquadres analíticos (CASTANHO 2023), que permitam ao analista operar a partir de um lugar

menos submetido a um superego técnico cruel. “Tal interiorização se beneficia enormemente do espaço de supervisão como experiência de contato com fenômenos psíquicos, sua sustentação e transformação”. (CASTANHO, 2023)

A supervisão, enquanto ferramenta importante de apropriação subjetiva no percurso profissional do analista, precisa ser manejada com cautela, considerando o material trazido pelo supervisionando e os aspectos de seu próprio inconsciente contidos na apresentação do caso. O relato de um caso clínico é uma construção conjunta, não se tratando de uma descrição objetiva pura e simples de acontecimentos vividos numa sessão e tampouco fazendo caber neste espaço uma abertura demasiadamente extensa sobre os afetos do analista que o apresenta.

Alguns autores da psicanálise contemporânea como Ogden (2005) trazem grandes contribuições sobre a situação analítica de supervisão. O autor afirma que o paciente apresentado é “uma ficção criada no meio das palavras, da voz, dos movimentos físicos, ironia, sagacidade, comunicações inconscientes como identificações projetivas e assim por diante”. (OGDEN,2005) E ainda acrescenta que o valor ficcional remete ao trabalho de “sonhar o paciente” realizado pela dupla. Assegurar uma estrutura que permita ao supervisionando pensar e estar atento ao que ocorre no atendimento com liberdade e proteções, simultaneamente, seria de extrema importância para uma supervisão ser um campo fértil de aprendizado e apropriação subjetiva.

Para Ogden (2005) a estrutura de supervisão é uma presença sentida que oferece ao supervisionando um campo seguro no qual seus esforços serão tratados de maneira humana, respeitosa e confidencial. Nas palavras do autor:

O supervisionando confia ao supervisor algo altamente pessoal — sua experiência consciente, pré-consciente e inconsciente da intimidade e da solidão, da vivacidade sexual e da morte, da ternura e do medo da relação analítica. Em troca, o supervisor mostra ao supervisionando o que é para ele ser (e continuar a se tornar) um analista através da maneira como ele pensa e sonha, a maneira como formula e expressa suas ideias e sentimentos, a maneira como responde às comunicações conscientes e inconscientes do supervisionando, a maneira como reconhece o supervisionando como um indivíduo único para quem a relação de supervisão está sendo recém-inventada. (Ogden, 2005, p.1269, tradução nossa).

Ora, se a experiência analítica não deixa de ser uma experiência emocional de encontro entre inconscientes, a supervisão pode ser uma experiência de compartilhamento e amparo, uma extensão da clínica em que se ampliam a capacidade de sonhar e de pensar, com vistas a restaurar a capacidade de escuta, de presença e do lugar ético do analista em seus atendimentos. E ainda, como nos ensina o poeta, a recuperar a palavra enquanto um objeto maleável, explorar sua faceta desconhecida, fazer uso dela em lugares inusuais. A supervisão parece ser um espaço privilegiado para que esse jogo aconteça com liberdade e segurança.

Referências

- BALINT, M. *O médico, seu paciente e a doença* (título original: *The doctor, the patient and his illness*, trad. de Roberto de Oliveira Musachio, 2ª. ed.). São Paulo: Atheneu, (1957-2005), 291 p.
- BARROS, M. , 1916-2014. *Meu quintal é maior do que o mundo* [recurso eletrônico] / Manoel de Barros ; 1. ed. - Rio de Janeiro : Objetiva, 2015'.
- BARROS, M. *Retrato do artista quando coisa*. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Record: 2001.

CASTANHO, P. *A supervisão na psicanálise contemporânea: transmissão do estilo clínico empático*. Colóquio online. Instituto de Psicologia da USP. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J60rlBKG740>

DELOUYA, D. Notas sobre o trabalho da supervisão e seus fins. In: DUVIDOVICH, E; GOLDENBERG, R.; BROIDE, E. E. (Orgs.). *A supervisão psicanalítica: ofício da transmissão*. São Paulo, SP: Zagodoni, 2020. p. 35-41.

MENDES, E. R. P. Sobre a supervisão. *Reverso*, Belo Horizonte, MG, ano 34, n. 64, p. 49-56. dez. 2012. Publicação semestral do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais.

NASIO, J-D. *Como trabalha um psicanalista?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 170 p.

OGDEN, T. H. (2005). On psychoanalytic supervision. *International Journal of Psychoanalysis*, 86(5), 1265-1280.

QUINET, A. *A estranheza da psicanálise: a escola de Lacan e seus analistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009

SANDLER, J. in SHARPE (1947). A contratransferência, in *O paciente e o analista: fundamentos do processo psicanalítico*, cap.6. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

2

PRIMEIRO SUPERVISOR OU: DA TRANSFERÊNCIA EM SUPERVISÃO

*Gabriele Carlomagno Vilanova*¹

Na sequência de alguns textos sobre transferências² dessa coleção³, chego ainda com dúvidas e descompassos sobre o que seria, na prática, uma transferência “supervisional”. Com curiosidade, me pego pensando em quem eu escolheria como meu primeiro supervisor. Com este texto, que apesar de se propor pouco sofisticado, pode parecer empático àqueles que estão em um estágio semelhante ao meu de formação, formalizo dúvidas – acompanhando os curiosos, os temerosos e, por vezes, os obsessivos em relação à nossa autorização para seguir adiante. Seguem brevemente os atos da minha angústia e prazer, e uma carta que escrevi para meu ex-analista.

Do achado de um analista que nos sustente sem muita resistência

Quando eu perguntei ao meu analista sobre o analista dele.

Analista: *Tive sorte!*

¹ Enfermeira Obstétrica na Universidade Federal do Paraná (UFPR-Curitiba) e Etnógrafa na Universidade de Londres. Integra o Grupo de Pesquisa em Educação Interprofissional em Saúde (GPEIS) na UNIFESP-Baixada Santista e é membro do Grupo de Trabalho “A transdisciplinaridade na clínica de bebês: da gestação à primeira infância” na Associação Psicanalítica de Curitiba. Doutora pela Florence Nightingale Faculty na Inglaterra, tem como foco de pesquisa, estudos e atuação a psicanálise de gestantes, puérperas e recém-nascidos, atualmente participando do cartel sobre “A Interpretação dos sonhos” de Freud (1900).

² Conferir: SILVA FILHO, E. A. & ESTEVÃO (orgs.). *Princípios psicanalíticos de transferências e suposições*. Cachoeirinha: Fi, 2024.

³ Coleção “Princípios Psicanalíticos”, cujo presente volume [‘Princípios Psicanalíticos de supervisão e controle’] passa a integrar [na sequência de ‘Princípios Psicanalíticos de transferência e suposição’ e ‘Princípios Psicanalíticos de entradas e variedade casuais’].

Ele dizia que tivera sorte de encontrá-la. E que ficou com ela por muitos e muitos anos. Sorte? Será que também tive sorte? Pareceu-me tão aleatório - de início - ter encontrado um analista. Uma indicação do meu psiquiatra – também psicanalista.

Psiquiatra: *Poxa Gabriele, deixa eu pensar em alguém aqui para você. Tenho várias opções. Me dê um tempo para pensar e te dou um retorno em breve.*

E levou umas horas para o psiquiatra me retornar com o nome de um psicanalista lacaniano. Parecia até que era um tipo de pedigree.

Psiquiatra: *ele é “Lacaniano”.*

Eu lá sabia o que isso significava? Ou que diferença faria para sei lá o que eu ia fazer. Na época, eu acreditava que para não ter que ouvir minhas ladainhas e choros, o psiquiatra teria terceirizado a escuta das minhas baboseiras a um Lacaniano. Hoje penso que me conhecendo como me conhecia, e sabendo de minhas demandas, teria meu psiquiatra facilitado (minha sorte) a encontrar meu analista? Esse mesmo analista, mais para frente, não mutilaria meu desejo por ser analista, entre outras muitas coisas. Inconscientemente, a escolha foi feita por quem conhecia a ambos? Gosto tanto de fantasiar sobre isso.

Psiquiatra: *depois me conta se deu certo. Ele vai te ligar para vocês conversarem. Até mais. Tchau.*

Depois desse momento, e eu contar que estava gostando do lacaniano, meu psiquiatra passou a usar muito uma frase durante as nossas consultas: “isso aí você conversa lá com seu analista!”.

Será que outras pessoas que possuem boas memórias de análise pessoais brincam com a palavra *sorte* ao ter encontrado um profissional com quem fosse possível experimentar transferências analíticas? Quem se questiona se teve sorte ao experimentar o afeto da transferência, provavelmente fala da possibilidade que teve - não garantida - de

construir uma relação terapêutica significativa. Então, provavelmente, daí a sensação de sorte, pela não garantia que vai “funcionar” para todo mundo com qualquer um.

A transferência, bem-sucedida – pelo menos do ponto de vista de quem está se colocando a trabalho de se analisar –, forma um amalgama de sensações de afeto, confiança e deslocamentos impensáveis que, inclusive, instiga (pelo menos parcialmente) a vontade de se permitir desejar a se autorizar.

Na ânsia de entender o trabalho do meu analista, muito antes sequer de eu cogitar eu mesma me imaginar um dia analista, ele me disse que *aquilo* que tínhamos era, sobretudo, uma relação humana. Aquilo que tínhamos era uma relação entre dois humanos. Logo, não sem conflitos. Professor Freud já tinha me avisado que há um mal-estar nas relações – reações-ações – humanas. Não há muita escapatória de conflitos para que a transferência em análise ocorra. E na supervisão? Como é que isso funciona? Será que posso dramatizar esse momento de primeira supervisão? De uma coisa eu sei: terá de ser engraçado. Sim, se seu analista não for um pouco engraçado/a, eu desconfiaria dele/a, e para mim não espero diferente com/de um supervisor. Claro, você pode trocar engraçado por ‘dotado de bom senso de humor’, se quiser.

Nesse movimento de encontrar e permanecer com um analista, existem muitas escolhas no percurso. Por isso, não é apenas uma questão de sorte, mas sim um ato de escolha contínuo. Escolher um analista é uma decisão carregada de significado; e o mesmo valeria para a escolha de um supervisor? Por que permanecemos com um analista específico? Amigos meus dirão que cada analista tem o analisando que merece. Ainda não sei, mas cada pessoa em análise tem o analista que escolheu. A sorte talvez esteja mais relacionada à rapidez com que encontramos alguém com quem nos sintamos à vontade, assim como

em qualquer outra relação humana. Terei o supervisor que mereço, escolhi e com sorte?

Do desejo de ser analista

Insisto nessa indagação sobre o que seria a transferência em supervisão com um supervisor que ainda nem existe. Talvez eu tivesse que primeiro recordar um pouco melhor de onde e quando veio o desejo de ser analista.

Analista: *you are dead, you are dead.*

Mas meu analista nunca disse que eu estava enterrada ou condenada, então resolvi ficar um pouco viva. E semana após semana, não sei por quanto tempo, eu fui inventando formas de estar viva no mundo.

Eu: *I am melancholic, my dear Analyst. Since childhood, daughter of a dead mother.*

Analista: *and maybe I am the person who is sadder than you know.*

Eu: *Is it possible to be sad and be an analyst? It is possible to be melancholic, alive, sad and happy? To be an analyst?*

Analista: *It is possible to do something with the symptom, but the symptom is here... it is already posted. Azar o seu. O que você quer? O que você quer, Gabriele?*

Quando foi que o desejo de ser analista apareceu para mim? Não sei exatamente. Pode ter começado em diálogos e conversas como o exemplo acima. Mas se eu tivesse que hipoteticamente apontar um momento, provavelmente o desejo se instalou quando meu analista demonstrou a possibilidade de eu me escutar. Não apenas ouvir minhas palavras, mas conectar meus relatos com minhas emoções e até mesmo com as sensações em meu corpo. Lembro-me que aos poucos, deixei de buscar explicações racionais e fisiológicas para minha enxaqueca e me

permiti sentir a dor que me incapacitava e outras emoções em mim que eu insistia em não notar.

Já logo nas nossas primeiras sessões, fui descobrindo que há limites pessoais para a singularidade das variedades da conduta humana. Um pouco depois fui percebendo que a insistência e permanência na minha posição soberba só pôde ser parcialmente percebida (e talvez levemente deslocada), porque meu analista sustentou tantos absurdos que eu lhe fazia ouvir. Então aqui eu proponho um início para a vontade. Mas quando foi que eu comecei a apostar mesmo no desejo? Foi depois, depois de conhecer outros analistas, depois de começar a frequentar seminários, grupos de trabalho e entrar para um cartel – e comprar muitos livros. Fica difícil precisar o momento, até porque nunca cheguei a um “fim de análise”, mas não tenho dúvidas que foi com meu primeiro analista que tudo isso começou.

Do desejo de se autorizar

Uma coisa é identificar o desejo, outra é bancar e investir nesse desejo. E outra ainda é autorizar-se neste desejo. Reconhecer o desejo e apostar nele é importante, mas o que faz realmente eu investir em tudo isso talvez seja ainda mais interessante. Imagino que ajudar o sujeito a se permitir a realizar suas potencialidades, e que ele viva o que é possível dado o contexto histórico e cultural de onde vive faz minha vontade de atender ser uma boa justificativa para investir nesse trabalho. E é o que tento fazer comigo também. Viver mais no presente, facilitar a vida que escolhi com o estilo de vida que adotei, e usar meus sintomas a meu favor para uma vida mais tranquila. Aprender a diminuir sofrimentos desnecessários e descobrir para mim maneiras

menos complicadas de ser quem eu sou, de acordo com minhas circunstâncias de vida, de modo a sustentar o desejo e o investimento que faço nesta formação.

Para os lacanianos, há uma linha de divisão da boa e da má maneira de conceber a transferência. Parece-me que essa minha angústia de descobrir uma transferência supervisonal seja da ordem de que, provavelmente (é o que imagino), os casos mais difíceis na minha futura profissão serão justamente aqueles e naqueles nos quais encontrarei minhas resistências, ligadas a conteúdos de análise pessoal. Portanto, em supervisão, se trataria de questões mais minhas que do cliente. Não me parece necessariamente que eu tenha que esperar um “fim de análise” para me arriscar e tão pouco procuro na ideia da supervisão uma correção – no sentido de se o que estou fazendo seria certo ou errado –, mas me pego em um aspecto de buscar vias de superar meus próprios conflitos com o caso. Deveria eu apenas esperar a hora chegar e seguir sem tantas perguntas? Mas não consigo.

Da procura por um supervisor

Mesmo depois de ter passado por diferentes analistas, é o afeto que achei na relação com meu primeiro analista que penso querer cultivar (repetir?) nas minhas primeiras supervisões. Para alguns autores como Silva e Brandt (2019), a supervisão com um psicanalista experiente funciona bem na identificação de aspectos de resistência, tanto por parte do paciente quanto do analista iniciante. Além disso, o supervisor pode apontar a contratransferência, que pode ser explorada pelo analista em sua análise pessoal. Neste caso, analista e supervisor seriam duas pessoas distintas.

Não acredito em alta definitiva em análise pessoal e não me parece que a supervisão poderia ser menos importante com o passar dos anos. Mas entendo que há movimentos e fases em que talvez trabalhemos menos ou mais com o supervisor. Dependendo do teor e do material a ser trabalhado, mesmo um analista experiente poderia se comportar como um iniciante diante de um caso clínico e no seu trabalho com o supervisor, já que o inconsciente é atemporal?

Sobre o conceito de contratransferência, entendo-a como reações inconscientes do analista em relação à transferência do paciente. A contratransferência, portanto, dificultaria o processo analítico, pois me impediria de dar conta da resistência da pessoa que estou atendendo, tornando-me eu mesma resistente. Por isso que pensei que ninguém melhor que um ex-analista meu para ser um supervisor neste início de profissão. Em “Cartas a um jovem terapeuta: Reflexões para psicoterapeutas, aspirantes e curiosos” (2021), Calligaris oferece duas indicações quanto à escolha de um supervisor. A primeira é que a supervisão não deveria custar mais do que o caso referente à pessoa que estou atendendo e a segunda seria reconhecer um bom supervisor não pela capacidade de aula clínica ou bagagem teórica, ao ponto de me expor o que teria feito diferente de mim em uma ação com o paciente. Para Contardo, salvo raras exceções, o supervisor deveria inspirar confiança no jovem analista. De todas as recomendações e reflexões ao jovem analista, Contardo reserva menos de uma página para falar da supervisão. Após reler partes do livro com a esperança de evitar perguntas desnecessárias neste texto, percebi que, embora tenha reduzido algumas das minhas dúvidas, a vontade de conversar com meu ex-analista aumentou. Faço uma carta com perguntas que ao lê-la no final parece mais uma carta de elogio do que de convite.

A carta:**Querido primeiro-analista,**

Lembra de mim? De você permanecem algumas lembranças e faz tanto tempo que não conversamos que dentre as memórias de nossas sessões algumas editei e outras inventei. Muitas me acompanham no dia a dia, numa colocação verbal aqui, em um trejeito ali, em uma expressão divertida.

Bem, a razão pela qual estou aqui é para pedir que você retorne. Não, não para me salvar como da primeira vez que solicitei sua ajuda, mas para me instilar confiança em um desejo que, sozinha, não consigo dar continuidade. É um desejo comum imagino, aquele que surge quando encontramos deslocamentos e mudanças antes impensáveis por meio da psicanálise: o desejo de nos autorizarmos.

Acho difícil alguém escrever uma carta, ou melhor ter coragem de enviar uma carta, ainda mais hoje, se não for por lubricidades. E não tenho pressa em lhe confiar essa função de supervisor, nem de elaborar este pedido, viu? Começaremos só quando eu me autorizar? Mas não depois do fim de minha análise pessoal, por favor! Talvez a carta seja mesmo um exercício de me expor ao ridículo de deixar registrado aqui minhas angústias e medos pré-autorização e uma forma de refletir sobre o meu desejo diante de uma pessoa que já passou por esse momento, imagino. Existe leitura flutuante? Será que é assim que você lerá esta carta?

Depois de superar a angústia de nossa separação, que não foi pelo fim da análise, mas por outros tantos motivos, e ao vivenciar outras relações analíticas, percebo essa minha curiosidade pela supervisão como um complemento à minha análise em andamento e ao meu desejo de atender. Quem melhor do que você para me acompanhar neste momento? Alguém que me conhece; alguém em quem confio, alguém por quem sinto simpatia, não por conhecê-lo, porque não o conheço, mas por ter a sensação de que, de

algum modo, a sua libido e dedicação ao ato analítico facilitou meu trabalho de análise.

Não é continuação, mas de alguma forma também será. Os casos mais difíceis serão aqueles em que resistirei, temerei e duvidarei por questões de conteúdo de análise próprias. E você é quem eu queria que passasse de ex-analista para futuro supervisor. O que quero repetir aqui? A sensação de deslocamento? A ilusão de confiar em alguém que gosta tanto de psicanálise? Seria saudades? – lembranças- (repetição) do primeiro amor em transferência com excitação inconsciente?

Outras vantagens, é que eu sei que você não me cobraria sem antes perguntar o quanto posso pagar por sua supervisão – sem julgar se estou oferecendo o suficiente para satisfazer meu desejo. Se te peço esse favor é porque também já não te idealizo e não espero que preencherás com o que preciso para ser uma (boa) analista. Você já percebe que um pouco de você está em mim, nessa “brincadeira de esquema de pirâmide”, onde estou na base, mas sem saber exatamente onde você se encontra nesse esquema que, por mais criticado que seja por várias pessoas que conheço, foi o esquema que mais funcionou para diminuir minhas enxaquecas e insônias até aqui.

Se venho marcada pelo lugar que ocupo, pelos meus fantasmas e pelas fantasias e ambientes que me cercam, eu também tenho marcas tuas que geraram em mim as primeiras curiosidades sobre a psicanálise. A constituição dessa primeira relação, que para mim se mantém como primordial, se funde com outros analistas pelos quais passei. Mas existe um fio diferente de seu trabalho comigo. Em última instância, se tenho afeto pelo desejo de me tornar e me autorizar analista, uma aposta sua foi feita quando aceitou me escutar naquele fim de tarde de uma semana qualquer, sobre a angústia que me assolava sem nem saber exatamente o quê.

Estaria eu querendo repetir um prazer com você? A coisa repetida seria motivada pela mesma força de repetição anterior? Ou estaria eu fixada em

reproduzir o que vivi na análise com você? A vontade de ser analista seria essa minha audácia de ocupar seu lugar e me fazer de você com outra pessoa? Que vaidade, parece-me. Se busco um retorno do passado neste espaço particular de analista, será que essa construção é permitida? Uma transferência neurótica? Ou seria apenas uma (simples) experiência que para mim foi boa?

Na prática, não sou mais como uma apaixonada que teme a separação, pois já passamos - ou melhor, eu passei - por isso. Espero que essa experiência me leve a outras separações, inclusive com você mais uma vez. Não buscarei em você curas, nem testarei sua presença em tempos difíceis. Sem ansiedade pela sua perda – e se eu tiver sorte – espero separações. Não apenas de você, mas também com quem vier me procurar por ajuda. O que cessará será, em algum momento, essa parceria, para que outras venham, com outros analisandos e supervisores de outras ordens. Porque a vida é movimento.

Mas sem otimismo exagerado ou grandes pretensões, a ideia de tê-lo como supervisor rende interpretações. O que proponho aqui é, apesar dos perigos e das críticas - inclusive as suas -, não quero ser seu clone, ou depender de você; porque não é disso que se trata esta carta. Já que você uma vez me ajudou a me autorizar a falar e a sentir, e agora a escrever, escrevo esta carta com medo mesmo, mas também com vontade de seguir.

Com alegria,

Gabriele

Bibliografia

CALLIGARIS, Contardo. *Cartas a um jovem terapeuta: reflexões para psicoterapeutas, aspirantes e curiosos*. Planeta Estratégia, 2021.

SILVA, Jenifer Branco da; BRANDT, Juan A. Transferência como resistência: discussão a partir da experiência de supervisão. *Vínculo*, São Paulo , v. 16, n. 2, p. 185-195, dez. 2019.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. *A Interpretação dos Sonhos (1900)*. Vol. IV Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

ZYGOURIS, Radmila. *Pulsões de vida*. São Paulo: Escuta, 1999.

3

VISÃO ALÉM DO ALCANCE OU BARRA NO IMAGINÁRIO?

Daniela Smid ¹

A função da supervisão na formação do psicanalista, tanto na psicanálise freudiana quanto lacaniana, ocupa um lugar crucial no processo formativo do analista, pois envolve não apenas o aprendizado técnico, mas o posicionamento subjetivo do analista diante do saber inconsciente. A supervisão constitui-se como um espaço de reflexão sobre a prática clínica, e sua importância decorre da complexidade inerente ao manejo da transferência na relação analítica. Nessa relação, questões relativas ao desejo do analista, à transferência e ao lugar do sujeito na estrutura analítica são fundamentais e requerem elaboração constante.

Supervisão na Psicanálise Freudiana

Em 1919, no congresso da IPA em Budapeste, Hermann Nunberg teve uma ideia que hoje parece óbvia, mas que na época foi uma pequena revolução: sugeriu que, para ser psicanalista, a pessoa precisaria primeiro passar por uma análise. "Simples assim!", você pode pensar, mas Otto Rank, com o apoio de Ferenczi, deu um belo *timeout* na proposta e impediu que ela fosse votada. Contudo, como toda boa ideia, ela encontrou seu caminho.

O termo *Kontrollanalyse* foi a carta que Freud tirou da manga pela primeira vez também em 1919, num artigo escrito em húngaro (sim, o

¹ Psicanalista, graduação e mestrado na USP, co-autora do livro "Patologias do social" e autora do livro "A análise está andando?"

homem era poliglota!) sobre o ensino da psicanálise nas universidades. Nele, Freud deu aquela dica essencial: o futuro psicanalista precisa, antes de tudo, garantir que tenha a supervisão de um analista experiente. Só assim ele estará preparado para conduzir as famosas análises terapêuticas. Ou seja, nada de sair por aí analisando sem um bom "GPS" freudiano para guiar!

Já em 1920, o prestigiado Instituto Psicanalítico de Berlim (ou BPI, para os íntimos) entrou em cena e começou a pavimentar a estrada para o que hoje chamamos de análise didática. Foi um marco na história da psicanálise. E, no Congresso de Bad-Homburg em 1925, Max Eitingon colocou a cereja no bolo ao tornar a análise didática e a supervisão requisitos obrigatórios para qualquer sociedade afiliada à IPA.

Desde então, a regra é clara: não importa sua formação acadêmica ou crença religiosa, quem quiser ser psicanalista precisa passar pelo divã como paciente e depois se submeter à supervisão. É o combo oficial que a IPA firmou como padrão a partir de 1925. E assim nasceu o rigor na formação psicanalítica que conhecemos hoje!

O Instituto Psicanalítico de Berlim abriu suas portas no dia 14 de fevereiro de 1920, em um espaço estrategicamente organizado por Ernst Freud na Potsdamer Strasse. Um verdadeiro hub da psicanálise, o instituto não era só um local de estudo, mas um laboratório vibrante onde o futuro da formação analítica estava sendo esculpido. Durante uma década, ele foi o palco principal para a consolidação dos princípios da análise didática e acabou virando o modelo "padrão ouro" para todos os institutos que a IPA viria a estabelecer pelo mundo.

E quem estava no comando do show? Max Eitingon, claro! Até se mudar para a Palestina, ele presidiu a comissão de ensino, garantindo que o treinamento dos psicanalistas seguisse uma fórmula que ainda usamos hoje: análise didática (divã obrigatório), ensino teórico (sim,

tem que estudar!), e supervisão (alguém para “guiar” os primeiros passos). Foi em 1923 que esse trio de requisitos entrou oficialmente no mapa, marcando o início da formação psicanalítica como a conhecemos.

Na tradição freudiana, a supervisão é pensada como um dos pilares da formação, juntamente com a análise pessoal e o estudo teórico. Freud não deixou um protocolo explícito sobre a supervisão, mas seus textos indicam que a transmissão da prática analítica depende de uma relação entre o analista experiente e o aprendiz, de modo que este último possa refletir sobre os impasses de sua prática.

A supervisão freudiana se concentra, sobretudo, no manejo da transferência, um conceito central na obra de Freud. A transferência, definida como a repetição de padrões afetivos inconscientes nas relações atuais, é considerada o principal motor da cura analítica, mas também um campo onde o analista pode se ver capturado. Assim, a supervisão oferece ao analista em formação um espaço para identificar os efeitos contratransferenciais, ou seja, suas próprias respostas emocionais à transferência do analisando, garantindo que ele possa manter uma posição de escuta e não de identificação.

Freud também considera a importância de o analista ser capaz de sustentar o espaço de abertura para o inconsciente do paciente. A supervisão, portanto, serve para que o analista aprenda a suportar o não-saber e a ausência de garantias, que são constitutivas do ofício analítico. Neste sentido, a supervisão é uma prática de transmissão do "saber-fazer" frente ao inconsciente, exigindo que o supervisor ajude o supervisionado a reconhecer e manejar os aspectos inconscientes que surgem na clínica.

Supervisão na Psicanálise Lacaniana

Foi Lagache quem deu a largada para a criação da Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP, 1953-1963), reunindo um verdadeiro *dream team* da psicanálise francesa. Entre os fundadores estavam Lacan (o próprio mestre dos enigmas), Dolto (a rainha da psicanálise infantil), Juliette Favez-Boutonier (a força tranquila), além de uma constelação da terceira geração: Didier Anzieu, Jean Laplanche, Jean-Bertrand Pontalis, Serge Leclair, François Perrier, Daniel Wildlöcher, Jenny Aubry, Octave Mannoni, Maud Mannoni e Moustapha Safouan.

E, olha só que curioso: todo mundo desse clube seleta estava — ou já tinha estado — em análise ou supervisão com Lacan. Sim, o próprio Lacan, que além de ser o anfitrião do divã, era praticamente o epicentro das transformações da psicanálise na França.

Mas vamos para uma tentativa de abarcar o que e onde Lacan falou sobre supervisão. Recorrendo ao Índice de referências dos seminários de Lacan, de Henry Krutzen, temos o termo supervisão aparecendo nos seminários 2, 6, 10, 13, 16 e 23.

Na perspectiva lacaniana, a supervisão assume contornos específicos que ampliam a concepção freudiana ao articular a função do analista com o lugar do saber inconsciente. Para Lacan, o analista deve ocupar uma posição de não-saber, que é distinta de qualquer saber suposto que o paciente possa atribuir a ele. Isso exige que o analista se separe de qualquer identificação com a posição de mestre ou de alguém que detém a verdade sobre o inconsciente do paciente. A supervisão, nesse sentido, é um espaço em que o analista em formação é conduzido a confrontar seu próprio desejo, ou seja, a interrogar o que o move na prática clínica, afastando-se de uma posição de identificação imaginária com o saber.

Um aspecto central da supervisão lacaniana é o conceito de "sujeito suposto saber", fundamental na estrutura da transferência. No contexto da formação analítica, o supervisor não ocupa a posição de visão além do alcance, mas muitas vezes de barra no imaginário do analista supervisionado, pois um dos objetivos da supervisão lacaniana é que o supervisionado se desprenda do empuxo provocado pelo imaginário de fazer alienação ao que o analisante conta de si e passe a lidar com a dimensão do real no ato analítico – um real que escapa ao saber e que desafia a completude de qualquer interpretação.

A Função da Supervisão: Identidade e Identificação

A função da supervisão na formação do psicanalista lacaniano está intimamente ligada ao questionamento da identidade e da identificação. Lacan diferencia identidade e identificação ao afirmar que a identidade é uma ilusão, um efeito de superfície sustentado por significantes que estruturam o sujeito. A identificação, por outro lado, refere-se ao processo pelo qual o sujeito se constitui a partir de suas relações com os significantes e com o desejo do Outro. O psicanalista em formação deve ser conduzido, via supervisão, a questionar qualquer identificação que mantenha com o saber, com o paciente ou com o imaginário da cura.

A supervisão tem como função desconstruir as identificações rígidas do analista em formação, especialmente a identificação com o "mestre" que tudo sabe. Ao invés disso, o analista deve aprender a ocupar o lugar de falta no campo simbólico, um lugar que não se sustenta por uma identidade fixa, mas por sua abertura ao desejo e ao não-saber. Essa é a ética do ato analítico, que, segundo Lacan, envolve um deslocamento do analista em relação ao campo do saber, para que ele possa sustentar a posição de quem não oferece respostas, mas

possibilita que o sujeito, por meio da transferência, encontre suas próprias questões e caminhos de elaboração.

O Desejo de Analista e a Função Supervisora

O conceito lacaniano do "desejo de analista" desempenha um papel crucial na supervisão. Trata-se de um desejo específico, que difere do desejo pessoal do analista e que se articula com sua função na cura. Este desejo de analista é o que faz função para que ele não esteja ali para satisfazer as demandas do paciente, mas para sustentar um espaço onde o desejo inconsciente possa se manifestar. Na supervisão, o supervisor ajuda o analista a reconhecer onde seu desejo está em jogo na escuta, garantindo que ele não caia na armadilha de suas identificações imaginárias ou de seus desejos pessoais.

A supervisão, portanto, não é um espaço técnico de correção, mas um dispositivo fundamental para a formação do analista enquanto sujeito do desejo, alguém que se coloca numa posição ética em relação ao inconsciente. Esse movimento ético é essencial para que o analista possa exercer sua função sem sucumbir às armadilhas das identificações, garantindo que ele possa operar a partir de uma posição que privilegia o desejo e não a demanda do Outro.

Por fim

A supervisão na formação do psicanalista, tanto na perspectiva freudiana quanto lacaniana, é fundamental para o desenvolvimento de uma escuta analítica que respeita a singularidade do sujeito e seu inconsciente. Mais do que um espaço de transmissão técnica, é um dispositivo onde o analista em formação confronta seus impasses, suas identificações e se prepara para sustentar uma posição ética no

tratamento. O supervisor, ao ocupar temporariamente o lugar de sujeito suposto saber, ajuda o analista em formação a se desvencilhar desse saber imaginário, promovendo a entrada do desejo na cena analítica.

Em outras palavras...

A função da supervisão na formação do psicanalista, tanto na tradição freudiana quanto na lacaniana, ocupa um lugar de extrema importância, pois é nesse espaço que o analista em formação pode ser confrontado com os impasses e armadilhas de sua própria prática. A supervisão não é, ou pelo menos não deveria ser, uma ferramenta de "visão além do alcance", uma instância que oferece ao analista uma verdade objetiva e definitiva sobre o caso do analisante, como se fosse possível acessar uma verdade totalizante. Em vez disso, podemos pensar a supervisão como uma barreira ou, utilizando o termo lacaniano, uma "barra" ao imaginário do analista.

O imaginário, no esquema lacaniano, é o registro da identificação e da alienação, da imagem especular com a qual o sujeito se identifica, e, no contexto da prática analítica, o analista está constantemente em risco de se alienar na história do analisante. Esse risco está presente na tentação de "entender" o caso rapidamente, de querer "ver além", capturando a lógica do discurso do analisante em termos já familiares para o analista. Essa postura alimenta uma fantasia de controle e de saber total por parte do analista, o que, inevitavelmente, o coloca em posição de mestre, de alguém que supostamente detém o saber sobre o inconsciente do outro.

A supervisão, ao contrário, deve operar como uma contenção para esse impulso. Ao longo do processo de supervisão, o analista é confrontado não apenas com as lacunas e incompletudes do discurso do analisante, mas também com as suas próprias, especialmente com a maneira pela qual ele pode estar se alienando nas identificações

imaginárias. Lacan ressalta, no seminário 2, a necessidade de o analista evitar compreender o que o analisante está dizendo. Em vez de fornecer respostas prontas, o supervisor pode apontar as zonas de sombra, as ambiguidades e os pontos de resistência que o próprio analista talvez não tenha conseguido perceber, não porque o supervisor veja "além", mas justamente porque ele se abstém de se posicionar como mestre que detém o saber.

Freud já destacava que a análise do analista é uma jornada de confronto com os próprios pontos cegos. Lacan, ao introduzir a ideia de "sujeito suposto saber", reforça que o saber no processo analítico é sempre suposto, nunca pleno ou absoluto, mas sim ilusório, porque o inconsciente escapa a essa suposta captura.

Assim, a supervisão deve servir como um ponto de interrupção dessas capturas imaginárias. Ela funciona como um obstáculo que impede o analista de se alienar completamente na história do analisante, evitando que ele se torne apenas mais um elo na cadeia de significantes do analisante. Nesse sentido, a supervisão é um lugar de falta, onde o analista pode perceber a falta de completude em sua própria escuta e interpretação, o que o convoca a uma posição ética de não saber, de escuta aberta ao imprevisto e ao enigmático.

A função da supervisão, portanto, é menos a de "ver além" e mais a de criar condições para que o analista possa sustentar essa posição de não saber, confrontando suas próprias alienações e fantasias de controle. É uma prática que impede que o analista se identifique completamente com as demandas do analisante ou com suas próprias, abrindo um espaço de criação onde se torna possível lidar com a opacidade do inconsciente, sem a ilusão de que tudo pode ser revelado.

Bibliografia

Roudinesco e Plon, Dicionário de Psicanálise.

Freud

1. **"Observações sobre o Amor Transferencial" (1915 [1914])**
2. **"Sobre o Ensino da Psicanálise na Universidade" (1919)**
3. **"Conselhos ao Médico no Tratamento Psicanalítico" (1912)**
4. **"Análise Leiga" (1926)**

Lacan

1. **"A Direção da Cura e os Princípios de seu Poder" (Escritos, 1958)**
2. **"Proposição de 9 de Outubro de 1967 sobre o Psicanalista da Escola"**
3. **Seminário XI: "Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise" (1964)**
4. **Seminário XVII: "O Averso da Psicanálise" (1969-1970)**
5. **Seminário XX: "Mais, Ainda" (1972-1973)**

4

O PSICANALISTA QUE VIROU SUCO

Rodrigo Camargo ¹

A história ensina, mas não tem alunos.

Gramsci

*There is no mechanical way to get
the writing done, no shortcut.*

*The young writer would be a fool
to follow a theory.*

*Teach yourself by your own mistakes;
people learn only by error.*²

William Faulkner

Tem que dançar, dançando...

Jorge Bem

Os alquimistas estão chegando

A Tábua de Esmeralda

Sim, estamos fadados à repetição. A cada vez estamos fadados a repetir e repetir os mesmos erros. Beckett dizia que não importa, é preciso tentar, tentar outra vez e outra vez, fracassar, fracassar de novo, porém, fracassar melhor.

Afinal, por que fazemos supervisão? Quando se deve fazer uma supervisão? Por que um psicanalista, na sua prática clínica, deve se submeter a uma supervisão? Certamente, em se tratando de

¹ Rodrigo Camargo nasceu em São Paulo, onde trabalha como psicanalista. É membro associado da CLIPP - *Clínica Lacaniana de Atendimento e Pesquisa em Psicanálise*. Fez sua graduação em Psicologia e mestrado em Letras Modernas e Literatura Francesa na USP. Publicou o livro "Perec/Lacan – Soletrações do Enigma" (2022) pela ed. Amavisse e é um dos organizadores do volume "O que é ser lacaniano?" (2023) pela ed. Calligraphie.

² [N.T.] "Não existe uma maneira mecânica de escrever, nem um atalho. O jovem escritor seria um tolo se seguisse uma teoria. Ensine-se com seus próprios erros; as pessoas aprendem apenas pelo erro."

psicanalistas, não se deve ali assumir meramente a posição de aluno. Isso funciona apenas no início. Mas quando a chave muda?

Psicanalista, na sua acepção do termo, na medida em que não ocupa a posição de aluno, como a história nos ensina, tampouco, deveria assumir a posição de mestre. Enfim, repito, por que psicanalistas deveriam fazer supervisão? Trata-se talvez de outra coisa: Lacan nomeou em seu ensino de exercer uma espécie de “douta ignorância”.

*

Como se acede ao *novo*? Eis o miolo da questão psicanalítica. Como manobrar a direção de um tratamento para consegui-lo? Afinal, a experiência da análise tende (ou pretende) modificar algo no sujeito. Mesmo que seja apenas mudar a relação daquilo com o que não muda. O que não é pouco... Para Freud não há possibilidade do absolutamente novo para o ser humano.

A cada vez o próximo termo poderá parecer “novo” e assim por diante, de significação em significação, aquilo que parece novo, no fundo tem também a propriedade de ser pura repetição. É o que já se formulou em outros lugares como a *neurose infantil da psicanálise*. Nessa experiência, o velho e o novo sempre estarão, um no outro, dialeticamente imbricados.

Proponho então para brindar tal questão um pequeno desvio na leitura e assim voltar nossa atenção para uma ligeira incursão no mundo dos vinhos. Isso posto, afinal, o que é um vinho? Pode parecer esquisito começar um texto sobre supervisão clínica em psicanálise com essas perguntas alinhavadas. No entanto, foi exatamente por elas que pensei em articular algo a respeito da formação do psicanalista. E, afinal, o que isso teria a ver com essa história dos vinhos?

Ao estudar um pouco sobre esse tema da vitivinicultura, me deparei com a definição do que está em voga e seriam chamados de “vinhos naturais”. Para mim um vinho sempre foi um vinho; mas para minha surpresa e “parca ignorância” no assunto, admito, até então nunca tinha ouvido falar dessa diferença entre vinho e vinho natural.

Explico: um vinho natural é um vinho feito sem a adição de conservantes e outros elementos químicos em sua “cura”. Trata-se de um vinho produzido de maneira tal que remonta à definição mesma do que quer dizer “vinho”, isto é, simplesmente o processo natural de fermentação da uva, portanto, com baixa intervenção do homem, principalmente, livre de qualquer produção industrial.

É lógico que não vamos nos alongar sobre o tema, seria absurdo e não é o “caso” aqui. Bem melhor seria falar disso com uma taça de vinho nas mãos. Porém, a partir desse interesse é possível fazer uma singela comparação com o que também se conhece como suco de laranja, justificando assim o título desse texto.

O que você prefere: tomar um suco de laranja espremido na hora ou tomar um suco de laranja industrializado de caixinha?

Eu não sabia, mas ao abordar essa questão sobre o que significa “vinho natural”, ou a diferença entre vinhos orgânicos ou biodinâmicos (embora sejam similares não são exatamente a mesma coisa), todos esses em contraposição aos vinhos convencionais – esses que compramos no supermercado, tomamos nos restaurantes ou cujas vinícolas visitamos – todos esses vinhos tradicionais e convencionais são na verdade como se estivéssemos tomando “suco de laranja de caixinha”, pois não há mais nada de “natural” neles.

E esse é o ponto que trago em questão: o que seriam “psicanalistas de caixinha”?

Será que então existem “psicanalistas naturais”? Pode até parecer tolo ou estranho de minha parte fazer assim de chofre esse tipo de questão, mas, sinceramente, acho que deveríamos pensar melhor sobre o tema.

O que significa, o quer dizer um psicanalista de caixinha? A resposta remete a uma outra pergunta: o que leva alguém a se tornar psicanalista? Quando nos tornamos psicanalistas? Quando é preciso não ficar impávido sentado num trono, na altura de sua poltrona, e dali se mexer pra procurar uma supervisão?

No encerramento do *IX Congresso da Escola Freudiana de Paris*, cujo o tema foi sobre a *transmissão*, Jacques Lacan falou no dia 9 de julho de 1978 o seguinte: “Freud esteve profundamente preocupado com a transmissão da psicanálise. O comitê que ele tinha encarregado de cuidar disso se transformou na Associação Psicanalítica Internacional, a IPA. (...) Freud, designando o que ele chamava seu ‘bando’ [*sa bande*], sem que se saiba muito bem se ‘seu bando’, isso se escreve ‘ça’. Freud inventou essa história, é preciso dizer um pouco maluca, que chamamos o inconsciente; e o inconsciente é talvez um delírio freudiano”.

A expressão em francês “*sa bande*” é homófona de “*ça bande*”. E [*ça*] em francês, sabemos, vem do famoso *ID* freudiano e quer dizer basicamente “isso” de sua segunda tópica.

Trata-se ali do que se encontra com o verbo “*bander*” e o tradutor desse texto para o português, publicado no *Correio da APPOA* há quase 10 anos, esclarece numa nota de rodapé que esse verbo, [*bander*], na terceira pessoa do singular, “tanto tem os significados de vender, imobilizar com atadura, como também de esticar, aumentar, estender, é utilizado para indicar ereção, excitação”.

Mais à frente, naquela mesma jornada, Lacan praticamente conclui que “a psicanálise é intransmissível”. Segundo ele, “(...) É bem chato que cada analista reinvente o modo como a psicanálise pode durar.”

Em nossos termos já aqui postos, então, como se faz para curar um vinho? Como se faz para ele durar? Afinal, dizem que quanto mais velho, melhor. Ou talvez, não se trata, por fim, de como fazer do limão uma limonada, mas sim, muito pelo contrário, como fazer da limonada um limão. Será que bastaria somente fazer supervisão?

Sim, para os psicanalistas sempre existirá o famoso tripé da análise pessoal, dos estudos e da supervisão em sua formação permanente. Embora a ordem de importância varie conforme o freguês.

Nesse sentido, de qualquer forma, não se pode prescindir de fazer supervisão e passar pela experiência sem dar provas de sua clínica. Mas eu perguntaria ainda: o que é fazer ou se submeter a esse tipo de “controle” de qualidade? Controle de sua prática clínica, uma supervisão desse lugar que se ocupa, temos assim então outro tipo de questão: um verdadeiro psicanalista, se estamos diante disso, faz supervisão?

Fazer supervisão seria entrar em algum tipo de caixinha? Que espécie é essa de caixinha que podemos ser embalados, condicionados, conservados e colocados teoricamente na prateleira do mercado? Com o que tal proposta harmoniza com o “desejo do analista”?

Podemos perguntar a cada analista: quanto lhe custa ou lhe custou conformar seu desejo ao que Lacan chamou de desejo do analista? Lacan, aliás, quando falou disso, falou do analista ou de si próprio? Devemos retomar a questão outrora já colocada: não haveria algo do desejo de Lacan na estrutura do desejo do psicanalista?

Há uma psicanálise orientada por um desejo de leitura, ou seja, voltada para a produção de sentido. No entanto, há também uma psicanálise que se propõe ficar do lado da ausência de sentido. Estar fora

da caixinha, do *non-sense*, por outro lado, pode ser um problema. Talvez um psicanalista não deva estar nem dentro, nem fora da caixinha; e sim, na borda, onde o desejo do psicanalista se orienta por um desejo de escrita. Do contrário, um psicanalista pode acabar como aquele engenheiro que virou suco.³

³ "O engenheiro que virou suco" é o nome de uma lanchonete que ficou famosa na Avenida Paulista, em São Paulo, na década de '80. O local foi inaugurado por um engenheiro que ficou desempregado e abriu a lanchonete com o dinheiro que juntou do FGTS e de suas economias. A lanchonete se tornou um símbolo da recessão econômica e dos efeitos da crise na classe média, fazendo alusão na época ao filme "O homem que virou suco" (1981) de João Batista de Andrade.

5

DA SUPERVISÃO EM SUAS RELAÇÕES COM A REALIDADE

Marina Rachel Graminha-Cury ¹

Texto dedicado aos generosos colegas que me ouviram e que ouvi

O título indica que abordarei o tema da supervisão em um diálogo com o texto “Da psicanálise em suas relações com a realidade” (1967), de Jacques Lacan². Nele, Lacan sustenta como a psicanálise deve tomar a realidade psíquica, lendo Freud ao seu modo. Tomarei de partida a frase:

“os psicanalistas são sábios de um saber que não podem conversar”³

A frase é a escrita de um impasse. Colocando a supervisão no centro dessa (não) conversa, temos um impasse ainda maior. Se a supervisão é um dos tripés fundamentais à formação de qualquer analista (o que, curiosamente, parece ser um dos únicos consensos na comunidade analítica), como essa “conversa” pode se dar?

Da supervisão...

Dominique Fingermann (2016)⁵ afirma que o futuro da formação do analista depende da intranquilidade, para que “a partir dela se

¹ Psicanalista, Membro da Escola dos Fóruns do Campo Lacaniano. Psicóloga formada pela Universidade de São Paulo - USP - Ribeirão Preto com Aprimoramento em Psicologia Hospitalar pelo Hospital das Clínicas da FMUSP-SP.

² LACAN, J. (1967) *Da psicanálise em suas relações com a realidade*. In: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

³ *“les psychanalystes son les savants d’un savoir dont ils ne peuvent s’entretenir”* (In: <https://staferla.free.fr/>). Traduzi o “entretenir” como conversar, ao invés de “cultivar”, como está na edição da Zahar (idem, p. 358). Acredito que o conversar transmite a ideia de não relação que Lacan aborda no texto.

⁴ Vou remeter a “conversa” entre aspas ao longo do texto não como uma afirmação de que ela seja possível, mas para conversar com a frase.

⁵ FINGERMANN, D (2016) Exigências de supervisão: necessidade e contradição. In: Rede Clínica. Ana Paula Lacorte Gianesi, Beatriz Helena Martins de Almeida, Rita Bicego Vorgelaar (orgs). São Paulo: Escuta/Fórum do Campo Lacaniano, 2016, p. 107.

produzam dispositivos que não a reduzam a uma mera técnica desfalcada de sua orientação ética”. Assim, podemos pensar que os impasses na formação do analista não devem ser tomados pela via da erradicação, e sim pela via da reflexão ética.

Com a escrita dos discursos, Lacan faz uma tentativa de escrita das diversas posições éticas presentes na sociedade. Os discursos tentam formalizar o lugar de onde se fala, de onde parte a fala, lugar que só é verificável a partir de seus efeitos.

Assim, podemos pensar que a “conversa” de uma supervisão deve se fundar no discurso analítico. Nesse sentido, Nagem (2016) parte do algoritmo da transferência para dizer que uma supervisão deve ter como efeito um desejo de saber. Ela afirma:

“o motor desse algoritmo é a operação de um lugar que não seja obturado pelo saber da mestria, nem no assujeitamento da universidade e menos ainda pelo deslumbramento histórico. É o lugar do analista como causa que pôde fazer com que o desejo de saber se instalasse⁶”

Em seu texto, Fingermann (2016) também dá diversas indicações sobre como a posição do supervisor pode estar sustentada no discurso analítico. Ela toma o desejo de analista na centralidade do que está em jogo na supervisão, desejo tanto do supervisionando quanto do supervisor. Do lado do supervisionando, ela aponta que é necessário: “localizar na demanda de supervisão, qualquer que ela seja, o desejo de analista e o que faz obstáculo a ele⁷”.

⁶ NAGEM, G. Tempos e espaços: a supervisão na formação de um analista. In: Rede Clínica. Ana Paula Lacorte Giansi, Beatriz Helena Martins de Almeida, Rita Bicego Vorgelaar (orgs). São Paulo: Escuta/Fórum do Campo Lacaniano, 2016, p. 125.

⁷ FINGERMANN, D (2016) Exigências de supervisão: necessidade e contradição. In: Rede Clínica. Ana Paula Lacorte Giansi, Beatriz Helena Martins de Almeida, Rita Bicego Vorgelaar (orgs). São Paulo: Escuta/Fórum do Campo Lacaniano, 2016, p. 115.

Do lado do supervisor, este é colocado a prova. Segundo ela, “o supervisor também está a prova no dispositivo da supervisão, e sua complacência na resposta às demandas de tamponamento de angústia tem consequências no futuro da prática do analista⁸”. E mais: “o *après-coup* da supervisão não remedia a solidão impensável do ato⁹”, e nem pode. É o supervisor, portanto, que deve sustentar a não relação sexual posta na “conversa”. Em outras palavras, para sustentar dois analistas sábios, é necessário que estejam ali dois analistas com seus próprios desejos de saber, seus desejos de analistas, engendrados a partir de suas próprias análises.

Porém, o argumento de que “não existe relação sexual” não pode ser usado como resposta cínica para que a psicanálise seja tomada como uma experiência do ser, do inefável. Foi pensando nisso que retomo aqui o texto de Lacan citado acima em que ele dá indicações precisas sobre a concepção psicanalítica de realidade, afastando-a de um misticismo.

... em suas relações com a realidade

*“Por mais espantoso que possa parecer, direi que a psicanálise, ou seja, aquilo que um **procedimento**¹⁰ inaugura como campo para a experiência, é a realidade¹¹”*

Nesse texto, fruto de uma fala realizada no Instituto Francês de Milão, Lacan centra a questão de que o procedimento freudiano – associação livre – funda o modo de apreensão e intervenção de toda a experiência analítica. Assim, Lacan rebate as críticas de que a psicanálise seria uma mística, afirmando que não existe um para-além

⁸ Ibidem, p. 115.

⁹ Idem, p. 114.

¹⁰ Grifo meu

¹¹ LACAN, J. (1967) *Da psicanálise em suas relações com a realidade*. In: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 350.

da realidade significante, forjada a cada sujeito a partir de sua própria construção. Ele diz isso claramente ao longo do texto, afirmando que: “a ideia de uma norma nunca aparece senão como construída¹²”. Assim, o inconsciente introduz uma relatividade, porém, uma relatividade não toda. Ele afirma:

“uma relatividade restrita, a princípio. O “material” é o modelo de seu próprio metabolismo. Ele implica uma realidade como material em si mesma, isto é, não interpretável, digamos, como a prova que constituiria para uma outra realidade que lhe fosse transcendente¹³”

As ideias de norma construída e relatividade material foram o que Lacan pôde extrair do procedimento freudiano. Pensemos, com elas, que o que a associação livre nos traz é uma complexa trama de significantes enodados de uma maneira única pelo sujeito que fala. A própria trama acaba por gerar uma norma, um *modus* operante do material linguageiro, que fará com que seja possível que o sujeito possa criar o seu corpo, seu modo de extrair prazer na relação com o Outro e com os outros. Nesse texto, Lacan retoma o projeto freudiano, mostrando como prazer, valor e ações do sujeito estão enodados. E qual o centro dessa trama, desse enodamento? O vazio, a falta. Ele afirma: “sigam-me por um instante para assinalar a afinidade do significante com esse lugar de vazio¹⁴”.

Nesse debate, Lacan vai fundamentando a psicanálise como distante de uma ontologia, dizendo que “nem pelo lado da natureza, de seu esplendor ou sua maldade, nem pelo lado do destino a psicanálise

¹² Idem, p. 352.

¹³ Ibidem, p. 352.

¹⁴ LACAN, J. (1967) *Da psicanálise em suas relações com a realidade*. In: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 355.

faz da interpretação uma hermenêutica, um conhecimento que seja de algum modo iluminante ou transformante¹⁵”

Novamente, ele dá destaque ao procedimento freudiano da associação livre: “isso fica bem enfatizado na técnica – pelo fato de ela não impor nenhuma orientação da alma, nenhuma abertura da inteligência, nenhuma purificação que seja prelúdio da comunicação¹⁶”.

Na clínica, podemos ver o quanto a associação livre, um procedimento aparentemente simples, é difícil de se sustentar. Seja pelas resistências do analisando, seja pelas resistências do analista, ela pode ser interrompida. O supervisor pode apontar caminhos para a construção do caso, apontando uma certa lógica nesse material, para que o analista possa se orientar em sua atenção flutuante. Essa construção também pode trazer interrogações ao supervisionando sobre suas próprias resistências, quando ouve que algo daquela construção pode ter tocado seu ser, seu sintoma.

A supervisão não deve, portanto, tornar-se ela própria um obstáculo à atenção flutuante. Nesse sentido que podemos pensar que, se o supervisor responder pelo lugar de mestre, pode obturar a atenção flutuante do supervisionando, causando um imperativo do que deve ser escutado e interpretado. A ideia de uma supervisão seja um lugar de giro discursivo, em que o supervisionando possa encontrar-se com algo que já estava ali, porém obturado pela sua resistência. Um saber *insabido* sobre o caso, algo que foi transmitido pela sua própria fala.

O supervisionando transmite sobre o caso e sobre seu desejo de analista também pela fala. Nesse sentido, a “conversa” da supervisão está na mesma lógica de uma análise. Não é uma experiência inefável.

¹⁵ Idem, p. 351.

¹⁶ Ibidem, p. 351.

Para Fingermann (2016), “Na supervisão, o para sempre “jovem” analista transforma o inefável da experiência em algo que atinge um outro (como um passador) – lugar de alteridade, por isso, de parceria¹⁷”.

Nesse sentido, sabemos que a fala engendra algo do furo, do traumático. Em uma supervisão, pode-se ter notícia do traumático em jogo, pois ele é contornado pela trama significativa. Sobre isso, Lacan localiza a principal resistência que encontramos na clínica: “o que se espera da sessão é justamente aquilo que se recusa a esperar por medo de meter demais o dedo: a surpresa¹⁸” E ainda: “o que temos de surpreender é algo cuja incidência original foi marcada como trauma¹⁹”

A surpresa é o encontro com o estranho – estranho familiar de cada um. “A realidade pensada é a verdade da alienação do sujeito²⁰”, comandada pela fantasia (no caso das neuroses). É dessa surpresa que se trata e é ela a que se resiste. O procedimento freudiano, para Lacan, instaura um modo de conseguir apontar o dedo para a surpresa. Segundo ele é um procedimento que joga com a não preparação. Com a associação livre, o que se exige, para ele é “uma regularidade quase burocrática²¹”. E ainda: “a laicização do pacto prévio, tão completa quanto possível, instala uma prática sem ideia de elevação²²”.

Podemos pensar também a supervisão por essa via. A supervisão instaurada como necessária à formação não como garantia, mas como procedimento – um procedimento que põe o supervisionando a falar

¹⁷ FINGERMANN, D (2016) Exigências de supervisão: necessidade e contradição. In: Rede Clínica. Ana Paula Lacorte Gianesi, Beatriz Helena Martins de Almeida, Rita Bicego Vorgelaar (orgs). São Paulo: Escuta/ Fórum do Campo Lacaniano, 2016, p. 113.

¹⁸ LACAN, J. (1967) *Da psicanálise em suas relações com a realidade*. In: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 352.

¹⁹ Ibidem, p. 352.

²⁰ Ibidem, p. 357.

²¹ Ibidem, p. 351.

²² Ibidem, p. 351.

dos seus impasses, sem resolvê-los. Retornando à afirmação-motor desse texto, “os psicanalistas são sábios de um saber que não podem conversar²³”, podemos pensar a supervisão não como uma conversa, mas um *versar com*. Versar com alguém sobre seus próprios impasses, coloca-los em palavras, é fundamental para a sustentação da ética do bem dizer. E que o versar possa ser poético, no intuito de abrir possibilidades de escuta e não de enrijecer os ouvidos.

²³ “*les psychanalystes son les savants d’un savoir dont ils ne peuvent s’entretenir*” (In: <https://staferla.free.fr/>). Traduzi o “*entretenir*” como conversar, ao invés de “cultivar”, como está na edição da Zahar (idem, p. 358). Acredito que o conversar transmite a ideia de não relação que Lacan aborda no texto.

DIVISÃO

6

PSICANÁLISE NA PRAÇA ROOSEVELT: FORMAÇÃO EM ESPAÇOS DE INTERVISÃO COLETIVA

*Adriana Marino*¹

O coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt se inscreve na esteira de iniciativas clínicas não amparadas por formalidades já instituídas e que têm o espaço público como eixo em comum. O enfoque é dado ao reconhecimento de que espaços públicos são mais que locais de circulação material de pessoas e prestação de serviços em termos da dignidade cidadã. São também campos de circulação de afetos, partilhas sobre formas de viver a vida, de expressão das experiências de sofrimento, estratégias de tratamento e, sobretudo, de ampliação do repertório subjetivo.

As diferentes iniciativas pensadas e desenvolvidas ao longo do tempo, por meio do engajamento de trabalhadoras(es) *psis*, carregam consigo um amplo potencial terapêutico-transformativo singular e coletivo. Esta presença se encontra tanto em serviços das políticas públicas de saúde, assistência social, educação e justiça – institucionalizadas pelo Estado –, bem como instituições informais, como em movimentos sociais e associações comunitárias, além de outras iniciativas sem uma determinada institucionalidade, como nas ruas, parques e praças de diferentes cidades do país.

Os espaços públicos das cidades são mais que paisagens e passagens, são também espaços de circulação de afetos, de encontros e

¹ Psicanalista. Psicóloga pela Universidade São Marcos e graduada em Filosofia pela FFLCH-USP. Especialista em Psicopatologia e Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Mestre, doutora e pós-doutoranda pelo Instituto de Psicologia da USP. Membro do laboratório Psicanálise, Sociedade e Política (PSOPOL-IPUSP) e do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt. Docente e supervisora na Escola Municipal de Saúde.

potencial interlocução sobre o que nos habita no cerne de uma noção ampla de comunidade. Em meio a prédios e por entre os ruídos das ruas e avenidas, *psis* têm se comprometido com a tarefa de escutar uma subjetividade atenta aos nossos tempos e, mexendo suas cadeiras, têm se deslocado para fora das paredes e muros que mais tradicionalmente localizávamos seu trabalho, isto é, no consultório particular e mesmo dentro de diferentes instituições, nos aparelhos de Estado e no sistema privado de serviços. De um lado, foram ganhando lugar nas políticas sociais e, por outros lados e mais recentemente, também ocuparam lugares mais além das instituições formais e informais, onde localizamos um trabalho clínico instituinte (Marino, 2024).

Ocupar esses espaços permite arejar nossas escutas. Afinal, as interseccionalidades de gênero, raça e classe social padecem, historicamente, de uma negação em termos de seu reconhecimento. Tais marcadores sociais se encontram interligados, encarnando a reprodução de um sistema social de opressão onde espaços de escuta fechados – pelo menos, metaforicamente – podem isolar mais facilmente seus “ruídos”. As aspas servem para dizer que nossas formações teórico-clínicas estão mais acostumadas à apreensão de uma subjetividade pensada a partir de uma falsa hegemonia branca, ocidental, heteronormativa, machista e racista. No entanto, esses ruídos afetam, produzem sofrimentos e insistem em se fazerem escutar. Nesse sentido, organizar uma clínica em um espaço público requer a intersecção de outras formas de pensar nossas bases teórico-clínicas, de modo que a clínica possa ser, sempre e de fato, soberana (Marino, 2020).

Isso porque não se trata de uma mera transposição para outro espaço físico, pois, na medida em que se amplia o acesso à escuta qualificada, como a *psi* pode oferecer, também se atravessa um importante recorte de classe social. Em outras palavras, quando se

ocupa espaços das cidades, também se atravessa um lugar de estratificação social, colocado materialmente entre aqueles(as) que podem se deslocar pela cidade, conhecer e acessar serviços disponíveis ou pagar por tratamentos, e aqueles(as) que se encontram fora desse aparato social, mais ou menos institucionalizado.

O coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt se inscreve nesse contexto de iniciativas que pretendem ampliar a escuta para a cidade, ocupando espaços onde a subjetividade encontra-se pulsante. São analistas que, dirigindo-se às margens, reconhecem a singularidade psíquica na intersecção com o território e com experiências subjetivas marcadas por questões socioculturais, econômicas e políticas.

A partir da experiência com esse coletivo, onde a autora participa como membra desde a sua fundação, em 2017, bem como de certo acúmulo em interlocuções com outras iniciativas grupais de psicanálise em espaços públicos, este texto visa dar algumas notícias sobre o potencial formativo em coletivos de analistas. Aqui, o acento recairá sobre os espaços de intervenção como expressão do alcance formativo deste coletivo localizado no centro da cidade de São Paulo. Apesar desse recorte, trata-se de um horizonte de pesquisa² que visa recolher aspectos formativos nessas iniciativas em que *psis*³ colocam seus divãs nas ruas.

Aspectos formativos

Como é de praxe no nosso campo, há uma tendência de extração acadêmica, não sem o que nos convoca o discurso universitário, a

² Trata-se de uma pesquisa de pós-doutoramento vinculada ao laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política (PSOPOL) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP).

³ Nomearei "*psis*" para congregar trabalhadoras(es) da Psicologia e da Psicanálise indistintamente, para uma posterior discussão e deliberação juntamente à supervisora da pesquisa, a profa. Miriam Debieux Rosa.

racionalizar, mesmo que por meio do jargão psicanalítico, o que nos interpela e desconcerta na clínica e vida afora. Se na clínica isso se torna imperioso, como condição mesma para a fundamentação do fazer clínico, vida afora sofremos psicanaliticamente, mesmo sem nos darmos conta, como nos diz Parker (2006). Por sobre a clínica, acontece de nos encontrarmos mais ou menos como um cara que rapidamente diz não ser machista, um branco estar ciente de sua branquitude ou uma pessoa negra não sofrer com o racismo; por vezes acontece de um(a) psicanalista crer que escuta suficientemente bem para não reproduzir o que o(a) constituiu como sujeito. Pois teríamos elaborado, nos vacinado, alcançado a graça do “semblante de objeto *a*” - conforme a teoria lacaniana pode nos confortar - frente ao machismo, o racismo, o colonialismo e a racionalidade ocidental.

Com esse aparente disparate quero dizer que não é suficiente estarmos cientes das vanguardas discursivas, do último *hype* da desconstrução, da cartilha decolonial, pós-colonial e mesmo descolonial, para que haja transformação. Mais além de uma manifestação performática de nossa fácil aderência ao que se apresenta como um potencial subversivo, atender em um espaço público é um convite ao imprevisto mais radical e, inclusive, à reprodução das mesmas estruturas sociais que condenamos, mas que, vale lembrar, nos constituíram.

No encontro clínico tradicional, do(a) paciente com seu(sua) analista, e mesmo o espaço de supervisão também mais comum, do(a) supervisor(a) com um(a) analista, o trabalho se centra no dizer e mesmo no “que se diga que fica escondido por trás do que se diz no que se ouve” (Lacan, 1972/2003, p. 448). Já no espaço público, a caixa acústica se amplifica e é preciso mexer as cadeiras para que a função analítica opere. Por vezes, experienciamos mais radicalmente a esfera da

contingência, do encontro com o Real. Então, quais elementos podem ser nomeados de modo a fundamentar essa apreensão de uma maior incidência do contingencial no fazer clínico-político na praça? Além dos intercursos permeados por skatistas, os sinos da igreja, das investidas policiais, manifestações artísticas, dos boêmios da noite anterior e as abordagens de pessoas em situação de rua que, invariavelmente, compõem-se com as sessões, o que faz com que certas interpelações tenham um efeito radical em nossa formação?

Ao longo desses sete anos de trabalho coletivo, mais que as questões em torno do disparate sobre levar o modelo do consultório privado para a praça, tratou-se de reconhecer que foram os atendimentos na praça e o trabalho em coletivo que produziram transformações na clínica dita “particular” de meu consultório – como também testemunham os(as) companheiros(as) deste coletivo. Portanto, notemos como a questão tem o potencial de se inverter, apesar do alcance dialético presente nessas duas formas de fazer clínico e que podem ser lidas em chave de formação continuada.

Muitas vezes, tomados(as) de assalto na praça, os recursos teórico-clínicos e as vanguardas discursivas escorrem juntamente com a função analítica. Sua função, seu desejo e discurso vão para a sarjeta. E o recurso que acionamos é o de nos sentarmos ali, para colecionarmos as limitações da psicanálise – não sem ressonâncias em termos daquilo que evoca a própria castração –, da nossa formação continuada e desconstrução permanente, a fim de alcançarmos recursos imprevistos e coletivamente formativos.

Levamos para o espaço semanal de nossas intervisões os alcances e impasses em termos de manejo dos casos atendidos e das dinâmicas do próprio coletivo. Nesse espaço, não temos como desanuviar certos encontros e tropeços, na medida em que as situações são

frequentemente vivenciadas coletivamente e muitos casos são atendidos em rotatividade, isto é, por mais de um(a) analista. Daí a ideia de o dispositivo coletivo alcançar uma espécie de “caixa acústica”, amplificando o potencial sonoro e a qualidade de nossas escutas clínicas. Contamos também com encontros de supervisão com Emília Broide, que nos acompanha desde o segundo ano e com quem temos oportunidade de trabalhar as dinâmicas e os conflitos internos ao coletivo. Cabe ressaltar que intervisões e supervisões (estas, mais esporádicas) encontram-se em profunda relação, de modo que ambas ressoam mutuamente, havendo interpenetração.

Os encontros semanais de intervisão são iniciados por informes e seguindo um cronograma relativamente flexível de discussão sobre casos clínicos, leitura de textos e exercício de formalização do trabalho. Mais recentemente é que encontramos um ambiente mais profícuo para uma suficiente circulação da palavra, onde as dinâmicas interrelacionais são potentes para o trabalho. Após sete anos, talvez o coletivo esteja mais maduro para sustentar que seus(suas) membros(as) requerem uma disposição para a tarefa que considere tanto um cuidado para com cada um(a) quanto em relação a alguns termos significantes que nos agrupam em um solo onde prima-se laços de amizade. Tais laços encontram-se calcados em uma função que pode ser descrita como fraterna (Khel, 2000), mas que não aprofundarei neste trabalho.

Conforme alcançamos em supervisão, é importante nomear e deliberar, também internamente, sobre sofrimentos oriundos de fenômenos intoleráveis, como expressões de racismo, machismo e demais práticas discursivas que redundam em opressões sem uma devida implicação subjetiva e horizonte de transformação – isso porque estamos sempre aprendendo e, como verificamos interna e oportunamente, nas palavras de um dos analistas do coletivo: “ninguém

nasce desconstruído”. Nesse sentido, importante lembrar, conforme nos ensina Oury (2009), que o coletivo “é uma máquina de tratar a alienação”, sendo os encontros de intervisão e supervisão (aqui, com alguém íntima) espécies de antígenos à alienação, ou seja, contribuem para processos de separação. Como exemplo disso, trago uma imagem que costumo associar com o próprio processo analítico: você está no mar, em um barco, em plena navegação. Quando está com os pés firmes sob a popa, o(a) analista te lança à proa. Já equilibrado(a) em plena proa, o(a) analista é aquele(a) que te aponta em direção à popa da embarcação. Pra lá e pra cá, aonde vamos com isso? A direção é dada pelo balanço, o próprio movimento como índice da potência transformativa do trabalho.

Tanto os casos atendidos por um(a) mesmo(a) analista quanto em rotatividade são trabalhados em intervisão. E é neste trabalho com os casos clínicos que, desde o início, identificamos um efeito de agrupamento do coletivo; enquanto localizamos um desejo analítico como sendo sua possível causa. Ao longo desse tempo, muitos conflitos internos demandaram tamanha atenção, embaraçando oportunidades de trabalhar, justamente, os casos atendidos; de tal modo que pudemos identificá-los como efeitos de resistência à tarefa. Agrupa-se na medida em que se produz saberes que, sempre incompletos, têm a falta/o desejo como sua força motriz.

Em intervisão, oportuniza-se a contribuição de cada um(a) – o que é gostoso de ser feito em um espaço de confiança e com boa dose de transferência de trabalho. Aprendemos muito, pois as escutas ressoam em movimentos de convergência e divergência e, conforme encontramos elementos de sincronia, postos à diacronia dos atendimentos, temos direções de tratamentos construídas coletivamente.

Trata-se de um privilégio de muitas orelhas que instauram um ambiente de polifonia a funcionar como uma caixa acústica, ampliando os ecos trazidos a partir de um caso clínico ou discussão coletiva. É um dispositivo que ressoa conjecturas sobre manejo transferencial, indicativos sobre conduções com efeitos terapêuticos e analíticos, localização de elementos sintomáticos e modalidades de sofrimento, elucubrações em torno de uma racionalidade diagnóstica sempre porosa, entre outros elementos que compõem o fazer clínico e que são dispostos à direção de tratamentos.

A intervisão possibilita localizar elementos de pertinência aos atendimentos, formando um conjunto provisório, pois sujeito a transformações oriundas do próprio tratamento e contingências que interpelam às idiosincrasias de um caso clínico. Assim, temos um conjunto composto por diferentes analistas e por um conjunto de sessões de um mesmo caso que permite haver certas operações entre elementos e seus conjuntos. As intersecções, isto é, elementos em comum que comparecem nesse cruzamento, costumam ser relevantes para a apreensão do caso e contribuem para a direção dos tratamentos.

A *tique*, forma de repetição atinente ao Real (Lacan, 1977/1963-1964), constitui um fenômeno que muito atravessa nosso trabalho, impondo um constante mexer de nossas cadeiras na praça e, inclusive metaforicamente, para acionar recursos teórico-clínicos que não temos prontamente acesso, tendo de forjá-los. Muitas vezes nos vemos embaraçados(as) frente a nomeações, conceitos e noções de autoras(es) canônicos ou não, que vão sendo sentidos como desgastados – e isso nos perturba. Mais do que insistir em responder a esses tropeços, acionar a racionalidade clínica que nos compete, a oportunidade é de sustentar as perguntas que conseguimos formular coletivamente. E é com as diferentes escutas de cada um(a) do coletivo que alcançamos uma

dimensão particular do trabalho clínico nessa praça, confluindo diferentes perspectivas teóricas e temporais da formação de cada um(a), dispostos aos processos de trabalho.

Em relação à referida pulverização de desconcertos contingenciais – mas que se apresentam como necessários pela sua frequente incidência –, o que este desprevenido, que pode fazer vacilar a função analítica, ecoa de nossos marcadores de diferença naquela praça? Quanto desta *tique* pode advir de nossa presença, um coletivo majoritariamente de pessoas brancas, formadas em universidades e doravante de uma pequena classe trabalhadora, pode incidir, transferencialmente e, portanto, também em termos da produção de resistência, àqueles(as) que nos chegam? Quais elementos ecoam e como nomeá-los sem repetir predicados à exaustão? Talvez os espaços de formação mais reconhecidos e tradicionais da comunidade analítica estejam mais protegidos em seus seminários, assembleias, carteis e universidades.

A aproximação não é fortuita, pois, se no começo de nossa atuação na praça éramos constantemente questionados(as) sobre o que fazíamos ser ou não psicanálise – em razão da não intermediação do pagamento em dinheiro para o encontro clínico, pela ausência de um *setting* mais reservado ou *divã*, a possibilidade de circulação de analistas e também a quantidade ou sequenciamento semanal de sessões – hoje, penso que estamos em condição de devolver a questão para uma psicanálise restrita ao consultório dito “particular”. A experiência do coletivo tem nos levado a pensar os efeitos que uma clínica em um espaço público pode produzir em um(a) analista, isto é, quando rarefeitos certos limites de uma clínica feita nas quatro paredes do consultório.

Diferentemente de uma clínica tradicional, uma clínica fora do espaço privado está exposta aos intercursos da vida urbana e cidadina,

já que não há anteparo frente aos acontecimentos que se dão, neste caso, em um território central da cidade. Como já tivemos ocasião de ressaltar (Coaracy & Marino, 2019), o espaço público torna-se um componente ativo da situação analítica, compõe-se com a transferência, traz elementos disparadores para a associação livre, bem como sustenta o dispositivo de coletivo para nossa formação – o que também traz ressonâncias da aposta lacaniana em pequenos grupos de trabalho, em certa oposição à desconfiança acerca das dinâmicas excessivamente institucionais de sua Escola (Lacan, 1967/2003).

Soma-se a isso, uma observação sobre como é aderente movimentos que acabam por incluir no repertório analítico certos termos progressistas que permitem avançar a psicanálise, mas que também podem maquiagem o de que se trata. De maneira sucinta para este texto, exemplifico com a facilidade audível com que escutamos repetir, às vezes exaustivamente, não só citações de Freud e Lacan, mas também e, mais recentemente, Lélia González, Fanon e demais autores(as) que despontam em nosso tardio reconhecimento para uma psicanálise feita no Brasil. Como dito anteriormente, o que se desponta como aderência em vanguardas discursivas não é condição suficiente para haver transformação.

Certa vez, quatro analistas foram pegas desprevenidas – sem seus semblantes de objetos *a* – com a chegada abrupta de um homem à nossa “base”, que é o local onde recebemos as pessoas que querem ser atendidas na praça. Sem que ele se apresentasse ou dissesse qualquer coisa, perguntamos se ele queria ser atendido – afinal, pensamos: “estávamos na base” onde, inclusive, encontra-se uma placa do coletivo. Foi então que ele disse ter se juntado a elas por terem lhe parecido “muito alegres”, como ele também o seria, mas que estava apenas de passagem, vindo do interior de São Paulo. Do primeiro desconcerto,

seguiu-se o segundo. Frente à oferta de atendimento psicanalítico, ele interpelou uma das analistas: “me encantaria se você quisesse me atender”. Feito o pedido de praxe para que aguardasse ser chamado, o rápido consenso foi que ele fosse atendido por um homem do coletivo.

Em intervisão, discutimos o caso a contento até que membros(as) do coletivo puderam formular questionamentos em torno da reprodução de performances de gênero na condução da situação. Sem que fosse preciso replicar justificativas frente ao incômodo e ao constrangimento de seus corpos de mulher expostos na praça, da defesa razoavelmente acionada quando abusos ultrapassam o flerte, o acento foi dado à modalidade de resposta bem conforme a estrutura. Isto é, frente ao machismo e à misoginia estruturais em nossa sociedade, respondemos com a mesma lógica contida nesta estrutura: chamamos um suposto homem para atender aquele suposto homem.

Diante da performance de uma “machulência”, será que um analista homem trans seria igualmente chamado? A resposta afirmativa à quase retórica conjectura não pôs fim à questão sobre termos de algum modo correspondido à estrutura, reproduzindo-a. Pra que chamar um homem, se transferências por vezes comportam aspectos eróticos mais ou menos sujeitos à elaboração com possíveis avanços terapêuticos e analíticos? O fato de nossos corpos de mulher encontrarem-se mais expostos em um espaço público fez mais rapidamente verificar que as estruturas descem às ruas. Novamente, ressalto que o coletivo considerou razoável a condução, respeitando-se o mal-estar causado nas mulheres presentes e até um desdobramento possivelmente clínico, mas a questão que nos tocou foi de outra ordem, como busquei demonstrar.

Os recursos teórico-clínicos, e mesmo o recente trabalho de leitura no coletivo de Preciado (2022) e Haider (2019), não serviram de

anteparos à situação. Suportamos então tais questionamentos por mobilizarem a formação continuada nesse coletivo. A advertência aqui não se refere à orientação ética, clínica e política que uma psicanálise aporta onde quer que se encontre um(a) psicanalista, mas ao avanço da psicanálise e de uma formação analítica mais atentos às particularidades de nossa época – o que, como penso, trazem uma radicalidade em termos de transformação subjetiva onde a queda dos ideais e atravessamentos fantasmáticos podem ser apenas uma antessala.

As estruturas descem às ruas, assim como as intersecções de raça, gênero e classe não se reduzem a livros, debates intelectuais ou vivências singularmente extraídas da escuta de um sujeito ou comunidade em particular. No coletivo da praça, as intersecções atravessam materialmente os(as) analistas e sua autorização ética não é nunca sem os outros, na medida em que as vanguardas discursivas são postas à prova, ao menos em termos da sua suficiência linguageira.

Referências

- Coaracy, A. R. & Marino, A. S. (2019). Psicanálise na Praça Roosevelt: uma experiência clínico-política em um espaço público. *Revista Teoría y Crítica de la Psicología*. 12(1). 352–367. Disponível em: <https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/289/246>. Acesso em 24 de setembro de 2023.
- Haider, A. (2019). *Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo: Veneta (Coleção Baderna).
- Khel, M. R. Existe uma função fraterna? In M. R. Khel (Org.). *Função fraterna* (pp. 31-42). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Lacan, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In J., Lacan. *Outros escritos* (pp. 148-264). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1967)

- Lacan, J. (1963-1964). *O Seminário, livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar (Trabalho original publicado em 1977)
- Lacan, J. (2003). O aturdido. In J., Lacan. *Outros escritos* (pp. 448-497). Rio de Janeiro: Zahar (Trabalho original publicado em 1972).
- Marino, A. S. (2020). Caminhos para uma discussão sobre decolonização em psicanálise: povos tradicionais, populações negras e posição feminina. *Sig Revista de Psicanálise*. Porto Alegre: Sigmund Freud Associação Psicanalítica. 9(16), 21-32.
- Marino, A. S. (2024). *A psicanálise nas políticas públicas: bem-estar e mal-estar social*. São Paulo: Blucher.
- Oury, J. (2009). *O coletivo*. São Paulo: Hucitec.
- Parker, I. (2006). *Cultura psicanalítica: discurso psicanalítico na sociedade ocidental*. São Paulo: Idéias & Letras.
- Preciado, P. (2022). *Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas*. Rio de Janeiro: Zahar.

7

PEQUENA SUPERVISÃO QUE PENA EM DOSSIÊ E ODISSEIA

*Estanislau Alves da Silva Filho*¹

E o supervisionando encaminha a seguinte mensagem, recebida 4:00 AM do domingo:

Caro Doutor. Nem a psicanálise, nem os remédios e nem as orações produzem efeitos. De modo que, sendo demasiada a minha dor, opto por retirar a minha vida, cabendo deixar desmarcado o nosso próximo encontro. Atenciosamente, adeus!

“O que eu faço?”, questiona o analista à sua supervisão? O que é que não estou vendo ou enxergando? O que é que não escuto? Super-audição? Falta super-audição? Falta uma Super-Visão? De quem? Outro?

O paciente, Rogilson, com 35 anos, nenhuma parceria amorosa ou filhos, mecânico e alcoólatra, cujos sonhos haviam nunca nascidos, abortados pelas esmagadoras lutas da vida. Ao menos assim ele dizia. Havia começado a terapia há pouquíssimo tempo, contável nos dedos de uma mão o número de atendimentos, embora demarcado vazio existencial preenchesse infindavelmente uma possível ficha de prontuário.

O analista era Edson, formado em direito, mas que pretendia migrar à terapêutica (realizando sua formação analítica em instituição famosa e rigorosa), tendo atendido apenas quatro casos anteriormente – mas que, tendo anos de divã, aproximadamente 20, passando por análises e linhas diferentes de abordagens (Jung, Winnicott, Lacan),

¹ Psicanalista membro do PSOPOL (Laboratório Psicanálise, Sociedade e Política) – IPUSP.

acreditava poder oferecer lugar para que outros sentissem como ele efeitos desta prática clínica.

A supervisora, Amanda, fugitiva do kleinismo, com anos dedicados às instituições e afazeres institucionais psicanalíticos, estava cansada das politicagens, mas sempre interessada e dedicada ao fazer clínico comum, corrente e diário, nas suas pequenas miudezas e sutilezas: fora sempre o que lhe interessou afinal. Sentia-se como o ‘corner’ (treinador) de um pugilista, sabendo que quem estará lá no ringue de dança não é senão o Outro e o outro, cabendo-lhe o esforço de suscitar algo no intervalo.

‘Que dizer?’, ponderava Amanda. Se é papel do analista não desejar pelo paciente, mas doltonianamente ser caminho pelo qual um analisante encontra seu desejo, certamente supervisionava de modo a auxiliar um analista a encontrar o seu jeito de exercer a sua profissão desejante de análise (inclusive frisando o papel analítico de não desejar ou saber demais). Mas se se trata de um iniciante e de uma cirurgia difícil, haveria que indicar caminhos objetivos e diretivos, considerando risco de vida (risco de morte)? Indicação textual, corte e recorte, devolutiva elaborativa ou interpretativa?

1) Lembrou-se de Bion ‘supervisionando’ e de suas ponderações:

Bion chama a atenção para os problemas contratransferenciais difíceis, que resultam tanto dos ataques invejosos (responsáveis, em grande parte, pelas frequentes “reações terapêuticas negativas”) como dos efeitos das excessivas identificações projetivas, e dos que provêm de actings perigosos desse paciente. Além disso, os fortes ataques aos vínculos podem induzir o paciente psicótico a um estado de mente pelo qual ele se mantém “cego, estúpido, curioso, arrogante e suicida”, gerando uma contratransferência difícilíssima, caracterizada pelo surgimento, no analista, de sensações de enfado, paralisia e impotência (ZIMMERMAN, 2008, p. 124).

Mais enfaticamente, em uma de suas supervisões – ou como Bion preferia chamar, em uma de suas segundas opiniões² – [esta ocorrida em 14 de abril de 1975 em Brasília-DF]:

BION – ... ameaça de suicídio feita por um paciente que não sabe o que nós sabemos, que é: quão perigosas essas ameaças de suicídios são, porque, de fato, eles podem matar si mesmos; mas não acreditam que o farão, eles acreditam que essa é uma boa arma para usar-se, só que eles, de fato, realmente, não acreditam que eles possam fazer isso com eles, ou de que eles, com isso, estarão mortos!

ANALISTA – O que é mais importante é a ameaça de suicídio, mas não o impulso suicida em-si-mesmo.

BION – A ameaça somente é efetiva porque é uma ameaça, mas os psicanalistas sabem ou conhecem o quanto isso é perigoso. Essa é uma boa arma para ser usada quando se quer levar a cabo uma guerra contra o psicanalista. Não obstante, a única coisa que podemos fazer é apontar o fato de que eles esperam assustar-nos, mas eles não acreditam realmente que isso é perigoso, tal como o analista entende que é. Pode até não se intimidar, mas isso não significa que não se entenda (BION, 1995, p. 68).

Ataque aos vínculos? Ataques invejosos? Ataques a si?

O analista Edson consecutivamente levou seu enfado, paralisia e impotência à supervisão. Sentia-se completamente incapaz diante de um paciente sempre mais e mais aborrecido. Valeria Amanda sugerir que se interpretasse a inveja? Mas lembrou-se também de uma supervisão de Klein e desistiu³.

² Segundo Grotstein (2010, p. 40): “Eu tinha estado em uma breve “supervisão” com Bion antes de entrar em análise. Ele não se sentia à vontade com “supervisão” e preferia o termo “segunda opinião”. Ele considerava que o terapeuta, não importa o quão inexperiente, sabia mais sobre o paciente do que qualquer um que não estivesse presente naquela experiência. Portanto ele podia apenas oferecer uma segunda opinião, em vez de uma “supervisão”. Ficou claro para mim que Bion valorizava muito a experiência pessoal, mais que a teoria e o treinamento, embora ele não condenasse o treinamento”.

³ Uma lembrança de um supervisionando de Melanie Klein – “A Sra. Klein me disse, certa vez: ‘Graças a Deus, Dr. Gammil, o senhor não interpretou a inveja nesse material, pois não havia nada que se ligasse a ela. Durante toda esta semana, tive várias pessoas que me trouxeram material e interpretaram a inveja, embora não houvesse nenhuma prova clínica para isso” (NASIO, 1995, p. 168). Disse Gammil: “estive em supervisão com ela, em ‘57, e a inveja era uma espécie de “behind” {uma expressão antiga para algo que ‘ainda está por vir’; *Archaic: yet to come*} dela, como um tema a ser desenvolvido, embora ela certamente já considerasse que fosse algo de extrema importância” (GAMMIL, 2014, p. 173).

2) Pensou também em Winnicott e suas cruciais considerações sobre o Medo do Colapso, com defesas paradoxais que realizam ativamente o que já é verdade acontecida inconscientemente e passivamente “não-vivida” antes:

O intuito deste artigo é chamar a atenção para a possibilidade de que o colapso já tenha acontecido [...]. O paciente precisa “lembrar” isto, mas não é possível lembrar algo que ainda não aconteceu, e esta coisa do passado não aconteceu ainda, porque o paciente não estava lá para que ela lhe acontecesse. A única maneira de “lembrar”, neste caso, é o paciente experienciar esta coisa passada pela primeira vez no presente, ou seja, na transferência [...]. A maioria de minhas ideias é inspirada por pacientes, com quem reconheço meu débito. É a um deles que devo a expressão “morte fenomenal”. O que aconteceu no passado foi a morte como um fenômeno, mas não como o tipo de fato que observamos. Muitos homens e mulheres passam suas vidas pensando se encontrariam solução no suicídio, isto é, no envio do corpo a uma morte que já aconteceu na psique. O suicídio, contudo, não é uma resposta, mas sim um gesto de desespero. Entendo agora, pela primeira vez, o que minha paciente esquizofrênica (que se matou) queria dizer quando falou: “Tudo o que lhe peço é que me ajude a cometer suicídio pela razão certa e não pela razão errada”. Não consegui fazê-lo e ela se matou no desespero de encontrar a solução (WINNICOTT, 2005a, p. 74).

Eventualmente, descobrir ‘razões certas’ para uma morte potencial poderia fazer alguém atrasar dinâmicas não mais biológicas de se estar. E, para tanto, haveria que haver menos medo do que respeito ao suicídio em jogo.

Num caso recente que tive sob análise, o que me interessou foi descobrir, após um longo período de trabalho intensivo, que a paciente não tinha consciência do impulso suicida representado pela anorexia. Quando ela foi capaz de aceitar seus impulsos suicidas, pôde servir-se da psicoterapia e pudemos dizer adeus aos pediatras que concretamente lhe salvaram a vida. Num caso similar perdi uma paciente, num estágio inicial, antes que meu tratamento se tornasse eficaz, porque não pude encontrar uma medida pediátrica adequada que me permitisse continuar meu trabalho como psicanalista (WINNICOTT, 2005b, p. 196).

(Conseguiria Edson respeitar e acompanhar Rogilson se Amanda o instasse a isso? Era Rogilson um ‘morrido fenomenal’ a ser assim assumido?) Um Winnicott que, aliás, sempre tem a capacidade de transformar seu interlocutor em supervisor, talvez esta, sim, a única supervisão verdadeira, invertidas partes – tal como já apresentado e explicitado em Silva Filho (2024) –, podendo-se se ler pérolas em suas cartas, na sua observação de sua própria prática:

Tive de aproveitar a oportunidade de obter alívio pessoal, depois de esperar muitos anos para falar sobre esse caso, o qual, acredito eu, tinha possibilidade de resultado clínico [...]. Acho que o senhor poderia se interessar bastante pela parte do meu trabalho relacionada a esse assunto. Será divertido tentar lhe expressar o pouco com que acho que eu poderia contribuir como psicanalista (WINNICOTT, 2005b, p. 138). [...] Sem dúvida, fui culpado por deixar estarecidos alunos de nível avançado ao lhes falar de erros técnicos, alguns dos quais acabam por ser valiosos, e de oferecê-los para discussão. Na verdade, os alunos não gostam desse tipo de coisa, porque [...] estão tentando se organizar com base na escolha de identificações, e ainda não estão prontos para lidar com idiosincrasias pessoais. [...] acho que erros podem ser perigosos na análise da psicose, ao passo que podem ser úteis quando o paciente é mais psicótico ou o que chamamos limítrofe [...] O analista deve ter temperamento adequado para esse tipo de trabalho mais profundo, que nem sempre é bem-sucedido em termos de cura. Se o paciente sente que isso vale a pena ser feito, então isso vale a pena ser feito, a despeito do fato de que cada estágio que pode ser chamado um avanço coloca o paciente em contato mais íntimo com a dor. Em outras palavras, o paciente renuncia às defesas, e a dor, contra a qual as defesas foram organizadas, está sempre lá. Esse tipo de trabalho, como assinei ao falar sobre o tratamento de crianças psicóticas, poderia ser descrito como cruel. Quando ele é bem-sucedido, é claro, a crueldade e o sofrimento são esquecidos (WINNICOTT, 2005b, p. 216-217). [...] É muito difícil fazer isso num tratamento, e muitas vezes não o consegui de modo satisfatório, ou vacilei num momento crítico. É uma coisa cruel de se tentar, porque o sucesso é muito precário e cada fracasso inconcebivelmente doloroso para o paciente (WINNICOTT, 2005b, p. 220). O que há de horrível quando um paciente comete suicídio nesse estágio é que isso faz com que o analista mantenha a tensão para sempre e nunca mais consiga se comportar mal, um pouquinho que seja. Acho que isso é parte inerente da vingança que o suicídio desse tipo contém, e devo dizer que, aqui, o analista sempre merece

o que consegue. Digo isso depois de acabar de perder uma paciente por ter ficado doente. Eu não tinha como evitar a doença, mas se vou ficar doente, então não devo pegar esse tipo de paciente (WINNICOTT, 2005b, p. 218). [...] fui grandemente auxiliado em minha prática hospitalar (mesmo no trato com crianças) quando inventei o diagnóstico: “Crianças que não posso ajudar.” Não consigo ver por que devemos imaginar que é possível tratar com sucesso todos os casos, quando, fora a hereditariedade, pode haver um histórico tão longo de manejo inadequado que a quantidade de coisas a ser neutralizada seja excessiva; e também, quando esses pacientes ficam esperançosos, têm a necessidade de nos pôr à prova mais do que talvez possamos suportar (WINNICOTT, 2005b, p. 226).

Esperança mortal? (Diagnóstico: caso que não posso ajudar)

3) E Lacan?

Saiba apenas que vi várias vezes a esperança, o que chamam de: os amanhães que cantam, levar as pessoas que eu estimava tanto quanto o estimo, muito simplesmente, ao suicídio. Por que não? O suicídio é o único ato que possa ter êxito sem falha. Se ninguém nada sabe sobre ele é por que ele procede do parti-pris de nada saber (LACAN, 2003, p. 540).

Supervisão?

Zygouris: Bem, eu já estava trabalhando na instituição, no Serviço de Crianças. Comecei a atender em casa por volta de 66-67. Faz muito tempo! E nesse período eu fazia supervisão com Lacan. [...] Em geral, tudo o que eu apresentava ele dizia que era excelente, muito bom. Entretanto, a única pessoa que se matou durante meus longos anos de trabalho foi a paciente que supervisionava com Lacan. Ela cometeu suicídio durante o período da supervisão. Quero deixar claro que não ponho a culpa desse fato em Lacan. Tratava-se, afinal, de uma paciente esquizofrênica que fez muitas tentativas de pôr fim à própria vida e, além do mais, eu a atendia dentro de uma instituição. Porém, penso, às vezes, que se eu estivesse em supervisão com uma outra pessoa que pudesse me conter mais, talvez o desenlace pudesse ter sido diferente, mas nunca dá para saber. Sei que depois disto continuei a supervisão com ele sobre outra paciente e vivia preocupada, temendo que algo parecido pudesse acontecer a ela – o que é, obviamente, uma superstição (SELAIBE & CHNAIDERMAN, 1996, pp. 100-101).

Dizia o ex-analisante Perrier de Lacan:

Eu havia atraído os descontentes. Com eles, aprendi boas! Sobre o suicídio, principalmente. Gostaria que Lacan tivesse publicado seus números: loucura, quanto se suicidava em sua clínica! Ele, por sua vez, tinha medo terrível da morte. Certa anedota ficou célebre: ele enxotara Diatkine, porque este fantasiava o fantasma da morte (PERRIER, 1987, p. 168).⁴

Então se sabe que o suicídio é o único ato que não é falho – todos os outros o são –, e que a esperança pode levar ao matar-se. Afora a notação de que a assunção de certos pacientes é arriscada. E não por menos se tem a crucial reflexão de linha lacaniana de Calligaris a respeito: ‘O suicídio é algo que só interessa a quem lida com a instância paterna: neuróticos, perversos e psicóticos depois da injunção e da crise’. “No fundo, do ponto de vista da psicanálise, a vida enquanto tal não é um valor, e de repente a morte tampouco é um valor. Aliás, se há uma diferença entre psicanálise e medicina, aí está: para a psicanálise, a vida é um valor fálico como qualquer outro”, e “desse ponto de vista, a preservação da vida enquanto tal não dirige a ética psicanalítica, e tampouco a dirige qualquer tipo de erotização da morte” (CALLIGARIS, 1989, p. 110). ‘O problema é justamente que, por ser um valor paterno, viver pode vir a ser um mandamento superegóico, o que abre espaço a uma possível erotização da morte, por exemplo, como gozo proibido’. “Contudo é importante considerar que um analista pode, perfeitamente, tentar conter ou mesmo impedir um ato suicida, sem invocar a vida como um valor, mas muito mais recusando a erotização da morte” (CALLIAGARIS, 1989, p. 109). Isto é, não há que fetichizar qualquer dos ‘lados’.

Mas havia isso em Lacan (ele topava casos que muitos não topariam) – como nos conta Adnan Houbballah de sua supervisão com o francês:

⁴ Não sem também e igualmente dizer: “As pessoas não souberam curtir o pesar por Lacan. Uns o incensam, outros o detestam. Como se vivesse ainda. Esse homem passou seu tempo a não se fazer entender, mas a semear a inteligência, isto é, a dúvida no outro. [...] Pois charme, ele possuía ao infinito. Era um esteta, um homem distinto, um excelente clínico e um notável psiquiatra” (PERRIER, 1987, p. 168-169).

Em nenhum momento ele me aconselhou a recusar um psicótico; estimulou-me a dar continuidade à análise deles, mesmo em situações difíceis. Vou dar dois exemplos. O primeiro é o de um iemenita que tinha muitas dificuldades, em seu cotidiano no Ocidente, para discernir a crença mítica em que fora criado. Considerando sua confusão e seu estado quase delirante, eu estava a ponto de recuar. Lacan adotou uma posição inversa, incentivando-me a dar continuidade ao tratamento: disse-me que o que podia salvar meu paciente da psicose era sua inteligência; o que se seguiu não deixou de confirmá-lo. Um outro caso, mais preocupante, foi o de um jovem de 20 anos. Um caso difícil, diante do qual eu me sentia cada vez mais desarmado, de tanto que ele me transmitira sua angústia. Eu desconfiava de que ele era psicótico e tinha medo de que passasse ao ato. Certa noite, ele não veio ao consultório, embora eu o esperasse. Soube umas horas depois que fora internado. A angústia me invadiu. Telefonei para Lacan, que me disse para ir vê-lo assim que saísse do trem. No final de uma longa conversa, Lacan concluiu: "Sua dúvida está confirmada, é um psicótico e é a sua angústia que tinha razão!" Recomendou-me ir ver meu paciente no hospital e pôr-me à sua disposição. O que foi muito benéfico para meu paciente; ele prometeu voltar a me ver assim que tivesse alta. Durante essa supervisão, Lacan nunca me incentivou a fazer sessões curtas. Uma vez, relatei-lhe uma sessão curta com um paciente; ele não disse para eu não fazer aquilo de novo, mas me recomendou a fazê-lo com conhecimento de causa e quando a ocasião fosse propícia (HOUBBALLAH, 2009, p. 49-50)⁵.

Mas, seria Rogilson um psicótico? Um caso difícil? Era essa a circunscrição de Amanda a Edson?

Bionianamente haveria essa ênfase “quanto aos ataques ao vínculo analítico como sendo equivalentes a um ataque ao estado receptivo da

⁵ "Zygouris: ... Primeiro quero comentar um assunto sobre o qual muitos falam e reclamam: suas sessões curtas. Nas sessões de supervisão, quando ele [Lacan] começava a se levantar, fazendo sinal de que era o término, eu dizia para ele que não havia terminado e continuava sentada. Ele me olhava longamente e continuávamos. As minhas sessões nunca eram muito longas, porém duravam até vinte minutos e nunca três ou cinco minutos. Tinha gente que ficava cinco minutos. Percurso: As supervisões também podiam durar nos moldes de sessões curtas? Zygouris: Lacan falava de sessões de duração variável, não curtas. Não é a mesma coisa. O ponto é que quando tinha gente na sala de espera e era preciso que todo mundo fosse atendido até 21 h, então as sessões eram curtas! Não havia qualquer teoria por trás das sessões curtas. É estúpido pensar que teria. Em julho, quando muitos dos pacientes estavam em férias, nossas sessões se prolongavam, duravam muito mais. Há, sim, o escrito de Lacan a respeito do tempo lógico – um trabalho muito interessante! Mas aposto que não existe sequer um analista que possa, com material clínico, validar o tempo lógico. Isso não existe! É uma enganação calculada. A ideia é muito boa, mas também é uma ideia muito perigosa" (SELAIBE & CHNAIDERMAN, 1996, pp. 100-101).

mente do analista”, “meios que a parte psicótica da personalidade desse paciente utiliza para entorpecer a capacidade perceptiva do analista” podendo “ir ao extremo de actings malignos, atos delitivos e ameaças de suicídio” (ZIMERMAN, 2008, p. 258), imobilizando e dificultando qualquer pensar e fazer⁶.

Quanto à diagnose, talvez já valesse winnicottiana colocação de que “Eu mesmo acho que a diferença é que o neurótico, se é que existe algo como um indivíduo puramente neurótico” (se é que existe algo como um indivíduo puramente psicótico; se é que existe algo como um indivíduo puro), “é não apenas capaz de lidar com uma análise em termos de verbalização mas também que ele ou ela se fia em todas as coisas que estão sendo trabalhadas na análise de um caso limítrofe” (WINNICOTT, 2005b, p. 216)⁷.

⁶ “A partir de que momento, e até quando, assumimos a responsabilidade por um paciente? Aludindo ao nosso trabalho com pacientes muito agressivos que apresentam sérios riscos, Bion recomenda que o analista tome todos os cuidados necessários no curso da sessão (inclusive o de interpor a sua poltrona entre o paciente com risco suicida e a janela do consultório). Segundo ele, os analistas são responsáveis pelos pacientes unicamente durante o tempo em que estão juntos. Caso contrário, eles nos controlam. Como exemplo, Bion diz que um paciente voraz saberá arranjar as coisas de tal maneira para que a mente do analista continue ocupada com ele, numa hora que já pertence a outrem” (ZIMERMAN, 2008, p. 305).

⁷ “Caro dr. Main, Era natural que, no estágio intermediário de nossas discussões, devêssemos chegar a um ponto em que L passasse a ser discutido na qualidade de meu paciente especial [...]. Grosso modo, eu diria que existem no mundo dois tipos extremos e óbvios de pessoas: as que estão fazendo psicanálise ou poderiam fazer uso dela, tal como a conhecemos, e, por contraste, as que não têm nenhum motivo para ter esperanças e que, portanto, não nos preocupam. A segunda categoria inclui uma grande parcela da população dos hospitais psiquiátricos e também um grande número de pessoas que vivem na sociedade comum mas que não têm conhecimento algum de que a vida poderia ser mais satisfatória do que é. No momento, estou interessado na área intermediária entre esses dois extremos. Podemos novamente dividir essa área em três grupos. O primeiro seria daqueles que têm necessidades originárias da infância inicial e simplesmente conseguem a superação no curso da análise com um analista disposto a adotar a técnica clássica onde ela é necessária. O terceiro grupo nessa área intermediária dos que têm alguma esperança é formada em boa parte pelos que cometem suicídio. No centro, encontra-se o segundo grupo, e aqui temos o tipo de paciente que o senhor está descrevendo. A característica desse tipo de paciente é que a esperança o força a bater na porta de todas as terapias que poderiam lhe dar alguma resposta. Eles não podem evitar isso e, como o senhor tão bem sabe, a técnica deles para mobilizar atividade é tremenda em termos de eficiência. Nesse grupo particular acho que existe uma força dinâmica que poderia destruir a psicanálise. Na prática, esses pacientes poderiam exaurir toda a enfermagem disponível e o pessoal de fato ligado à psicanálise. A psicanálise não pode mais ignorar esse grupo, mas deve saber que ele constitui uma ameaça. É plausível que a vida do analista seja ameaçada por um ou dois desses pacientes, os quais sempre aparecem na sua prática, e o senhor

“Então”, lacanianamente⁸, “como se faz? É desnecessário dizer que” Amanda deu “o passo para buscar como supervisionava Lacan. A surpresa foi descobrir que Lacan trabalhava, quase, mais casos de supervisão que de análise” (TIZIO, 2003, p. 57). Talvez se trate de “sanear o lugar do supervisor, que está prometido à ênfase, e levá-lo a produzir sobre ‘aquilo que se chama supervisão, o que não quer dizer que nós cremos supervisionar nada’ [Lacan]. Efetivamente, não é vigilância do outro, mas, sim, verificação do ato” (TIZIO, 2003, p. 57). O intuito era tornar troços de Edson n’algo operativo para o caso. Entretanto, pensava Amanda, “da minha parte, deixo-me ensinar pelas supervisões. Às vezes, o praticante está dominado por seu sintoma; em outras, pode-se recortar repetições que devem ser reenviadas à análise” (TIZIO, 2003, p. 58). Frequentemente, no relato, um praticante pode se separar, desapegar-se do relato do caso, de modo que um intervalo surja e, nele, algo vai se produzindo, sendo “um indicador de bom uso da

insinuou isso ao falar de L. O trabalho construtivo no [Hospital] Cassel, o senhor ressaltou, pode ser rompido por uns poucos pacientes desse tipo. O que estou tentando deixar bem claro é que esses pacientes nos fazem tentar com afinco porque têm esperança e porque é a esperança que os faz tão inteligentes; no entanto, o fato de não conseguirmos oferecer o que é necessário, ao mesmo tempo, produz o desastre” (WINNICOTT, 2005b, p.138-139).

⁸ “Jean Clavreul - Continuei uma supervisão com Lacan até 1980...

Didier-Weill - Ele se dirigia a você na condição de antigo analisando?

J.C. - Na verdade, não... Ele não procurava fazer referência à minha própria história, atinha-se ao que concerne ao lugar do psicanalista.

Moustapha Safouan - A supervisão era toda uma parte de sua prática. Foi o único aspecto que conheci de Lacan, pois não fui seu analisando. Há muito o que dizer sobre isso. Lembro de um analisando... melancólico... que eu hesitava em atender. Lacan me disse: é o tipo de caso que não se deve hesitar em aceitar... Entendi que, para ele, havia casos que eram um dever aceitar. Claro, aconteceu de ele suscitar forças que não conseguia controlar e fracassou, mas é certo que, a crer nos depoimentos que colhemos, prestou serviço a muita gente. Ele estava a serviço do que fazia como terapeuta.

J.C. - Para Lacan, o essencial era quando tinha um troço angustiante impossível de teorizar: era para lá que se tinha de ir. Nosso papel é este, temos de nos ocupar com todos os fracassados da ideologia das Luzes. Temos de nos ocupar com aqueles que não se curam segundo o ideal das Luzes, ou seja, basicamente, os loucos... Por isso a obra de Lacan começou com o caso Aimée. Tratava-se não de salvar aquela pobre mulher, mas de acolhê-la, de compreender o que ela tinha de importante a dizer, a fim de que nossa compreensão teórica avançasse um pouco” (DIDIER-WEILL & SAFOUAN, 2009, p. 23).

supervisão quando, nesse intervalo, produz-se algo que ensina e me ensina” (pensa Amanda), “permitindo-me verificar também algo de minha prática” (TIZIO, 2003, p. 58).

E interveio Éric Laurent:

Eu era um rinoceronte de primeira... Hebe Tizio sabe mais do que eu sobre os rinocerontes: eles são cegos e se guiam somente pelo ouvido. Já eu era cego e tinha ouvidos tapados... A respeito do primeiro caso: era uma de minhas primeiras pacientes, e eu estava muito chateado; ela me disse que havia marcado uma consulta com seu cirurgião plástico para operar o nariz. Lacan me disse: "Escute, meu velho, o nariz dela é mesmo feio?" - "Hum, não..." - "Mas o que você está esperando! O que você está esperando, meu caro, para lhe dizer que o nariz novo não é a moda da estação... Portanto, o que você espera para lhe dizer que a questão é sua fantasia de gravidez, e que isso nada tem a ver com retificar o falo" (DEBATE, 2003, p. 70).

Amanda para Edson: escute, meu velho, o que é que você está esperando para remarcar com Rogilson o próximo encontro, reposicionando o travamento e apresentando-lhe o devido estético?

Referências

- BION, W. R. **Supervisão com Bion**. Supervisão apresentada durante a Jornada W. R. Bion, novembro de 1994, Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ). Publicado também em *Ide*, 27:60-70, 1995.
- CALLIGARIS, C. **Introdução a uma clínica diferencial das psicoses**. Porto Alegre: Artmed, 1989.
- DEBATE. **Opção Lacaniana – Revista Brasileira Internacional de Psicanálise**, n.35, 2003.
- DIDIER-WEILL, A. & SAFOUAN, M. (2009). Perguntas a Jean Clavreul. Em: DIDIER-WEILL, A. & M. SAFOUAN, M. [Orgs.]. **Trabalhando com Lacan: na análise, na supervisão, nos seminários**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- GAMMIL, J. Entrevista – Lembranças de James Gammill (a respeito de Donald Meltzer, Martha Harris, Melanie Klein) em conversa com Meg e Adrian Williams, Rue Jacob,

Paris, 29 Outubro 2011. **Boletim Formação em Psicanálise**, ano xxii, vol. 22, n.1, jan/dez 2014.

GROTSTEIN, J. S. **Um facho de intensa escuridão**: o legado de Wilfred Bion à psicanálise. Porto Alegre: Artmed, 2010.

HOUBBALLAH, A. Supervisão com Lacan. Em: DIDIER-WEILL, A. & M. SAFOUAN, M. [Orgs.]. **Trabalhando com Lacan**: na análise, na supervisão, nos seminários. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LACAN, J. Outros escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

NASIO, J.-D. Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

PERRIER, F. **Viagens extraordinárias pela Translacania**. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

SELAIBE, M. & CHNAIDERMAN, M. Entrevista - Radmila Zygouris: Uma geografia peculiar. **Revista Percurso**, 1(16), 98-109, 1996.

SILVA FILHO, E. A. Supervisión de paralaje: de la fundación original del psicoanálisis a la formación decisiva de un analista. **Affectio Societatis**, [S. l.], v. 21, n. 40, p. 1-26, 2024. DOI: 10.17533/udea.affs.v21n40a07. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/affectiosocietatis/article/view/347823>. Acesso em: 4 nov. 2024.

TIZIO, H. Ocorre que, às vezes, um rinoceronte nos refresca a memória... **Opção Lacaniana – Revista Brasileira Internacional de Psicanálise**, n.35, 2003.

WINNICOTT, D. W. O medo do colapso (breakdown). Em: WINNICOTT, C. [org.]. **Explorações psicanalíticas**: D. W. Winnicott. Porto Alegre: Artmed, 2005a.

WINNICOTT, D. W. O gesto espontâneo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

ZIMERMAN, D. E. **Bion**: da teoria à prática: uma leitura didática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

8

SUPERFISSÃO: PARA UM RADICALMENTE NOVO GRÃO DE FANTASIA

*Fabiana Rodrigues Barbosa*¹

É da abertura, é da hiância sobre este algo de radicalmente novo que introduz todo o corte da fala. [...] devemos almejar este grão de fantasia (ou... este grão de poesia), é da própria análise. [...] ... o modo mais eficaz da intervenção e da interpretação analítica, [...] uma das coisas sobre a qual nós deveríamos mais insistir, é este corte... (Lacan, 1958-59/2002, p. 517-518).

Este breve escrito ensaístico aprecia a questão da **supervisão** em Psicanálise por meio de um neologismo resultante do deslizamento deste termo à **superfissão**, inspirado na importância atribuída por Jacques Lacan ao corte na experiência psicanalítica. O **corte**, noção e procedimento bastante conhecido enquanto ato psicanalítico² [um dizer³ que modifica o sujeito⁴] no campo lacaniano, é aqui tomado por mim, experimentalmente, enquanto sinônimo de **fissão**, substantivo feminino que corresponde ao ato de fender. Não tenho a intenção aqui de produzir um escrito-síntese, mas, ao contrário, iniciar uma elaboração que propõe o termo superfissão como exercício de pensamento a partir de Lacan. Trata-se de uma hipótese em teste, para a qual este escrito é um disparador. Este exercício de leitura escrita

¹ Prática e estuda a psicanálise. É mestra pelo Departamento de Psicologia Clínica do IPUSP-SP e Psicóloga pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pesquisa a feminilidade em Psicanálise, no litoral entre o campo lacaniano e o literário, via náotoda. Sua clínica emergiu de trabalhos com Yoga, Saúde Mental e mulheres vítimas de violência. É membra do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo, membra do Grupo de Pesquisa de Orientação Lacaniana (GPOL-USP) e co-fundadora da "Iniciativa Nascente: Psicanálise no Litoral".

² LACAN, 1969/2003, p. 371.

³ Dizer é aquilo que o dito carrega, mas que pode estar esquecido. Recomendo uma elaboração sobre essa noção em LEITE, N. V. de A. O Esquecimento do dizer: efeitos sobre a leitura. In: **Revista de Filosofia do IFCH da Universidade Estadual de Campinas**, v. 3, n. 5, jan./jun, 2019.

⁴ A noção de "sujeito" corresponde ao sujeito do inconsciente, para Lacan.

também é um corte na forma habitual de nomearmos um dos aspectos mais importantes de nossa prática profissional: o encontro com outro analista para pensar a clínica cotidiana, as vicissitudes práticas de nosso ofício, do gesto de escuta que se repete. Na repetição, o hábito é risco que pode cegar certos pontos, por isso a suposta necessidade de supervisão. O exercício de substituição da visão pela fissão refere à mais relevante função do analista: uma escuta que não é total, que manca, que flutua⁵, como proposta por Freud. Não se pode e não se deve escutar tudo, mas estar aberto a escutar o que importa [em cada caso] e fazer aí incidir um efeito de escuta, e um deles é o corte. Veremos que a falta é uma dimensão importante, necessária, que merece uma apreciação delicada no pensamento de Lacan. Por isso o corte, referido pela superfissão, se articula de alguma forma à noção de falta, sendo esta diferente da noção de vazio. Veremos isso adiante.

No campo da biologia, a noção de fissão refere-se à reprodução assexuada, em que um organismo unicelular se divide para formar outros organismos da mesma espécie⁶. No campo da astronomia, refere-se ao processo em que um núcleo muito pesado se divide em núcleos menores, por exemplo, tendo como reação uma bomba ou reator nuclear⁷. Nesses dois campos, pode-se dizer que a fissão é processo poderoso, oposto à fusão, sempre com fins de separação ou divisão, derivando uma grande intensidade energética, variabilidade, e certo grau de imprevisibilidade, uma vez que se aumenta a superfície de contato entre os corpos divididos e seu meio, conferindo-lhes melhor

⁵ FREUD, 1912/2010.

⁶ MICHAELIS Dicionário Online. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/fiss%C3%A3o/>. Acesso em: 14 out. 2024.

⁷ Departamento de Física Nuclear do Instituto de Física da USP. Disponível em: <https://portal.if.usp.br/fnc/pt-br/p%C3%A1gina-de-livro/fiss%C3%A3o>. Acesso em: 14 out.2024.

porosidade. Tomo aqui emprestada a fissão para pensar como seria essa superfissão, que nós psicanalistas buscamos nas companhias uns dos outros, como parte de nossa formação constante. A superfissão é prática com potencial de dividir tempo e espaço em antes e depois, abrindo hiância, da qual se desdobram desejo e afetos intensos oriundos do que se implica na ruptura. O nível de imprevisibilidade das diversas consequências dessa ruptura deve-se ao fato de que seus derivados podem se articular ou chocar, como em biologia e astronomia, com o mundo à sua volta.

Uma passagem curiosa que ilustra isso é a menção de Lacan⁸ à sua experiência diante das placas de couro que encontrou em Roma, em que “um certo Fontana” fazia fendas, o que lhe produziu um “efeito cativante” e a associação à *Spaltung* do sujeito⁹, que Lacan afirma dever tocar principalmente o “feminino”. Provavelmente porque é na posição *nãotoda*, que se topa com a hiância, o furo no sentido: “o sujeito está sempre não entre, mas, ao contrário, hiante”, diz Lacan¹⁰. Quanto à posição *nãotoda*, redijo-a aqui com as duas palavras unidas, para representar minha forma de aproximação dessa lógica ou modalidade de gozo, em que todo fálico e *nãotoda* fálica são intimamente articulados, sem oposição ou complementaridade. Esta opção de escrita data de uma etapa anterior de minha pesquisa¹¹, em que apresentei uma

⁸ LACAN, 1971-72/2012, p. 222.

⁹ A noção de *Spaltung*, divisão, vem desde “Estudos sobre a histeria” (Freud, 1893/1996), e foi trabalhada por Freud em diversos momentos, muitas vezes associada à cisão. Lacan, a posteriori, amplia o conceito, não apenas referido a processos singulares, mas a uma característica subjetiva geral. Guido (2009) expõe que, para Lacan, “o sujeito estaria alienado de si, por uma cisão irreduzível, incurável”, sem síntese subjetiva possível. Ao sujeito dividido é impossível a autoconsciência plena, transparente e presente a si. O sujeito se encontra separado do seu próprio conhecimento. O inconsciente é efeito da linguagem. O ato de falar tem sentido em si, mesmo que palavras não tragam sentido. Antes de transmitir mensagem, palavra é chamado, demanda de amor ao outro.

¹⁰ *Ibid.*, p. 222.

¹¹ BARBOSA, 2023.

explicação mais prolongada sobre a *nãotoda* e seus usos clínicos, que se articulam ao que aqui quero trazer.

A importância da hiância para a questão da superfissão em psicanálise é enorme. Provoca-se fissão para abrir gesto análogo ao de “ler levantando a cabeça”, descrito por Barthes em “A morte do autor”¹². O corte na leitura, nesse caso, se dá “não por desinteresse, mas, ao contrário, por afluxo de ideias, excitações, associações”, para pensar com o texto. Trago logo Barthes pra nossa conversa não por acaso. O leitor é implicado. Veremos que isso se articula à relação entre superfissor e superfissionante. Sustentamos essa abertura pra pensar, fazer pontes, atravessar muros.

Um enigma se parece com um muro. Mas, a depender de como se o aprecia, pode-se no muro encontrar frestas. Certas frestas são verdadeiros convites, principalmente para psicanalistas, quando localizadas em semblante de fechamento, como geralmente são apresentados alguns enigmas. Como, por exemplo, o enigma que Lacan apresenta ao final do Seminário 6, “O desejo e sua interpretação”¹³. Lacan recupera do poeta Désiré Viardot [vejam bem, seu nome próprio é “desejado”!], proposta feita por volta de 1951-1952, na revista belga intitulada *Phantômas* [a seguir veremos Lacan trazendo a fantasia], o seguinte “enigma fechado”: “a mulher tem na pele um grão de fantasia”. Lacan abre, desdobra e redobra a aposta: esse “grão de fantasia” seria aquilo que compõe o que “modula e modela as relações do sujeito com aquele a quem ele demanda, seja quem for”. No horizonte a quem se demanda Lacan diz que encontramos aquele que “contém tudo, a mãe

¹² BARTHES, 1968/2004, p. 26.

¹³ LACAN, 1958-59/2002, p. 518.

universal”¹⁴. Aqui Lacan traz alerta precioso: “não é por nada que [...] possamos por vezes nos enganar quanto a essa relação do sujeito com o todo”, algo que poderia ser eventualmente desvendado pela via de arquétipos universais. Lacan adverte: “é bem de outra coisa que se trata. É da abertura, é da hiância sobre este algo de radicalmente novo que introduz todo o corte da fala. Aqui não é apenas da mulher¹⁵ que devemos almejar este grão de fantasia [ou este grão de poesia], é da própria análise”¹⁶.

Análise, demanda de superfissão e desejo do analista

É na análise que se dá o corte na demanda pelo todo, por Um que tudo possa, por essa “mãe universal”¹⁷. Isso vai produzir a hiância que se quer, para possibilitar a separação entre aquele que demanda e o demandado, pois só assim aquele que demanda poderá se escutar e suportar estar no mundo a partir de si, com o outro. A produção de uma solidão acompanhada. Mergulhemos um pouco mais, afundemos um pouco mais cuidadosamente no corte, tendo no horizonte a questão de como isso se articula à superfissão. Essa solidão radical pode ser suportada na companhia de um outro sem que este seja tomado como “mãe universal”¹⁸. Foi o que Lacan tentou elaborar com a formulação “não há relação sexual”. Pude trabalhar anteriormente algo em relação a isso:

Outro dito polêmico de Lacan, referente à relação sexual não se inscrever na linguagem, é demonstrado da seguinte forma: a função da necessidade é

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ Nesse ponto, no contexto do Seminário 6 (1958-59), Lacan refere-se à mulher não ainda como posição na sexuação, algo que vai fazer mais adiante, e mais aprofundadamente, nos seminários de década de 1970, especialmente no *Encore* (1972-73).

¹⁶ LACAN, 1958-59/2002, p. 518.

¹⁷ *Ibid.*

¹⁸ *Ibid.*

irredutível no Real¹⁹. Há uma certa parcela de gozo que é irredutível, uma parcela mínima que não pode ser sublimada ou mensurada – isso já se sabe desde Freud, diz Lacan. “É é justamente nesse elemento de indeterminação que se assinala o que há de fundamental, ou seja, muito precisamente, que a relação sexual não é inscritível, fundável como relação”²⁰. Essa relação, diz Lacan desenvolvendo Freud, “se serve para alguma coisa da ordem do sexo, certamente não é para uma relação sexual, mas para uma relação, digamos, sexuada”²¹. A diferença entre elas reside no fato de que vislumbramos por meio do inconsciente que tudo o que é da linguagem tem a ver com sexo, é sexuado; mas a relação sexual fracassa ao ser enunciada e tentar se fazer inscritível na linguagem. [...] Pensando na clínica, Prates²² nos lembra que em 1957 Lacan afirmou que a demanda – nunca satisfeita – é sempre demanda de amor. O amor demanda “mais, ainda” amor. Sendo esse “mais, ainda” o nome da falha a partir de onde, no Outro, parte a demanda de amor, nunca satisfeita, ainda que sempre querendo fazer Um. Trata-se de uma operação que cria uma hiância, um resto que funciona como objeto restante, *objeto a*, que, por sua vez, por isso mesmo é então causa de desejo. Essa completude da proporção sexual, ao nos darmos conta de que é imaginária, revela a impotência do amor em fazer Um, promovendo a impossibilidade, a não existência da relação sexual. Diz Prates²³: “O Um da relação sexual não existe porque não há proporção na relação que homens e mulheres (dois significantes, como quer Lacan) estabelecem com a castração”. Articularia-se essa castração de que diz Prates à castração no simbólico, para qual é necessária uma tessitura simbólica de contorno, como dizia Rabinovich²⁴. Então, não há complementaridade. Aqui Lacan parece referir-se à relação entre sujeito e objeto de desejo (Barbosa, 2023, p. 105).

Em uma experiência de final de análise ocorreria algo que muda o analisante, e também, portanto, a escuta que este poderá sustentar como analista. Nessa (não) relação do sujeito com o outro, são

¹⁹ “L’existence de l’immonde - à savoir de ce qui n’est pas monde - voilà le *Réel* tout court!” (Lacan, 1974-75, p. 19). Em livre tradução nossa: “A ex-sistência do imundo, a saber, do que não é mundo, aí está o Real, sem mais”.

²⁰ LACAN, 1971/2009, p. 122.

²¹ *Ibid.*

²² PRATES, 2019, p. 171.

²³ *Ibid.*

²⁴ RABINOVICH, 2005.

experienciados, de um modo mais radical que antes, os sentidos do “não há relação sexual” e da parcela irreduzível, “não demandável, que é precisamente o objeto do desejo”²⁵. Lacan, no Seminário 11²⁶, se pergunta qual seria a diferença entre viver a pulsão na transferência e vivê-la depois da transferência, depois do atravessamento do fantasma fundamental. Didier Weil retoma a questão em sua intervenção no Seminário 24, detalhando um pouco mais. Provavelmente a relevância disso repousa no fato de que, segundo o próprio Lacan, essa nova vivência pulsional pertenceria aos domínios do além da análise. Será que a experiência radical desse atravessamento, a solidão decorrente da descoberta da inconsistência do fantasma, de seu estatuto ficcional, de que não há Outro do Outro²⁷, o enfrentamento desse desamparo, do desvelamento do “não há relação sexual”, poderia ser a mola para uma, se assim pudermos dizer, *nãotoda* passagem para a sublimação? Para o autorizar-se à dedicação a esse saber-fazer com a pulsão de modo que esta possa tomar caminhos criativos e ficcionais singulares, e que seria precisamente isso que nos permitiria inventar como viveremos essa solidão acompanhados? Parece haver aqui uma pista para a questão de Lacan de como vivemos a pulsão depois da queda da transferência analítica.

A noção de sublimação, diz Lacan²⁸, pode ser definida como “a forma mesma na qual se escoo o desejo”, podendo “esvaziar-se da pulsão sexual enquanto tal”, com a precisão de que a noção de pulsão não se confunde com a substância da relação sexual, mas é “jogo do

²⁵ LACAN, 1958-59/2002, p. 482.

²⁶ LACAN, 1964.

²⁷ *Savoir-faire* é como Lacan (1975-76/2007, p. 59) descreve “a arte, o artifício, o que dá à arte da qual se é capaz um valor notável, porque não há Outro do Outro para operar o Juízo Final.”

²⁸ LACAN, 1958-59/2002, p. 516.

significante”. E Lacan vai dizer que a sublimação se dá ao nível do sujeito lógico. É um “trabalho criador na ordem do logos”, e é nessa lógica que, ao “nível social”, inserem-se as “atividades culturais” e seus “riscos”, inclusive a “modificação” e o “rompimento dos conformismos”. Vista desse modo, não seria exagero inferirmos que a superfissão tem também uma dimensão de sublimação e de laço social para o psicanalista ocupado de sua prática clínica. Vejamos um pouco mais a articulação desse tipo de laço com o desejo.

Mas antes, lembremos o que se dá em uma análise. O desejo do sujeito é “desejo do desejo” que se “abre sobre o corte”²⁹ manifestando o ser em forma de falta. “Esse desejo do desejo do Outro” confronta-se ao desejo do analista. Por isto, qual a função do desejo em uma análise? Que seja descoberto enquanto desejo do Outro, presente no que o sujeito supõe que o analista lhe demanda. O desejo do Outro é também o desejo do sujeito, e deve ser guiado em direção a um outro. Analistas, diz Lacan, são “parteiros, os que presidem ao advento do desejo”³⁰. O corte é o “artifício” utilizado no parto do desejo. De que modo? Nós, analistas, nos oferecemos como suporte a todas as demandas, sem responder a nenhuma. A “mola de nossa presença”, enquanto analistas, é essa não-resposta, que, no entanto, não é absoluta. Nosso desejo, o desejo do analista, deva “limitar-se a esse vazio, a esse lugar que nós deixamos ao desejo para que ele aí se situe, ao corte”. Do corte resta o vazio de onde emerge o desejo.

Então a suposição de saber no analista e no superfissor encontra o vazio, de onde emerge o desejo do sujeito analisante e analista superfissionante. E então, os equívocos da suposição de saber maciço no

²⁹ *Ibid.*, p. 516-517.

³⁰ *Ibid.*, p. 517.

grande Outro, abrem caminho a certa lógica, “trabalho criador na ordem do logos”³¹, que nos permite, desde a posição de superfissionais, tomarmos nossos superfisores como barrados, porque desde nossa posição de analisantes já antes estivemos advertidos de que o grande Outro compõe nossa fantasia, nossa suposição de existência da “mãe universal”³², o que não é pouca coisa. Podemos passar à posição de superfissionais e superfisores por meio do corte que desvela, na hiância, a solidão essencial à nossa experiência psicanalítica [analisante, analista, superfissional e superfisora]. Há nisso algo que nos possibilita dar cria ao traquejo³³, ao saber-fazer com nossa prática clínica.

Mas por que manter esse prefixo “super”? Boa pergunta. Pelo simples hábito de referir-se àquele olhar mais abrangente, como na relação entre super e infraestrutura, um tanto na linha do que Marx³⁴, por exemplo, conceituou? Como se a psicanálise fosse a superestrutura, representada pelo supervisor, e o caso clínico singular a infraestrutura, representada pelo supervisionante, que possibilitam à psicanálise seguir existindo? Se assim for, deveríamos de fato furar/cortar essa lógica para evitar, portanto, que haja tentativa de dominação do

³¹ *Ibid.*, p. 516.

³² *Ibid.*, p. 518.

³³ *Traquejo* é um termo que adoto em livre tradução ao *savoir-faire* de Lacan. A reflexão em torno do uso do *traquejo* tem circulado nos circuitos paulistanos em que a presente pesquisa se estabeleceu. Essa tradução, que encampo e levo adiante, inicialmente se deu de modo informal pelo tradutor e psicanalista Paulo Sérgio de Souza, e vai na direção da não adesão à “canalhive filosófica”; de podermos, mais ainda, viver e dizer a psicanálise em nossa própria língua. Badiou e Cassin (2013, p. 57) recorrem à expressão “canalhive filosófica”, usada por Lacan em referência à suposição de metalinguagem. O que disso depreendemos é que, se a metalinguagem é a linguagem que serve para descrever ou falar *sobre* uma outra linguagem, a metalinguagem corre imenso risco de se constituir em uma interpretação selvagem de uma linguagem sobre a outra; já que a que descreve vê a outra conforme seus próprios pressupostos, não necessariamente os mesmos da segunda. Ou seja, uma espécie de colonização de uma linguagem por outra.

³⁴ MARX, 1993.

pensamento dos supervisionante pelos supervisores como “produtores de ideias, que regulam a produção e distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias sejam as ideias dominantes da época”³⁵? A proposta da psicanálise é libertária, ainda que ela esteja advertida da “influência que um grande número de pessoas exerce simultaneamente sobre o indivíduo”³⁶ e das demandas civilizatórias incidentes, repressoras e indutoras da renúncia instintual³⁷. Estaria aí o superlativo *super* referindo-se àquela parcela desconcertante de desejo de desejo do grande Outro? Se assim for, uma razão para mantermos o prefixo *super* só se justificaria por um deslizamento dos sentidos, trazendo à baila o de intensidade com que a fissão, no contexto que aqui apreciamos, deve fazer sua marca para de fato causar separação e desejo do analista. É desconcertante, mas humano: queremos ser amados, aceitos, queremos alguma notícia, ainda que não totalmente alienada ao Outro, de que estamos no caminho.

Qual caminho? Eis a questão, cada um busca isso à sua maneira. Podemos amar. Mas qual amor para a psicanálise? Que tipo de laço é esse? Na supervisão tomaríamos o grande Outro como norteador, nossa “mãe universal”³⁸. Já na superfissão, ainda que busquemos o saber do superfissor, estamos advertidos de que esse saber é, entre outros, o saber cortar para fazer abrir sobre o corte o desejo do analista superfissionante, que por sua vez é o desejo de suportar, enquanto analista, limitar-se a esse lugar vazio que deixa para que o desejo de seus analisantes aí se situe, herdeiro do corte. Na superfissão, buscamos escuta e fissão para que se abra nossa falta [de saber]. O desejo do

³⁵ *Ibid.*, p. 72.

³⁶ FREUD, 1921, p. 15.

³⁷ *Id.*, 1930.

³⁸ LACAN, 1958-59/2002, p. 518.

analista de sustentar uma análise para alguém necessita também de outros diversos níveis de trabalho, como sabemos: análise pessoal, estudo dos textos, estudos com colegas. Este trabalho tem como intuito compor o saber-sustentar-vazios para nossos analisantes, passando por poder suportar todas as demandas sem responder a nenhuma, com não-respostas não absolutas³⁹. Mas, antes de tudo, viria o que na carne sentimos na análise pessoal: poder suportar a dor, o sofrimento, sem nos assustarmos tanto com a escuridão dos labirintos do Isso. Uma escuta clínica sempre começa com poder suportar o que vier pela fala e pelo vento que se espria entre as palavras. Esse respiro, suspiro, sorrateiro dizer entre os ditos. Suportar o não saber de que se trata. E para isso algum saber é requerido. O saber e o desejo do analista são intimamente articulados, e se nutrem da hiância.

O desejo na função superfissor tem algo semelhante ao desejo do analista. Ambos se confrontam com o desejo de desejo do grande Outro por parte do analisante/superfissionante, que se abre sobre o corte, manifestado em forma de falta, porque aí incidiu um corte que produziu vazio como lugar deixado ao desejo para que ele aí se situe. Diz Lacan⁴⁰ ser este “o modo mais eficaz da intervenção e da interpretação analítica, [...] uma das coisas sobre a qual nós deveríamos mais insistir, é este corte...”; o desejo do analista e do superfissor têm função análoga: produzir o vazio fértil à abertura para o desejo do analista em superfissão. Se o trabalho de uma análise é possibilitar a identificação ao *sinthoma*⁴¹, o trabalho de uma superfissão seria a identificação ao desejo do analista?

³⁹ LACAN, 1958-59/2002, p. 517.

⁴⁰ *Ibid.*

⁴¹ LACAN, 1976-77/1999.

Dos possíveis destinos à suposição de um saber em superfissão, uma precisão aqui se faz necessária: o que se supõe do lado do superfissionante e o que se supõe do lado do superfissor? Do lado do superfissionante, interroga-se um saber que está, muitas vezes, ao sabor da transferência de trabalho, mas, no pior dos casos, do amor de transferência. Neste último, uma fissão se requer urgente por parte do superfissor, caso haja amor demais em querer supor no Outro um saber ou garantia, por medo da solidão e da radicalidade do singular, de como se cria um saber-fazer, um traquejo em estilo singular, de se perguntar o que seria esse tal de estilo citado por Lacan. O problema é que não se passa a saber algo sozinho. Se há saber ele vem de alguma interação com o mundo, com nossos pequenos outros, desde nossa pequena posição, tão solitária quanto amadora. Ninguém nasce sozinho, apesar de o nascer possuir dimensão radicalmente solitária. É por isso que, para parir um desejo do analista, antes houve um analisante, não sem o corte daquele “parteiro”⁴², um analista antecedente. Do lado do superfissor, o corte será também um ato de amor à psicanálise e suas viscissitudes, dentre as quais está aprender a se haver com a solidão acompanhada, o que não deixa de ser também um fruto que cai de maduro ao fim de uma análise.

Mas nem toda fissão é dolorosa, algumas são desejadas, acalentadas; e nem todo parto é feito de corte, há alguns que são apenas aberturas para passagem. Ainda que haja sempre a marca de um antes e um depois. Então, eis os (des)saberes e (dis)sabores: ao tomar a supervisão como grande Outro, descobre-se em equívoco diante do encontro com um superfissor, que irá fazer girar a inicial posição demandante e guiar o desejo do sujeito superfissionante, fazê-lo

⁴² LACAN, 1958-59/2002, p. 517.

amadurecer em direção a sustentar uma posição de analista⁴³. Há certa lógica que nos permite fazer esse parto. Essa lógica, implícita no que Lacan nomeou nas fórmulas da sexuação como posição mulher, *nãotoda*, tomo-a como operadora da análise desta questão. Essa operação está implícita em todo este escrito, do início ao fim. Sua função de operadora à escuta clínica e de superfissão orienta a direção de tratamentos e procedimentos outros de escrita e inscrição do que de inconsciente se inscreve no jogo do laço social.

Supor, se pôr

Supor-se em supervisão é comum aos desavisados. Pior ainda é quando se supõe ali um controle ou garantia que a supervisão desempenharia da prática clínica do supervisionante, ausentando-se o erro. Pois é bem assim que se erra. Afinal, polissemicamente, a errância é inevitável, aliás, é algo caro à psicanálise: se há um ganho depurado de um processo de análise e superfissão que opera analiticamente, é o de vir a poder suportar o equívoco, o não saber tudo, já que se experimenta na carne a dor e a delícia de que, logo que se tenta controlar a língua, ela nos escapa. Somos ditos, tanto quanto dizemos. Isso diz em nós. É claro que o engodo passa pelo empuxo a supor no supervisor um saber resolver, escutar, interpretar, dirigir conosco um caso, e esse empuxo tem uma função: atribuir *O saber* a esse que ali ocupa o lugar de grande Outro, imaginariamente consistente. Nesse processo, se há superfissão, terminamos por efetuar também internamente um corte nos empuxos à certeza monolítica. Se o supervisionante não se arrisca, mal sabe ele que é esse o risco maior: deixa de escutar sua própria escuta enquanto tenta escutar o suposto supervisor. É claro que não vamos caminhar

⁴³ LACAN, 1958-59/2002, p. 517.

sozinhos de sol a sol, sem interlocutores ou testemunhos de nossa solidão clínica. Mas o ato psicanalítico tem sua dimensão solitária, ainda que acompanhada, testemunhada pelo superfissor. E se procuramos um superfissor com mais ou menos tempo de experiência clínica, é uma escolha que nada garante.

Tome nota: o desejo de acertar obtura o desejo de saber⁴⁴. Mas, eis o desafio de quem se forma no caldo cultural da psicanálise: nas universidades e em algumas escolas de psicanálise circula a obrigatoriedade da supervisão, colocada como uma das ferramentas para habilitação ao exercício clínico. Esta, no entanto, deve tornar-se superfissão, com objetivo de transmissão de uma ética na escuta de mecanismos psíquicos, dinâmica do caso, manejo. Estimular habilidades, eventualmente até contribuir com teoria, remeter o superfissionante à sua análise pessoal para se haver com o que o inquieta em sua prática clínica. E deve, necessariamente, manejar idealizações dos supervisionantes em relação ao supervisor, ao paciente, a ele próprio, pois a ilusão de garantia ou a busca por um modelo de prática leva à alienação. Precisamos de implicação.

Lacan⁴⁵ brinca que é na cama mesmo que se resolve. No âmbito do falasser, sexuado, nós que nos havemos com o sexo, frente ao qual não há monólito que resista a descobrir-se furado. Somos furados, não adianta fingir que não. Do corpo à língua, lalíngua do “inconsciente estruturado como linguagem”⁴⁶. Lacan nos convida, *Encore*, a algo que pude elaborar anteriormente:

O inconsciente faz “perceber que o desejo do homem é o desejo do Outro, e que o amor é uma paixão que pode ser a ignorância desse desejo, mas não

⁴⁴ MORETTO, 2019.

⁴⁵ LACAN, 1972-73/2010, p. 12.

⁴⁶ LACAN, 1966/2003, p. 228.

lhe tira todo o seu alcance”⁴⁷. De modo que, se o gozo de alguém é justamente o gozo do grande Outro, esse alguém está submetido ao gozo do Outro, mas isso não é signo do amor, pois que para Lacan o amor é justamente quando se ignora esse desejo. Ao que parece, Lacan afirma que, ao mesmo tempo que seja inescapável estarmos submetidos ao desejo do Outro, temos o amor e a paixão para tentarmos nos esquecer, negar, reprimir ou ir para além disso. Pois “quando se olha mais de perto, veem-se as devastações que ele (esse desejo do Outro) causa”⁴⁸. Afinal, “o amor é fazer Um”⁴⁹, e quando um não se diferencia do outro, eis a alienação. É preciso que se transforme o amor de transferência derivado da suposição de saber no supervisor (que pode funcionar parecido com o amor de transferência no dispositivo analítico), em transferência de trabalho, espécie de afinidade para produzir saber em companhia. É por isso que a pergunta que deve estar no horizonte de um percurso analítico é *che vuoi* que, entre outras interpretações, pode ser entendida como “qual o desejo subjacente ao dito?”⁵⁰ (Barbosa, 2023).

Seria então a transferência de trabalho um certo amor compartilhado pela experiência com este trabalho, pela experiência psicanalítica em si? Esta pergunta valeria uma nova pesquisa. Moretto⁵¹ traz que o desejo de acertar configura transferência imaginária, enquanto o desejo de construir saber configura transferência de trabalho e saber. De modo que o superfissionante possa redimensionar ideais, tomando-os não mais como imperativos, mas frutos, construções a partir de encontros, de experiências singulares, florescedoras de saber. Um manejo da transferência que visa o desenvolvimento do superfissionante considera as condições ao saber, capacidades e dificuldades; a posição subjetiva do superfissionante na clínica. Planta o hábito de perguntar-se o que está fazendo e o que não sabe. De modo que, para trasladar de uma posição alienada e discipular

⁴⁷ LACAN, 1972-73/2010, p. 15.

⁴⁸ *Ibid.*

⁴⁹ *Ibid.*, p. 16.

⁵⁰ *Ibid.*

⁵¹ MORETTO, 2019.

à posição de superfissionante é necessário autorizar-se e, para tanto, separar-se. Um superfissor decidido sabe que não há saber a priori, e que o ato de falar constrói um saber que inclui a possibilidade da falta. É preciso falar da experiência clínica, suas questões, dificuldades, hipótese diagnóstica, funcionamento psíquico, estratégias de conduta, manejo.

Um supervisor desavisado acaba contribuindo para que o supervisionante desavisado acredite que há algo que o supervisor espera ouvir. Um superfissor advertido pergunta-se de onde seu superfissionante fala, o que demanda, para então tentar ampliar um eventual raio hiperfocal de demanda do supervisionante desavisado, e transformar acontecimentos clínicos em experiência clínica do superfissionante advertido. Por exemplo, em um esforço de escrita do caso, por parte do superfissionante em superfissão, desvela-se como se dá sua escuta clínica; sendo assim possível ajustá-la, refazê-la. Desse desvelamento se constrói saber clínico, e então, autorização por parte do superfissionante, na companhia de seu superfissor.

Deslizar do “supor” supervisão ao “**se pôr**” em superfissão tem seus riscos. De supor garantia no amor [no saber do amor] do outro a poder se implicar, manter-se advertido da própria finitude, topando também lembrar-se de que esse pequeno outro, diante do meu pequeno eu, em todo o seu amor ou saber, também é finito. Tudo tem fim? O que é tudo? Uma abstração, muita alucinação? De alguma forma, alucinamos [imaginamos] diante da imagem no espelho, tal como “Thomas o obscuro”, de Blanchot⁵², trabalhado por Lacan no Seminário 9⁵³, sobre o horror frente ao olho da palavra que vê seu olho olhando pra ela.

⁵² BLANCHOT, 1941/2021.

⁵³ LACAN, 1961-62/2003, p. 431-434.

Estar advertido de se pôr em superfissão tem, portanto, seu valor de cuidado. Lacan⁵⁴ vai articulando no Seminário 20 as noções de saber, inconsciente, desejo, amor e gozo, e aponta uma reserva em relação ao campo do direito ao gozo. Afinal, “o direito não é o dever. Nada força ninguém a gozar, exceto o supereu. O supereu é o imperativo de gozo: Goze!”. Ora, mas o gozo “não serve para nada”. Eis um ponto que Lacan considera como axial, e que interroga via discurso analítico, afirmando que “não podemos nos limitar àquilo de onde parti, certamente, com todo o respeito, ou seja, da *Ética de Aristóteles*”. Mesmo que tenha havido deslizamentos dali para o utilitarismo de Bentham⁵⁵, que Lacan não considera progresso, afinal, essa mesma ética utilitarista teria levado o capitalismo a suas consequências nefastas. E depois ao neoliberalismo, que Lacan não chegou a conhecer, mas que tem suas sementes sob sua crítica, com as articulações em torno do “mais-de-gozar”, por sua vez articulado à crítica marxista da “mais-valia”. Tergiversar a isso é se esquivar do ideal produtivista de sempre ter de acertar. O que é bastante diferente de sustentar um cuidado, a ponto de não incorrer em iatrogenia.

Saberes

Com Lacan, a lógica da criação e construção de saber inclui a noção de *Unbewusst*, traduzida do alemão no Seminário 24 como “o não-sabido-que-sabe do um-equívoco”⁵⁶. Um saber inconsciente. Um conhecer que não é o do cogito⁵⁷, mas do saber fazer com. Saber

⁵⁴ *Id.*, 1972-73/2010, p. 14.

⁵⁵ BENTHAM, 1984, 2008.

⁵⁶ LACAN, 1976-77/1999.

⁵⁷ Lacan também trabalhou a noção de cogito cartesiano relativizando-o frente ao saber inconsciente em “A instância da letra no inconsciente”, *In: Escritos*, p. 496-497.

“manipulá-lo”, “saber fazer com sua imagem” [o semblante] para “desvencilhar-se dele”⁵⁸. Fazer semblante é saber fazer com o sintoma? Bem, “saber lidar com seu sintoma, é isso o fim de análise”, diz Lacan⁵⁹. E como se pratica? Trata-se da construção de uma ponte furada, pois advertida de ser imaginária. Assim ela pode ser uma ponte *nãotoda* consistente. Gosto da palavra evocação: se trataria então apenas de evocar o real, conforme Lacan o concebe. Referimo-nos a ele. Millot, em diálogo estreito com Lacan, afirma:

O real é aquilo contra o qual nada podemos, com que nos chocamos, é o intransponível, o impossível de contornar, de negociar. Para ele (Lacan), tanto na vida como numa análise, tratava-se de alcança-lo, esse indestrutível núcleo da realidade, e tudo o que o isola, o mantém à distância ou mascara pertence à esfera da frivolidade (2017, p. 12).

Esse real tem estrutura de vazio apesar de núcleo duro, é associado à Coisa, e central para o sujeito falante. O final da experiência de um tratamento analítico aponta para uma reinvenção da vida pós-efeitos do encontro com esse real. Em *Nota italiana*⁶⁰, Lacan se dirige a um grupo de analistas italianos que julga à época estarem a cometer equívocos importantes, neste caso, não tão frutíferos. Essa resposta de Lacan ao campo aqui muito nos interessa, uma vez que é justamente ali que Lacan recorre à *nãotoda*, associando-a ao real e a algo de que dependemos enquanto analistas. Acrescento que, a meu ver, dependemos do real também enquanto analisantes, superfissionantes, superfissores, cientistas, escritores, transmissores da psicanálise, enfim, viventes. Lacan orienta: “que ele pense ‘com os pés’, eis o que está ao alcance do ser falante”. Escutar o que pensam os pés, o que dizem os pés pensantes. Isso

⁵⁸ LACAN, 1976-77/1999, p. 1

⁵⁹ *Ibid.*

⁶⁰ LACAN, 1973/2003, p. 311.

se sustenta por outra série de afirmações desse mesmo texto. A de que “o analista só se autoriza de si mesmo”⁶¹ remete a uma necessária e primeira autorização de si mesmo a desejar, a querer estar com outros saberes, pessoas, conhecimentos, questões. Afinal, “autorizar-se não é auto-(tuali)zar-se”, já que “é do não-todo que depende o analista. Não-todo ser falante pode autorizar-se a produzir um analista. Prova disso é que a análise é necessária para tanto, mas não é suficiente”⁶². Então, se é necessária uma análise, já não é sozinho que se autoriza de si mesmo. Ainda assim, uma análise não é suficiente, não garante nada. Já que “somente o analista, ou seja, não qualquer um, autoriza-se de si mesmo”⁶³. Somente o analista, pois que este sabe que não basta o outro, justamente por situar-se nessa posição e nesse discurso: sem o autorizar-se de cada um a coisa não vai. Não sem o outro. Não sem vários outros. Fica claro que essa leitura do aforismo “o analista só se autoriza de si mesmo” precisa da noção de *nãotodo* para se realizar. E podemos aqui notar a íntima conexão entre *nãotodo* e real, ao encontrar, nas linhas seguintes da mesma página, Lacan complementando que “para tanto é preciso levar em conta o real. Ou seja, aquilo que se destaca de nossa experiência com o saber: existe saber no real”⁶⁴.

A relação entre saber e verdade é complexa para Lacan. A verdade⁶⁵ tem estrutura de ficção⁶⁶, e a erigimos para nos proteger do “nada-de-saber”⁶⁷. Diz Lacan (1958/1998, p. 752): “só importa, com efeito, uma verdade que provenha daquilo que, em seu desvelamento, a mensagem

⁶¹ *Ibid.*

⁶² *Ibid.* p. 312.

⁶³ LACAN, 1973/2003, p. 312.

⁶⁴ *Ibid.*

⁶⁵ Há mais sobre esse tema em Zafiroopoulos (2002).

⁶⁶ LACAN, 1965-66/1998, 1956-57/1995.

⁶⁷ Há mais sobre modos de gozo em Barbosa (2023, p. 88-91).

condense. (...) o próprio fato da operação poética deve deter-nos [...] neste traço que se esquece em toda verdade: que ela se revela numa estrutura de ficção”. Uma verdade com estrutura de ficção se produz a partir de um saber furado. Isso está implícito numa relação de superfissão, sem fixão ou superficção, incluindo o superficial da pele dos ditos.

Sabores

Do equívoco, da dúvida, da hesitação e do desejo decidido, do contorno, fronteiras, finitude, limite, borda, se pôr em pés pensantes, deitar no divã. Ao sabor da lógica do amor⁶⁸. Há função na miragem. Lacan retoma a não existência da relação sexual no final do *Seminário 20*⁶⁹, referindo-se a um certo momento de suspensão, em que se daria uma “miragem” de existência da relação sexual. Diz também que haveria um “afeto que se produz da hiância” resultante da não relação, que pode fazer variar algo no nível do saber, que pode levar a se produzir o amor como suplência de algo que nunca existirá, permanecendo sempre a incompletude.

A superfissão também tem a ver com o amor de transferência. Mas primeiramente uma transferência com a Psicanálise, neste caso, figurando o superfissor como portador deste discurso e de sua ética, cujo estilo de transmissão interessou ao superfissionante por razões nem sempre tão razoáveis. Lacan⁷⁰ dizia que o amor se dá em suplência à relação sexual que não se inscreve. Mas o instante de miragem da relação é o momento do ato de amor, captação de incógnita miragem. Há um processo criativo a ser empreendido consigo e no laço,

⁶⁸ KRISTEVA, 1983; MILLOT, 2021.

⁶⁹LACAN, 1972-73/2010, p. 275-277.

⁷⁰ *Ibid.*

aparentemente entrelaçado a um também constante luto da “miragem de relação”⁷¹.

Se neurotizar é hesitar, se é estruturalmente estarmos divididos enquanto sujeitos, talvez seja também no momento da não hesitação, da tomada de ação, de poder fálico pelo desejo decidido, ainda que no momento da miragem da relação que não há, que avançamos um tanto na possibilidade de não cedermos na via de nosso desejo (de analistas), de modo nãotodo fálico (Barbosa, 2023, p. 102).

Solidão acompanhada

Se “não há relação sexual”⁷², seria apenas de uma “apreensão de miragem” ou satisfação narcísica⁷³ que se trata quando se põe no encontro? Não apenas. Pratiquemos a lógica da diferença, a *nãotoda*. Se não faremos Um com nossos supostos pares, há os ímpares, alguns pequenos outros que chamaremos de companheiros de jornada.

Há quem diga que a radicalidade de uma análise individual está aí para apontar para isso: cada um terá de inventar como se haver com o seu “eu não quero saber nada disso”⁷⁴, com o que permanece recalçado, com aquilo que não se poderá dizer, que falta, não se completa, que caduca na identificação. Se haver com a dúvida, poder fazer algo em torno do furo no sentido. Ao invés de ficar colado num sentido unívoco, abrir as portas, deixar que a labuta possa dar cria, partejar “um significante novo, que não tivesse nenhuma espécie de sentido, seria talvez o que nos levaria àquilo que, com meus passos trôpegos, chamo o real”⁷⁵, isso teria um efeito.

⁷¹ LACAN, 1972-73/2010, p. 276.

⁷² *Ibid.*, p. 21.

⁷³ *Ibid.*, p. 276-277.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 12.

⁷⁵ LACAN, 1976-77/1999, p. 25.

Traquejo, rebolado, saber-fazer

Traquejo é rebolado, é levantar a cabeça com Barthes como quem desvia da arapuca aprisionante do monólito saber total imaginado, do empuxo a fazer Um, pra dançar melhor entre a força enérgica das ondas produzida pelos ditos, na escuta da leve espuma evasiva que transita entre uma onda e outra. Concluo como iniciei, como geralmente ocorre em uma análise pessoal, em que a marca da questão insiste do início ao fim. Para sustentar a abertura desejada à nossa feitura de pontes, travessia de muros, retomo o gesto-convite de Barthes⁷⁶, “ler levantando a cabeça”, que nos serve como psicanalistas, analogamente à escuta flutuante⁷⁷. Um gesto que faz corte na suposição de saber total, e abre caminho ao desejo do analista, ao desejo de sustentar uma análise. O desejo do superfissor é o de acompanhar o desejo e a construção do saber do analista superfissionante de poder suportar a inquietação disparada pelo estranho infamiliar que vem, tantas vezes com familiaridade, na escuta clínica e na abertura lacunar apontada pela superfissão. Levantar a cabeça, “não por desinteresse, mas, ao contrário”, por “afluxo” desejante de que uma análise aconteça, e esta nada tem que ver com orientação à pessoa que fala, mas com orientação da direção do tratamento. Este, movido por “excitações, associações”⁷⁸. Desejo de se deixar tocar pelo texto falado antes de se pôr a pensar nele, a escuta flutuante é como a leitura flutuante de Barthes, que abriu nossa travessia ao início deste ensaio, e a sustenta aberta. O caso, em “A morte do autor”, é implicar-se como leitor, criando junto com o texto lido. No contexto da superfissão, levantar a cabeça é implicar-se como escutador

⁷⁶ BARTHES, 1968/2004.

⁷⁷ FREUD, 1912/2010.

⁷⁸ BARTHES, 1968/2004, p. 26.

da fissão-ficção: do corte que revela hiância e faz parir criação, construção que estrutura uma verdade, que da escuta hiante decorre, vento que sopra entre os textos falados, para que algo se desloque entre o nada de saber e o suposto saber total, em direção a algum saber, que se sabe só depois.

Uma conclusão que manca

Apontando para uma provisória conclusão deste momento de pensamento que esta hipótese testa, para a qual o presente escrito é um disparador, resalto aqui meu grande interesse em seus desenvolvimentos e desdobramentos. Que fique então mais explícita uma síntese do que a articulação dessa hipótese enuncia, para nutrir as boas conversas que espero como subseqüentes à publicação de nosso compêndio. Uma superfissão assim, nos termos que aqui nomeei, ao convidar a implicação do desejo do analista, endereça algo à análise pessoal do superfissionante, e assim, a um fim de análise enquanto aquele ponto de virada do desejo do analista. Esse me parece ser um ponto de detalhamento interessante da articulação entre análise e superfissão. Refiro-me, a princípio, ao corte como operação na superfissão, tendo como horizonte um debate com colegas do campo psicanalítico em torno de seus desdobramentos, que envolvem articulações referentes à análise e seu fim. Se, no campo laciano, nomeamos fim de análise como passe (podendo este ser objeto de um relato à comunidade ou não, de um dispositivo institucional ou não), meu ponto aqui se localiza num tempo anterior ao acontecimento de um passe. Talvez antes mesmo de o vislumbrarmos. Talvez sim das imediações do fim da análise, dos primórdios de sua enunciação. Mas, me parece também que a superfissão, enquanto aquela que tem o corte,

do modo como explicitarei nesse escrito, como uma operação relevante, possa se dar mesmo desde o início da formação de um analista. Não só se referindo a algo próprio de um fim de análise/passe, mas carregando logicamente aquilo que também acontece no fim, desde o começo. E se assim for, estamos falando de algo que distingue uma superfissão de orientação lacaniana de supervisões de outra orientação. Tudo isso a título de hipótese em teste ainda.

Referências

- BADIOU, A.; CASSIN, B. **Não há relação sexual**: duas lições sobre “O aturdito” de Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- BARBOSA, F. R. **Há mulher, não hesite**: o impossível escorre em *Água viva – nãotoda* clínica, teoria e transmissão da psicanálise lacaniana. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.
- BARTHES, R. A morte do autor. In: **O Rumor da Língua**. São Paulo: Martins Fontes, 1968/2004.
- BENTHAM, J. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. São Paulo: Abril Cultural, 1780/1984.
- BENTHAM, J. **O panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- BLANCHOT, M. **Thomas o obscuro**. Lisboa: E-Primatur, 1941/2021.
- FREUD, S. Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In: **Obras completas**. v. 10. São Paulo: Companhia das Letras, 1912/2010.
- FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu. In: **Obras completas**. v. 15. São Paulo: Companhia das Letras, 1921.
- GUIDO, R. H. Jacques Lacan, filosofia, psicanálise e ciência. In: **Saberes**, Natal, RN, v. 1, n. 2, maio 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/773>. Acesso em: 14 out. 2024.

LACAN, J. Juventude de Gide ou a letra e o desejo. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1958/1998.

LACAN, J. **O Seminário, livro 6**: o desejo e sua interpretação. Porto Alegre: Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 1958-59/2002.

LACAN, J. **O Seminário, livro 9**: a identificação. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 1961-62/2003.

LACAN, J. **O Seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1964/1988.

LACAN, J. A ciência e a verdade. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965-66/1998.

LACAN, J. Pequeno discurso no ORTF. In: **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966/2003.

LACAN, J. O ato psicanalítico. In: **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969/2003.

LACAN, J. **O Seminário, livro 18**: de um discurso que não fosse semblante. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1971/2009.

LACAN, J. **Seminário o saber do psicanalista**. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 1971-72/1997.

LACAN, J. **O seminário, livro 19**: . . . ou pior. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1971-72/2012.

LACAN, J. **O seminário, livro 20**: encore. Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana, 1972-73/2010.

LACAN, J. **O seminário, livro 22**: RSI. 1974-75. Disponível em: <http://staferla.free.fr/S22/S22.htm>. Acesso em: 21/10/2024.

LACAN, J. **O Seminário, livro 23**: O sinthoma. Rio de Janeiro: Zahar, 1975-76/2007.

LACAN, J. **O seminário, livro 24**: l'insu que sait de l'une bévue s'aile à mourre, 1976-77/1999. Disponível em: <http://lacan.orgfree.com/lacan/livros.htm>. Acesso em: 14 out. 2024.

KRISTEVA, J. **Histórias de amor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MILLOT, C. **A vida com Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

MILLOT, C. **La lógica y el amor**. Buenos Aires: Universidad de San Martín - UNSAM, 2021.

MORETTO, M. L. T. O que pode um analista na Universidade? In: **Abordagem psicanalítica do sofrimento nas instituições de saúde**. São Paulo: Zagodoni, 2019.

PRATES, A. L. **Feminilidade e experiência psicanalítica**. São Paulo: Larvatus Prodeo, 2019.

RABINOVICH, D. **A significação do falo**: uma leitura. Belo Horizonte: Artesã Editora, 2005.

ZAFIROPOULOS, M. **Lacan y las Ciencias Sociales**: la declinación del padre. Buenos Aires, Argentina: Nueva Visión, 2002.

VER – DESVER – TRANSVER

9

KONTROLLANALYSE, SUPERVISÃO E ANÁLISE DE CONTROLE: POLÍTICA E PO-ÉTICA

*Emir Tomazelli*¹

1 – *Kontrollanalyse* foi o primeiro nome que a prática da supervisão recebeu. Isto é: “análise de controle”.

Nos idos de 1915 a 1920, a psicanálise havia se tornado um “Movimento” e começava a fazer exigências para aqueles que a ela pediam ingresso. Entrevistas de avaliação, seleção de candidatos, escolhas feitas por colegas já pertencentes ao clube, baseadas em... Bem, aí temos um começo de problemáticas bastante complexas, geradas pela organização dos coletivos a partir da criação de um “estatuto”.

Aquilo que era espontâneo foi sendo formalizado com a institucionalização crescente, que, inevitavelmente, dava forma ao “Movimento”, a partir da construção de regras que, à primeira vista fortaleciam a higidez do processo, e buscavam demonstrar a seriedade do grupo que se formava, e se destacava intensamente tanto no mundo da *intelligenzia* quanto no da ciência contemporânea.

No entanto, passado algum tempo, estas mesmas regras iriam, paulatinamente, dificultar em muito o estado emocional de todos os participantes da “Instituição” em seu convívio, deixando na mão dos instituídos, critérios de escolha, mas também, e principalmente, de expulsão dos membros que não estivessem “dentro” dessas regras. Mistura complexa: julgamento e psicanálise.

¹ Psicanalista, Mestre e Doutor pela USP. Escritor: livros - *Corpo e Conhecimento*, uma visão psicanalítica (Editora Casa do Psicólogo); *Psicanálise: uma leitura trágica do conhecimento* (Editora Rosari); *Idealcoolismo - uma leitura psicanalítica do alcoolismo* [co-autoria], (Editora Casa do Psicólogo).

Essa atividade – análise de controle – foi introduzida na mesma época em que as Sociedades Psicanalíticas se tornaram centros de formação e se estruturaram, exigindo de alguma maneira que se cuidasse dos principiantes e de suas angústias na prática clínica, e se pudesse transmitir o conhecimento produzido por Freud e pelos fundadores da psicanálise, de modo zeloso.

Estava claro que, entre outras coisas, se queria vigiar a qualidade dos candidatos e garantir o aprendizado correto do que estava sendo transmitido no que tange a ética e a prática da psicanálise. A ideia era formalizar o ensino da psicanálise, porém, o passo para que a “análise de controle” se tornasse abuso de poder, foi inevitável.

O que se nota, ainda hoje, é que ao institucionalizarmos uma disciplina, criamos um campo emocional, derivado do próprio agrupamento de pessoas que não só compartilha seu pensamento e criatividade, mas que, infelizmente, compartilha violência e nadificação a um grau tão absurdo, que o agrupamento instituído se torna ávido, e se vê autorizado a ser cruel em nome da ciência, e o pensamento higiênico se transforma em ritual obsessivo, e em uma revivescência do parricídio, agora invertido em filicídio.

Não se poderia ter outro resultado: luta por poder e preservação de território, luta de grupos hierarquicamente rivais, o institucional ganhou seu corpo e exige seu lugar à mesa. Isto acabou por criar uma contradição no coração da transmissão: aquilo que deveria ser a criação civilizada de um campo próprio para o debate que visava entender a mente humana, acabou por abrir a oportunidade de transformar o pensamento em arma branca e os grupos em gangues. O que emergiu, mais que tudo, foi o convite ao confronto, e a um tipo de exercício violento da inteligência, principalmente no que tangem a astúcia, e não à verdade. Algo que me parece ser uma consequência desastrosa,

crônica e não digerida, do próprio pensamento democrático aplicado em uma escala menor nos “Institutos de Psicanálise”. Do “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” não sobrou nem fragmentos dessas letras, e os conceitos, bem... os conceitos foram...

Creio que o que não se entende na ideia de democracia é que um homem – ou melhor todo agrupamento humano – perde a capacidade de pensar quando está diante do juízo moral do grupo a que ‘pertence’, mesmo porque, o ‘indivíduo e sua opinião’ só importa para o grupo quando ele for a favor do grupo e não do pensamento próprio.

Ou seja, aquilo que nasceu na mesa da sala de jantar de Freud ... um grupo reunido, não hierárquico, que discutia a mente humana, apoiado nos estudos primeiros que Freud se dispôs a compartilhar com amigos acadêmicos, curiosos e ansiosos por um novo tipo de pensamento que se desenhava quando se aproximavam da ideia da psicanálise... acabou por se transformar em um grupo imaturo, cheio de regras (desrespeitadas), hostil entre si, em constante estado bélico, competitivo, destrutivo e dominado pelo julgamento e não pela relação com a verdade e o conhecimento.

Isto, obviamente, introduziu a distinção de castas como hierarquia de ensino, e delimitava um campo moral de “certos e errados”, ou daqueles que estariam dentro da bitola exigida, ou fora dela! Ou seja, criamos categorias e as usamos como etiquetas de aprovação ou de punição, constituindo aqueles que são aptos a ser psicanalistas e aqueles que não. E esta distinção se desdobrou em exercício de poder e violência, e também de pressão política, com a concomitante constituição de um campo de batalha e juízo moral: os analistas didatas e os candidatos. Ou levou a FORMAÇÃO de analistas a uma formação de um universo de submissos e dominadores. Dos espetaculares e dos espectadores!

De qualquer forma, fica evidente que a institucionalização do “Movimento” levou a definição e a declaração pública de um caminho moral para que houvesse o aprendizado da psicanálise. Moral que poderíamos chamar de “freudiana”, ou discriminá-la como “o legado moral de Freud”.

No que isto implica?

Bem... Esta declaração constitui a fixação do campo da avaliação e do julgamento no centro da ideia de transmissão da psicanálise.

Em fim!

O inevitável viria à tona: inclusão e exclusão, promovidas pela via da avaliação que um grupo podia fazer da personalidade de um sujeito, não só os selecionando, mas sim os ‘escolhendo’! Ou seja, a escolha os retirava do campo dos selecionados e os remetia ao mundo dos aceitos pelos “eleitos”, transformando esses “aceitos” naqueles que, agora, foram “escolhidos”.

Com isto que acabo de apontar, indico que ‘O’ narcisismo, desde lá, mas ainda hoje, circunda e encerra muito a formação do psicanalista, e isto dá a ele uma ideia equivocada de poder, e, pior ainda, uma ideia errônea de que julgamento – usando a psicanálise como crivo – é escolha.

E é nesse terreno inseguro, e evidentemente perigoso, do julgamento moral, que a psicanálise segue sendo transmitida. É assim, nesse território, que todas as instituições de psicanálise espalhadas pelo mundo, seguem sendo um campo onde o juízo moral se tornou uma forma de abuso de poder autorizado pela instituição contra seus próprios membros.

Enfim, vigiar e punir! Ou “notas sobre a face moral da psicanálise”.

2 – O problema –

Porém, o meu modo de ver – e aqui não vai mérito nenhum além da crítica acerba – a psicanálise e o aprendizado da mesma, demanda compreendê-los como um modo particular de articular formas, de transitar por áreas outras que não só as que o caminho formal oferece. Psicanálise é, antes de qualquer coisa, uma ‘educação dos sentidos’.

E, claro, para que os sentidos se eduquem há formas, que eu até as denominaria de benjaminianas, e as conectaria com a ideia do flâneur de Baudelaire, em seu livro “Flores do Mal”. Ou poderia ligá-las ao pensamento de Nietzsche – principalmente às ideias que ele desenvolve sobre o “perspectivismo”. Este é o caminho dos que são mestres de si mesmos.

Sendo ela, a psicanálise, uma fonte de formas de olhar a vida, que são de outro teor de entendimento, que não o juízo moral cotidiano, formas que são de outro teor de aprendizado, de outra qualidade de aproximação de um fato. Uma espécie de desenvolvimento na sofisticação da observação, um entrelaçamento entre olhos, ouvidos, emoções, tato (contato), é o mínimo que se espera do preparo de um psicanalista em formação.

Vamos usar uma imagem:

O que se espera de um Samurai? O que se espera de um espadachim de elite, de posse de sua Katana? Se espera que ele desenvolva formas cada vez mais complexas de observar um fenômeno e de executar uma ação precisa, livre da decisão vinda de um eu e concentrado na execução precisa do movimento. Bion adverte: temos que desenvolver habilidades para podermos entrar no estado de “atenção flutuante”. Ele indica que o caminho para alcançar “atenção flutuante” implica em privar-se de memória, desejo e necessidade de compreensão usando fatos da realidade.

Sem memória, sem desejo e sem necessidade de compreensão: é assim que se empunha a espada.

Ou seja, psicanálise pode ser uma luta, uma batalha, e um treinamento para essa batalha. Nela há instrumentos que devem ser usados, de tal forma, que cada psicanalista saiba manejar com destreza e de olhos fechados sua espada, que é a interpretação bem-feita e limpa, pelo corte preciso.

Posso usar outra imagem:

Psicanálise é andar a esmo, é perder-se... E... é observar essa errância. É isto que torna urgente que possamos desenvolver nossa relação com o inesperado, com a descoberta surpreendente. Porém, é preciso que façamos coisas distintas que ao final irão fazer uma composição. Isto é, ao mesmo tempo em que vamos encontrando diversas coisas caminhando com nossos pés, devemos ir fazendo a via-crúcis, isto é, o caminho institucional. É no meandro desses dois fluxos que o aprender ocorre, e o sujeito torna-se um psicanalista. Um caminho é feito no campo em que os dominadores oferecem saberes aos dominados – o que não é de todo ruim. O desconforto vem do cativo e do peso moral nas costas... Mas se aprende. O outro é na lida do dia a dia, na rua, na sola do pé.

Como eu dizia, sem a construção cuidadosa dos sentidos, sem uma construção rigorosa, um exercício contínuo de aprender a perceber, aprender a olhar, aprender a ver, aprender a escutar não haverá isso que se denomina psicanalista, e, menos ainda, o que se denomina psicanálise.

Ouçamos Byung-Chul Han, em seu texto “A Sociedade do Cansaço”, onde comenta e cita Nietzsche:

No Crepúsculo dos Ídolos, Nietzsche formula três tarefas, em vista das quais a gente precisa de educadores. Devemos aprender a ler, devemos aprender a pensar, devemos aprender a falar e a escrever. A meta desse aprendizado seria, segundo Nietzsche, a ‘cultura distinta’. Aprender a ver significa ‘habituar o olho ao descanso, à paciência, ao deixar-aproximar-se-de-si’, isto é, capacitar o olho a uma atenção profunda e contemplativa, a um olhar demorado e lento. Esse aprender-a-ver seria ‘a primeira pré-escolarização para o caráter do espírito’ (*Geistigkeit*). Temos de aprender a ‘não reagir imediatamente a um estímulo, mas tomar o controle dos instintos inibitórios, limitativos’. A falta de espírito, falta de cultura repousaria na ‘incapacidade de oferecer resistência a um estímulo’. Reagir de imediato e seguir a todo e qualquer impulso já seria uma doença, uma decadência, um sintoma de esgotamento. Aqui, Nietzsche nada mais propõe que a revitalização da *vita contemplativa*. Essa vida não é um abrir-se passivo que diz sim a tudo que advém e acontece. Ao contrário, ela oferece resistência aos estímulos opressivos, intrusivos. Em vez de expor o olhar aos impulsos exteriores, ela os dirige soberanamente. Enquanto um fazer soberano que sabe dizer não, é mais ativa que qualquer hiperatividade, que é precisamente um sintoma do esgotamento espiritual. (HAN, 2017, p. 51-52)²

Educar os sentidos, aprimorar-se em todos os campos: artísticos, científicos, filosóficos e místicos (místico, talvez, não seja uma palavra boa para nos referirmos a um campo espiritual, religioso e ligado ao mistério. Aqui quero apenas frisar o que está possivelmente conectado a uma respiração, a um sopro, a algo que poderia estar ligado a uma intuição da verdade, do futuro e do infinito).

A meu ver, psicanálise é como artesanato, cuja matéria é a verdade, o mistério e sua interpretação, e não o julgamento, a avaliação, a comparação e a hierarquia. Estamos trabalhando com uma contradição: o premeditado/imprevisível. Isto exige um complexo equilíbrio entre intenção e abandono de si – abandono técnico que busca na ausência borrar as fronteiras do eu, para, justamente encontrar a nudez dos eus em sua simplicidade e originalidade.

² HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

Enfim... Psicanálise é, ou deveria ser, uma prática que se tem que aprender olhando, mexendo, tentando, fuçando, experimentando... e... e... fazendo supervisão. Isto é: tendo um interlocutor que pretende apenas pensar junto com você, sem te impor modo, método, regra e como fazer. Um companheiro para um encontro curto em que se busca iluminar algo com um “facho de escuridão”.

Psicanálise é como aprender a pintar porcelana; a tecer uma rédea e uma sela para cavalgar; é como fazer instrumentos musicais; como construir, com maestria, um arco para lançar flechas; como jogar um futebol de craque; como esculpir estátuas; como pintar quadros... enfim, psicanálise se trata de treino e trabalho contínuo. Dedicção e perseverança, em direção ao futuro desconhecido – desejado e temido – em direção ao horror e ao êxtase da descoberta inesperada, inevitavelmente contido pela aproximação triste e dura da realidade.

Psicanálise precisa de jornada, de chão percorrido, de errância, de paciência e de extrema dedicação. Merece também que seja praticada com elegância, com cuidado, com gratidão.

Para realizar esse aprendizado, é hábito que se busque mestres. É só disto que estou falando. Quando há um desejo de saber, é comum que se busque alguém que sabemos que sabe, e que ainda tenha vontade de transmitir a arte de sua prática, e a paciência necessária para fazê-lo. E, é necessário também, um outro alguém que, ainda jovem, se interesse em aprender, e esteja nessa busca.

Mas esta não é a ideia ensinada e cultivada pelas associações de ensino da psicanálise. A transmissão da psicanálise foi substituída pelo “ensino” da psicanálise, e o famoso tripé da formação analítica se tornou um jargão que apenas indica que a burocracia venceu o gesto espontâneo, uma vez que foi a burocracia o que deu contorno à

instituição, não foi a beleza da psicanálise que se usou para fazê-la ensinar-se de sua própria forma.

É urgente que se deva proceder a uma reavaliação e uma mudança de rumo que pudesse esclarecer melhor o que ensinar é na psicanálise. Pois é de ensinar sem ter nenhuma intenção de fazê-lo que se trata de uma transmissão da e na psicanálise.

E se a burocracia pudesse ceder lugar ao aprender sem “professores”, nós poderíamos aprender junto de nossos mestres, nosso ofício que não se ensina. Um mestre é aquele que pode nos facilitar ver que o ofício está sob um manto teórico que revela pouco a complexidade da prática, pois é ela, a própria prática o que nos desafia e faz buscar algo que se convencionou chamar psicanálise, mas ainda não se sabe bem do que se trata.

É disto que se trata a prática denominada “supervisão”. E, supervisionar, se trata de buscar mestres que possam acolher o início do exercício da prática de alguém que postula se tornar um psicanalista.

Entendam, para que este fenômeno possa chegar a suceder é preciso que alguém nos acolha, e não pretenda nos educar como se fôssemos animais adestráveis, ansiosos pela chibata (apesar de sermos isso também).

Para qualquer um que está começando a caminhar pelo chão da psicanálise, fazer supervisão é uma busca ativa por alguém de quem se deseja estar diante de.

Alguém que inspira, cuida, incentiva e demonstra sua própria arte, quando você, que o procura, sente falhar a tua capacidade de achar o gesto espontâneo que deveria vir, enquanto você pratica.

Nunca troque supervisão por indicação de paciente. Nunca faça supervisão como astúcia política. Apesar da Instituição ser a parte política da psicanálise, não é na Instituição que se aprende a clínica. A

clínica é domínio da transmissão de uma arte, da transmissão de um saber pensar, e de um saber fazer. E o único fazer em Psicanálise é ético e não político.

Há algo de ingênuo no pensamento que deseja cooperar; e há algo frágil em termos que desenvolver – além da esperança e da hospitalidade – o trabalho de alcançar a fé na capacidade de pensar a observação a partir da perspectiva da psicanálise. Por isto digo que há algo de puro em se pensar que podemos ser colaboradores. *É belo pensar nas ideias de companheirismo, de hospitalidade e de elegância no gesto de fazermos pão juntos.* Não há necessidade de falar, há só importância pura da presença pura e da pura presença.

‘Estarmos com’ não costuma ser algo que seja incentivado na prática da transmissão da psicanálise nas instituições internacionais, tampouco naquelas instituições autofundadas e autodenominadas psicanalíticas.

Há, na transmissão da psicanálise, a necessidade de se compreender que ela, a psicanálise, é um tipo de ensino que exige do aprendiz escolher, se dirigir e passar por um mestre.

Porém a ideia de supervisão borra essa questão porque esbarra na ideia de controle, e deforma a essência psicanalítica da transmissão psicanalítica.

O âmbito antipático, arrogante e pretencioso que impera nos espaços institucionais de transmissão e veiculação do saber analítico, beira à estupidez que é mesmo própria aos agrupamentos humanos. A Igreja, o Exército e a Aristocracia continuam sendo os padrões arraigados capazes de nos tornar eichmanianamente burocráticos, extremamente dóceis, extremamente obedientes, extremamente cruéis, perfeitamente cruéis, polidamente cruéis. Isto é, fantasiados de adultos, crianças violentas assumem o poder e constituem um ambiente regredido, que usa

uma ética precária, digamos uma ética pulsional, primitiva, ligada aos gozares dos deuses punitivos, que sempre temos próximos de nós e os evocamos como recordação compulsiva que transforma privação fortuita, aleatória, em intencionalidade, frustração causada propositalmente para satisfazer o gozo de um mestre mal.

Analista didata, candidato, supervisor, supervisionado. Escalonagens, regras, postos, hierarquias, castas, subdivisões, obediências... tudo isto deveria ser substituído por conexão, atenção flutuante e livre associação, e, no aprendizado da clínica, amizade, tato e empatia. E ponto. Chega dessa burrice de “manda quem pode, obedece quem tem juízo!”

Psicanálise é não hierárquica, não pedagógica, não didática... no entanto é necessário que possamos reconhecer suas características de ofício que exige transmissão, e esta “transmissão” exige a presença essencial do mestre, daquele que entende da forja, do fogo, dos metais, das misturas e das composições possíveis entre dureza e flexibilidade, para que haja em nossas lâminas a precisão do corte.

Seja como for, se uma formação institucional reduz os psicanalistas a palhacinhos adestráveis, seria melhor que a Instituição saísse de cena e deixasse que o movimento psicanalítico retome seu estado original de um grupo errante, à mercê do encontro entre os pares apenas para pensar, não para exhibir as penas.

3- *Um souvenir:*

Bion resume uma relação de anos com um esquizofrênico, paciente seu:

“Não posso dedicar-me a uma descrição detalhada de como ou por que cheguei às qualidades que estou prestes a atribuir ao objeto evacuado. Os significados da categoria F podem ser expressos aproximadamente como se

segue: ‘a chave, aquilo que dá potência e é ela mesma capacidade ou potência, foi embora. A vida (*coming-ejaculação*) do leiteiro poderia me dizer as horas – seis horas. A hora, seis horas, poderia me dizer que o leiteiro estava vindo. A ejaculação do leiteiro (a vinda) poderia me dizer as horas e me alimentar. Mas nenhuma dessas coisas acontece. A chave foi perdida; elas foram despojadas de seu significado. Sei que é porque sou autossuficiente, porque posso alucinar uma refeição, um tempo, uma ejaculação e tudo mais que preciso. Então, a partir dos objetos evacuados (alucinações na opinião do analista) posso conseguir todo o sustento mental e física que necessito. Mas sou incapaz de conseguir tal sustento. Obviamente, portanto, o que você, analista, chama de psicanálise é simplesmente seu método de roubar o sustento de minhas alucinações, deixando-me sem uma chave, enquanto você é capaz de sentir quão superior é sua psicanálise e como você é perspicaz. Você só faz que ela pareça assim por roubar o bom das alucinações de maneira que elas pareçam ser fezes mentais e a psicanálise se torne algo bom.’ Bion, W. R. *Transformações: mudança do aprendizado ao crescimento*; tradução de Carlos Heleodoro Pinto Affonso, et alli. Rio de Janeiro, Imago, 1983)³

Isto “... corresponde às características de avidez que é também capaz de crescer e florescer extraordinariamente por se suprir a ela própria com irrestritos suprimentos de nada.” (Idem, *ibidem*, p 148 [p. 159 na edição de 1983])

O que é isso aí?

Então...

Uma interpretação, um ensaio rabiscado de um tipo de escuta, uma revisitação de um encontro com um paciente psicótico, que não distinguia o mundo de fora e o mundo de dentro da sessão, sessão esta que estava tendo com Bion, seu analista à época, que podia ser também o leiteiro que estava deixando o leite na casa onde Bion tinha seu consultório.

É ainda possível observar que em uma psicose o entorno faz parte do inconsciente...

³ Cf: Bion (2004 p. 145-147) – BION, W. R. **Transformações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

Tenham bons sonhos, tenham bons surtos!

4- A poética:

“Cântico Negro

(de José Régio)

"Vem por aqui" - dizem-me alguns com os olhos doces

Estendendo-me os braços, e seguros

De que seria bom que eu os ouvisse

Quando me dizem: "vem por aqui!"

Eu olho-os com olhos lassos,

(Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)

E cruzo os braços,

E nunca vou por ali...

A minha glória é esta:

Criar desumanidade!

Não acompanhar ninguém.

- Que eu vivo com o mesmo sem-vontade

Com que rasguei o ventre a minha mãe

Não, não vou por aí! Só vou por onde

Me levam meus próprios passos...

Se ao que busco saber nenhum de vós responde

Por que me repetis: "vem por aqui!"?

Prefiro escorregar nos becos lamacentos,

Redemoinhar aos ventos,

Como farrapos, arrastar os pés sangrentos,
A ir por aí...

Se vim ao mundo, foi
Só para desflorar florestas virgens,
E desenhar meus próprios pés na areia inexplorada!
O mais que faço não vale nada.

Como, pois sereis vós
Que me dareis impulsos, ferramentas e coragem
Para eu derrubar os meus obstáculos?..
Corre, nas vossas veias, sangue velho dos avós,
E vós amais o que é fácil!
Eu amo o Longe e a Miragem,
Amo os abismos, as torrentes, os desertos...

Ide! Tendes estradas,
Tendes jardins, tendes canteiros,
Tendes pátria, tendes tectos,
E tendes regras, e tratados, e filósofos, e sábios...
Eu tenho a minha Loucura !
Levanto-a, como um facho, a arder na noite escura,
E sinto espuma, e sangue, e cânticos nos lábios...

Deus e o Diabo é que guiam, mais ninguém.
Todos tiveram pai, todos tiveram mãe;
Mas eu, que nunca principio nem acabo,
Nasci do amor que há entre Deus e o Diabo.

Ah, que ninguém me dê piedosas intenções!

Ninguém me peça definições!

Ninguém me diga: "vem por aqui"!

A minha vida é um vendaval que se soltou.

É uma onda que se levantou.

É um átomo a mais que se animou...

Não sei por onde vou,

Não sei para onde vou

- Sei que não vou por aí!"

José Régio (1926)

04 de novembro de 2024

10

SOBRE O MORRER EM SUPERVISÃO: O ESTILO CLÍNICO ENQUANTO ATO ANALÍTICO DE VIDA PARA ALÉM DA MORTE

*Gabriel Inticher Binkowski*¹

Para R.

Há uma íntima conexão entre a experiência psicanalítica e a morte. Não entendo aqui estar me referindo aos processos biológicos, sociais, culturais ou sociais que envolvem a morte e seus avatares e representações, e sim a contínua experiência de não saber quando aquilo vai acabar, de não ter como agarrar uma significação que feche um dizer ou um ato. Enquanto analisandos, como pacientes, esperamos ter alguma paciência para levar adiante um processo que não tem exatamente começo, meio ou fim. Isso parece ser algo coerente com o que se vive, de modo geral, nos relacionamentos. Ao vivermos um relacionamento amoroso com alguém que já conhecíamos anteriormente, como exatamente demarcar o momento em que o sentimento amoroso acontece? É algo bastante comum anteciparmos isso nas associações de nossos pacientes: um colega de trabalho cujo nome é esporadicamente citado, alguém do convívio do sujeito que insiste em ser personagem onírica, um conhecido qualquer que volta e meia parece implicar com algo. Escrevo isso para dizer que os processos de vida e morte, de investimento e desinvestimento, são objetos fundamentais e primordiais da psicanálise.

¹ Psicanalista e Professor no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Mestre em Clínica Transcultural e Doutor em Psicologia pela Université Sorbonne Paris Nord. Membro do Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política (PSOPOL). Editor associado da Revista Psicologia USP. Coordena o eixo de Clínica Psicanalítica Transcultural do Grupo Veredas: Psicanálise e Migração e é um dos coordenadores do Relapso – Grupo Interuniversitário de Pesquisa em Religião, Laço Social e Psicanálise.

Tais considerações podem derivar para muitas construções em torno do laço analítico e da relação transferencial, em seu manancial caracterizada como *narcisismo secundário*, que a torna um espaço experimental para que um sujeito possa se mostrar em seu estilo e estrutura de relação com a alteridade. Até mesmo as pesquisas mais dadas às estatísticas, comparações e verdadeiras sindicâncias a propósito da eficácia das psicoterapias parece indicar o seguinte: o que trata, verdadeiramente, é a relação (Seligman, 1995).

Por isso mesmo, escrever sobre a morte nos coloca em franca encruzilhada. Freud (1915a) tramou um belo arcabouço, que usamos até os dias de hoje, para descrever os processos de luto e melancolia. Suas sacadas a propósito do tema ainda vingam porque descrevem a importância e a magnitude dos processos de perda, seja dos objetos queridos, dos ideais (de eu), das fantasias, caracterizando a organização do que convencionou-se chamar de posição libidinal do sujeito em relação a seus objetos. Avançando, Freud pode até mesmo dialogar sobre a nossa relação com os ideais do tempo, da cultura, de um povo. Diante disso, articulou questões e hipóteses que se tornaram extemporâneas sobre a relação dos humanos de seu tempo com uma certa ideia de progresso, de infalibilidade e de destino manifesto. Suas *Considerações atuais sobre a guerra e a morte* (1915b) alcançam um escopo inimitável quando percebemos que elas travam um entendimento sobre os processos de ilusão, a hipocrisia e todos os arrebatamentos envolvendo técnica, discursividade e dispositivos que visam sobretudo nos convencer de que estamos já evoluídos, em outro estágio de entendimento e funcionamento, não mais dominados pela natureza, sob o risco constante da morte e da destruição. Em certos casos clínicos, especialmente, assim como em algumas configurações sociais, somos novamente jogados nesse desamparo do indefinido, do risco, daquilo

que escancara a condição bagunçada e atávica de nossa condição humana. Algumas clínicas são infalíveis em nos mostrar isso, como quando trabalhamos com pacientes ditos difíceis e/ou com situações psicossociais, políticas e materiais extremas. Sabemos que somos limitados em nosso fazer e na extensão de nossos gestos e atos clínicos, contudo, dói mais quando a impossibilidade é cotidianamente servida à mesa.

O psicanalista e acadêmico Pierre Fédida (1988) assumiu, a propósito da transferência e dos pacientes ditos borderlines, que a neurose de transferência - aquilo que substitui a neurose, tornando-se o objeto de um tratamento analítico -, é um objeto de renúncia particularmente difícil, visto que somos tão exibicionistas em nossos presumidos sucessos como em nossos mais factuais fracassos. Ora, não seria todo fim um fracasso? Lidamos, na sociedade ocidental, de maneira muito difícil com os relacionamentos amorosos e a possibilidade de seus fins. O surgimento de tantas novas modalidades de relação e de realização parece um pouco apontar para uma fantasia crescente de burlar a possibilidade da perda, com o risco do fim, que, em última instância, acarreta necessariamente um luto. O final de uma análise, assim sendo, também necessariamente implica num desligamento através do qual se é possível deixar e renunciar a uma relação na qual muito se investiu. O mesmo parece operar nas práticas educativas e em tantas outras modalidades de relação: como deixar acabar, como desvencilhar-se de uma relação? O que significa ter tido uma relação ou um processo bem-sucedido?

Já quando falamos em trauma, por sua vez, o que nos referimos é a algo da relação entre o sujeito e o Outro que rompe violenta e aleatoriamente, como quando se vive algo insuportável, sem (ou com poucas) condições de previsão e preparação e, muitas vezes, de modo

perverso e destrutivo. Por isso, a teorização freudiana e pós-freudiana sobre o trauma necessitou da construção da hipótese da pulsão de morte.

Volto-me aqui para Fédida:

A técnica psicanalítica não pode mais ser no momento a mesma de antes, pois nos chocamos com a dificuldade considerável de curar o paciente daquilo que o curou. Dito de outra maneira, de curar o paciente da neurose de transferência. O paciente pode fazer bastante progresso enquanto a transferência for reconhecida, sem a implicação das dificuldades técnicas de seu manejo. Quando se compreendem as dificuldades técnicas do manejo da transferência, pode-se perguntar se a técnica psicanalítica ainda deve ser considerada como um método de interpretação. Em 1920, em *Além do Princípio do Prazer*, trata-se muito claramente para Freud de dizer que a psicanálise não pode mais ser interpretação do inconsciente. E que a tarefa terapêutica da análise ainda não começou. Fica claro que Freud toma uma consciência cada vez maior da insistência da pulsão de morte. Até sua morte, 1939, parece cada vez mais pessimista sobre as condições de esperança de cura pela psicanálise. Penso que é por aí que se deve começar a colocar o problema. Em todo esse movimento não é o amor que é importante mas a transferência e quando a transferência é importante, é a morte. A compulsão à repetição é o motor de toda pulsão. Ora, a morte está no âmago de toda pulsão. E é contra isso que se choca o psicanalista (Fédida, 1988, p. 40-41).

Aqui, o prezado leitor deve estar se perguntando: “Tá, mas onde entra a supervisão nisso tudo, conforme anunciado no título?”.

Supervisionar em psicanálise é, pelo menos em minha vivência, algo que vinha como uma reatualização constante do ser supervisionado. Quando penso em supervisão, recorro diretamente de uma visita de Jean-Jacques Rassial à cidade de Porto Alegre. Figurinha carimbada na psicanálise gaúcha, Rassial era - talvez ainda seja - um dos mais caros representantes daquela arquetípica figura do psicanalista lacaniano francês que vem ao Brasil dar explicações ao mesmo tempo cristalinas e verborrágicas, luminosas e herméticas. Seus

seminários sobre adolescência, laço social e psicopatologia contemporânea eram um sucesso na Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA) e serviam para renovar, entre os analistas mais velhos e experimentados e os jovens em formação, uma certa aura da psicanálise lacaniana parisiense. Tal aura, que representa da superfície aos seus confins uma certa estética de invencibilidade e potência, se prestava a produzir sobretudo adoradores, imitadores e encantamentos.

Pois foi em uma dessas conferências, numa noite fria do inverno porto-alegrense², com todos vestidos com sobretudos e encantados com a sonoridade de uma fala psicanalítica que borbulhava num retilíneo e sonoro francês padrão, que Rassial se perguntava sobre a relação entre o fim de análise e a prática da supervisão. Ao sentenciar de modo retumbante que um fim de análise oferecia ao sujeito a possibilidade de se mostrar ao outro como *dotado de um certo charme*, ele também revelou uma lembrança de sua primeira sessão de supervisão, logo quando começara a atender um paciente. Aqui avanço com minha memória apenas, sendo que o essencial da anedota era o seguinte: ao marcar uma supervisão com um analista dito difícil e disputado - cujo nome não recordo e não conhecia na época -, logo ao entrar no consultório do novo supervisor o jovem analista em formação foi nocauteado por um gesto arrojado e iconoclasta do supervisor escolhido, o de deitar-se no próprio divã. Após testemunhar tal ato e tomado pelo espanto e receio, o silêncio imperou até o momento em que o supervisor quebra o gelo: “E então, você é um analista ou é um merda?”³.

² Se minha memória não estiver falhando, a conferência em questão ocorreu em agosto de 2005, na sede da APPOA.

³ Nota posterior: Perrier era o supervisor, o relato podendo ser conferido na Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre Nº 29 – Dezembro – 2005, disponível em: <https://appoa.org.br/uploads/arquivos/revistas/revista29.pdf>.

A historieta gerou um verdadeiro frisson entre os presentes, tanto é que lembro de que ela foi comentada por muitas pessoas - das presentes às ausentes - ao longo de semanas, num misto de surpresa, admiração, divertimento e desconforto. Parecíamos deixar de lado, contudo, a provocação sobre ser *dotado de um certo charme*, verniz atribuído àqueles que terminam uma análise. Podemos aqui falar sobre o semblante do analista e também sobre o discurso analítico, cujo caráter inovador é o de deixar o sujeito que se coloca enquanto objeto para um outro-sujeito-suposto-saber aparecer enquanto sujeito, para nessa relação advirem seus próprios significantes-mestres, cultivo que caracteriza um trabalho analítico. Contudo, é inegável que esse *charme* do qual se parece ser dotado tem um verniz fálico um tanto perigoso, sobretudo quando localizamos na psicanálise esse caráter impossível de sua prática, tal como na educação e na política, afinal, o sujeito pode ser capturado pela figuração fálica e profética de um outro que mostra saber que sabe, encarnando ideais de eu, figurando o amparo, a compreensão e a potência.

Pois toda essa introdução serviu para falar desse momento em que somos localizados por algum analista, analista-em-formação, psicólogo-clínico ou terapeuta-afim para guiá-lo com algum caso, situação ou mesmo no desenvolver de sua clínica e de sua formação enquanto analista. Maud Mannoni (1992) recupera Freud ao balizar que a noção de formação, *Ausbildung*, está mais próxima de uma interrogação, de uma crítica de si, do que do arvorecer de um modelo. Sempre encarei com bastante alegria acompanhar jovens estudantes de psicologia dando seus primeiros passos na clínica e também analistas menos ou mais experientes discutindo seu fazer, entendendo que não se supervisiona casos, e sim, a constituição transferencial e, particularmente, aquilo que oferecemos para que uma relação possa ser

investida, assim como se dá em relações afetivas dos mais variados tipos. Quando essas relações de supervisão se iniciam, sempre fico me perguntando sobre como elas vão acabar. Isso é bastante obsessivo, não preciso nem confessar, de todo modo, parece-me haver quase sempre uma grande naturalidade nessas relações, as quais encaro dia-após-dia com o desejo de transmitir amor pela prática clínica e pela psicanálise, afinal, isso tudo, a prática analítica, é difícil à beça, mesmo quando recebemos algo que nos parece suficiente em termos de retorno financeiro, reconhecimento e outras moedas de troca.

Porém, nem todos os fins são como os outros fins, mesmo que com todos aprendamos coisas. Por bastante tempo, costumava brincar com supervisionandos de que cada um recebe os pacientes que merece, justificando que há uma certa circulação de significantes que fazem tanto com que nos sejam endereçados - mesmo que quando em situações de suposto acaso, como nos encaminhamentos institucionais - sujeitos cujo enxame significativo de suas vidas faça acoplamento com algo nosso, enquanto analistas, algo que inclusive faça parte dessa operação de destilação de um semblante através do qual operamos, no laço analítico e nos laços sociais mais gerais, enquanto representantes da psicanálise.

Precisei de toda essa seção inicial para decalcar uma experiência, melhor, um encontro com o fim, no caso, com a morte e com a vida presente na morte e em sua obscenidade. Há alguns anos atrás recebi uma consulta de uma colega e amiga psicanalista sobre a minha disponibilidade de acompanhar uma paciente sua em supervisão. Respondi que estava disponível para conversar com a jovem, uma analista em formação, sem dotar o convite de qualquer característica mais definida ou definidora. Tem coisas que apreendemos apenas no só-depois.

Conversei com R. sobre seu desejo de uma supervisão fora da instituição na qual fazia sua formação. Ela já trabalhava há alguns anos e tinha se encontrado com alguns analistas e colegas em grupos e diferentes dispositivos de formação e acompanhamento. Naquele momento, todavia, sua clínica tomava um corpo mais estruturado, uma vez que ela tinha saído de uma instituição de saúde ligada a um plano de saúde com a qual trabalhava e que lhe garantiu um sustento importante durante os anos de formação.

Fizemos duas ou três conversas para trocar nossos percursos, experiências, impressões sobre instituições, autores, questões teóricas e técnicas e também para entender se havia alguma afinidade possível para engrenar naquilo que ela me demandava: alguém que a acompanhasse semanalmente em seus casos, a maior parte deles ainda derivado do trabalho com o plano de saúde e, portanto, composto de pacientes com quadros de sofrimentos fortemente ligados a questões profissionais, queixas de *burnout*, sensações de paralisia e estafa mental, enfim, enquadres ligados ao sofrimento provocado por esse mundo neoliberal e desesperançoso em que vivemos. Naquele primeiro momento, contudo, foi bastante notável que sua clínica, que, em número, já era bastante avolumada, garantindo-lhe uma semana repleta de pacientes, era uma clínica com certas particularidades que iam além desse sofrimento ligado ao mundo do trabalho: um contingente importante de seus pacientes tinha familiares e próximos que atravessavam convalescenças longas, mesmo crônicas, havendo também um grande número de pessoas com dificuldades motoras e deficiências dos tipos mais variados.

Entenda-se bem, isso não era algo que pudesse ser pescado já num primeiro momento. A clínica de R. era muito arejada, com uma jovem analista que lia, estudava, tomava as recomendações técnicas e

terapêuticas com muita seriedade. Ao longo dos meses e anos, os pacientes iam e vinham, alguns pareciam causar maior preocupação: eram sobretudo aqueles que tinham familiares necessitando cuidados físicos mais intensos e extensos. Esse tipo de configuração fazia com que as sessões de supervisão fossem repletas de cenas por vezes um tanto escatológicas, com filhos encontrando pais dementes esfregando fezes pelas paredes de um quarto escuro, descrições de cuidados com ulcerações profundas na pele, odores fétidos e uma ameaça constante à vida. Mesmo assim, é notável que ela conseguia rir de algumas dessas situações e, creio, fazer com que seus pacientes pudessem receber algo dessa leveza.

No entanto, saliento, essas são repetições que vamos percebendo ao longo do tempo, se as percebemos, e que, para mim, ao pensar nesse “caso de supervisão”, fazem com que eu considere que R. era capaz de escutar certas configurações existenciais e psicossociais bastante severas e que geraria dificuldades em boa parte dos clínicos. Ao ter alguns vislumbres dessa repetição, conversávamos sobre os encaminhamentos ainda oriundos do plano de saúde, a circulação social do nosso nome enquanto analistas e também uma certa atribuição do simbólico: recebemos pacientes os quais somos capazes de escutar, mesmo que nos colocando à prova. Acredito que ser analista consiste em abraçar essas determinações e dar o nosso livre tratamento a elas.

Ao longo dos anos, partilhamos muito pontualmente sobre questões pessoais. Mesmo que trocássemos alguns comentários mais relaxados a cada começo de encontro, havia um enquadre profissional e transferencial a ser respeitado, o que acabava se quebrando apenas quando de comentários sobre vivências clínicas pregressas ou diante de eventos sociais excessivos, como algumas das tragédias que enfrentamos no Brasil nos últimos anos e também o posicionamento

ético necessário para um psicanalista. Sempre senti que esse tipo de momento é extremamente necessário quando trabalhamos com a subjetividade, por isso, sempre insisto, como supervisor, professor ou mesmo em grupos enquanto atuo apenas como um membro convencional, de que é importante que se tenha “o tempo do café”, uns minutos para bater papo, a possibilidade de contar alguma história, fazer fofoca ou mesmo enunciar algo que se considere válido dentro de uma situação grupal.

O que posso dizer sobre R., agora, era de sua preocupação em “segurar a barra”, algo que já aparecia enquanto uma frase sua já nesses momentos iniciais. Dar conta de questões familiares, pensar e intervir em dificuldades relacionadas ao que era atravessado por um dos grupos de estudo ou de formação do qual ela fazia parte, ela parecia sempre acompanhada de um lugar de cuidador e também de um trabalho que envolvia o fim e o luto.

Sua formação e atuação enquanto minha supervisionanda já se dava por quatro anos quando, depois de dez dias em que não pude recebê-la em razão de uma viagem profissional, R. pede uma antecipação do dia de sua supervisão. Isso não é nada incomum, acontece nas mais variadas situações profissionais e, na atividade clínica, seja no mundo privado ou institucional, costuma abranger necessidades pessoais e dificuldades profissionais, crises com pacientes, momentos transferenciais delicados, etc. Estranho até hoje que eu tenha iniciado nervoso aquele encontro, com uma certa ideia de fim nessa zona psíquica com a qual sentimos coisas num misto de dedução e indução, verdadeiro exemplo do registro freudiano do pré-consciente.

Ela queria me contar que, ao investigar uma dor persistente, deparou-se com um câncer bastante avançado, para o qual haveria

apenas uma possibilidade cirúrgica seguida de uma quimioterapia bastante aguda. Mesmo assim, ela fez questão de dizer, com um certo riso, “Mas eu não morri ainda, então vamos ver o que fazer com os pacientes”. Ao longo de dois encontros, R. foi trazendo suas percepções sobre a situação atual de casos em que ela gostaria apenas de dar uma pausa, outros, de encerrar e, alguns, mais graves, nos quais ela indicaria de cara um encaminhamento. Tentar pensar clinicamente essas situações tinham um certo caráter absurdo, visto que R. era bastante jovem e, mesmo que com um plano de tratamento desenhado, tivemos que fazer um certo cálculo do fim, de como pensar essa presença iminente da morte que espreitava.

Alguns dias depois, ela me avisa que sua situação havia piorado muito. Consegui avisar apenas alguns pacientes, sendo que para outros apenas informou que se afastaria por um mês para tratamento de saúde. Trocamos mensagens algumas vezes, até para que eu pudesse saber sobre uma colega para a qual ela pretendia endereçar alguns de seus pacientes e também a missão de avisá-los caso o prognóstico fosse realmente fatal. Em nossa última troca de mensagens, ela comenta sobre a sua decisão de cuidados paliativos, a preparação para a morte que teve de fazer junto a sua família e sobre as orientações com um paciente. Ao agradecer sobre os anos de escuta e supervisão, fala novamente em missão, a de acompanhar sua amiga na sequência e/ou no encerramento dos casos.

Foi essa amiga que me escreve alguns minutos depois de seu falecimento, menos de um mês depois do diagnóstico. Ao longo dos meses posteriores, recebi uma ou outra informação sobre esse final e sua preparação, que me deixaram bastante impressionado por sua capacidade de artesanaria com a vida diante do morrer. Havia algo de sua clínica e de seu estilo que também operou ali nesse momento final,

mesmo que eu prefira não entrar nesses detalhes para preservá-la. O que mais interessa aqui, ao pensar a supervisão, passa pelos encontros subsequentes que tive com sua amiga para olhar o material de cada paciente e pensar em precisões e indicações. Confesso que havia pouca ou nenhuma teoria para a qual se poderia recorrer naquele momento, apenas me lembrava de colegas que acabaram perdendo seus analistas e que acabaram carregando algo da vida e do viver deles consigo.

Joel Birman, em *Ser ou não ser imprescindível: esta é a questão. Sobre o canibalismo e a ética da psicanálise*, ensaio publicado no volume *Por uma estilística da existência* (1996), fala sobre a necessidade de aprender a não ser mais você mesmo para que se decole do solo e se flutue no ar. Em suma, trata-se de um ensaio sobre a descoberta de que, enquanto analistas, não somos imprescindíveis para nossos pacientes, como, aliás, não somos imprescindíveis para o planeta, a humanidade, para ninguém. Contudo, isso não retira a importância, a densidade e a potência do que vivemos uns com os outros. Foi assim que acabei encarando aquela *missão*, como R. chamou, tanto para mim quanto para sua amiga, o trabalho que deveríamos fazer juntos após seu falecimento.

Foram dias muito duros. Costumo anotar cada sessão de supervisão e, por isso, tenho muitas pastas com os nomes de supervisionandos e de seus pacientes. Como responsável de projetos de atendimento clínico e tendo acompanhado diversos estagiários e analistas ao longo dos anos, costumo olhar para as notas somente quando um caso é supervisionado novamente. Por sua vez, tive de reler uma por uma as notas dos casos de R. que supervisionei. Ao longo das páginas e letras, fui vendo tanto o desenvolvimento de sua clínica como também a espreita da morte nos casos, da dor, do sofrimento e da doença. Fico muito receoso em escrever algo assim num texto que poderá ser lido tanto em meios acadêmicos como psicanalíticos, mesmo assim, preciso sustentar que

noto que há uma certa repetição de cadeias significantes em nossas clínicas e que elas dizem da verdade de nosso ser. Puxando o que disse Rassial e que tanto me impressionou cerca de 20 anos atrás, o *charme* de um analista está em fazer disso tudo que nos constitui suplemento para nossa escuta, elevando à dignidade da coisa os significantes que outrora pareciam nos condenar a um certo lugar simbólico. Suplemento, não complemento, pois isso implica um lugar outro.

Trabalhamos por alguns encontros os casos de R., encontros nos quais também ouvi e escutei sobre os efeitos que a notícia de sua doença e de seu brusco falecimento provocou em cada paciente. Alguns me surpreenderam, outros, não, porém, foi interessante notar a presença da vida na morte e no depois da morte, algo que parecia ter ficado no estilo com o qual esses sujeitos receberam o brusco encontro com o real da morte. Tive um choro engasgado e curto logo quando do último encontro para tratar dos casos. Uma dor imensa pesou em minha garganta e senti aquele peso no coração que sabemos o que é sem, contudo, conseguirmos descrever. Ao longo dos meses, ensaiei a escrita desse texto, o qual foi sendo adiado e regurgitado diante de tantas demandas do trabalho e da vida.

Minha relação com a escrita e com os textos é sempre difícil, pois eles me invadem e me aniquilam. Escrevo sempre suando muito, palpitando, nervoso e, todavia, com um prazer indescritível, especialmente com a sensação de descobrir coisas que a escrita promove. Dessa vez havia algo diferente: esse é um texto que fala de uma experiência de supervisão e convivência que me deixou ao mesmo tempo abalado e alegre, sobretudo por acompanhar um trabalho clínico verdadeiramente analítico em tantos anos e, especialmente, num ato final através do qual se pode dizer: a psicanálise nos ajudar a viver e,

mais ainda, os atos psicanalíticos estendem nossa vida para-além de nossos narcisismos e limitações.

Referências

Birman, J. (1996). *Por uma estilística da existência*. São Paulo: Editora 34.

Fédida, P. (1988). *Clínica psicanalítica. Estudos*. São Paulo: Escuta.

Freud, S. (1915a). Luto e melancolia. In S. Freud. (2010). *Obras Completas, vol. 12*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 170-194.

Freud, S. (1915b). Considerações atuais sobre a guerra e a morte. In S. Freud (2010). *Obras Completas, vol. 12*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 209-246.

Mannoni, M. (1992). Riscos e possibilidades da supervisão. In Stein, C. & cols (org.). *A supervisão na psicanálise*. SP: Escuta, pp. 37-39.

Seligman, M. (1995). The effectiveness of psychotherapy. The Consumer Reports study. *American Psychologist*, 50(12), 965-74. doi: 10.1037//0003-066x.50.12.965



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org

Há céu aberto com mais uma coleção de texturas que descampam um termo, saindo da sinuca de bico e do beco sem saída da visão de cima. Visão de lado? Revisão? Desver o visto já não é mais provável, sonho neurótico de excelência, embora desmentir denegando soe mais cínico, isto é, cênico. Sabemos que não tem a tal Coisa, mas mesmo assim agiríamos como se houvesse. De que mesmo se está falando? De superação, superar falhos e pontos-egos, se apoiando em três patas, apesar de sermos bípedes da bipedia. Não, super humano além-homem seria mulher, nesse sem tido a quem interessar. Por tanto, plano de imanência sem trans? As certezas e os conhecimentos só podem ser para nócios de mentes insaciáveis. Daí que a loucura é, sim, generalizada, para tudo, ambos os lados. Então, quê fazer-dizer? Propor enganchamentos como exercícios de academia singulares? Vista sua roupa de ginástica, enganche repetidas vezes todos os dias e alcançará o corpo almejado no verão. Seu personal te ajudará como um controle remoto de si do dossel. Arvorecer sem perder a tortura. Como arvorar-se nessa floresta psicanalítica? A copa das árvores protege pequenos ramos dos raios que poderiam destruí-los antes que estivessem aptos à sobre vivência, embora só possam crescer quando a cobertura não mais impedir os mesmos raios que, num segundo momento, tornam-se vitais à expansão. Quando em colher é sempre outra questão. Questão de afinação.



editora *fi*.org

